



V. 3, N. 4 (JAN/JUN, 2023)

# REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DA FACULDADE DE PIRACANJUBA

ISSN 2764-4960

**FACULDADE DE PIRACANJUBA**

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO/PESQUISA  
CIENTÍFICA, EXTENSÃO E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS  
DA FACULDADE DE PIRACANJUBA (NPGPERC/FAP)

**- E X P E D I E N T E -**

**Volume 3, Número 4, Ano 3**

Janeiro / Junho, 2023

Site: <https://eadfap.com/revista>

E-mail: [nucleodepesquisafap@gmail.com](mailto:nucleodepesquisafap@gmail.com)

**NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO/PESQUISA CIENTÍFICA,  
EXTENSÃO E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS DA FACULDADE DE  
PIRACANJUBA (NPGPERC/FAP)**

Nota editorial: A pesquisa tem o objetivo de investigar as políticas e programas de internacionalização da educação superior brasileira refletindo as perspectivas teóricas e concepções sobre diversidade a partir das produções acadêmicas no campo da educação. Tem como objetivos conhecer acerca da internacionalização na educação superior brasileira no período entre 2011 e 2021; fazer o levantamento das políticas e das diretrizes nacionais e internacionais acerca da internacionalização na educação superior; identificar e analisar as concepções de diversidade cultural presentes nas políticas e diretrizes nacionais e internacionais; problematizar os limites e os alcances dessas políticas e diretrizes no contexto atual da educação brasileira e do capital e, analisar as concepções contra hegemônicas de internacionalização no campo da educação superior brasileira. Discutindo as produções acadêmicas sobre a internacionalização da educação superior produzidas entre 2011 e 2021, pois elas muitas vezes revelam os processos de implantação e seus desdobramentos na educação superior, de determinadas entidades e de órgãos de pesquisa em nosso país. Autores que fazem parte da discussão são: ALTBACH, 2013; FREITAS, 2011; FÁVELO, 2010; AZEVEDO; CATANI, 2004; BOURDIEU, 1983, entre outros, bem como os documentos internacionais que orientam as políticas e programas de internacionalização, como o do Banco Mundial (BM), *Internationalization and trade in higher education: opportunities challenges* (OECD, 2004); Declaração de Bolonha (1999); Plano Nacional de Educação (2014-2024) (BRASIL, 2014); e Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (BRASIL, 2010), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

**Editores responsáveis pelo Dossiê:**

Profa. Dra. Cláudia Valente Cavalcante (PUC Goiás)

Profa. Dra. Maria Lúcia Pacheco Duarte dos Santos (UEG)

Profa. Dra. Daniele Lopes Oliveira (UEG)

**- C O R P O E D I T O R I A L -**

BIÊNIO 2023-2024

**Dr. Antonio Carrillo Avelar**

**Ma. Carla Danielle Dias Costa**

**Dra. Célia Regina Malveste Ito**

**Dr. César Evangelista Fernandes Bressanin**

**Me. Claudio Quintino de Lima Junior**

**Dr. Cristiano Santos Araujo**

**Dra. Daniella Couto Lôbo**

**Ma. Édar Jessie Dias Mendes da Silva**

**Me. Esteban Rodriguez Bustos**

**Dr. Gabriel Camargo da Silva**

**Ma. Keila Pereira Barbosa**

**Me. Leonardo Carlos de Andrade**

**Dr. Luso Soares Madureira**

**Ma. Mallu de Mendonça Barros**

**Dra. Maria Alejandra Silva**

**Dra. Maria Edimaci Teixeira Barbosa Leite**

**Ma. Paula Maria Trabuco Sousa**

**Dra. Poliana Peres Ghazale**

**Dr. Vinicius Oliveira Seabra Guimarães**

**- S U M Á R I O -**

ESTADO DA ARTE SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	5
INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....	41
INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS .....	67
A POLITICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA FACULDADE DE PIRACANJUBA.	82
A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: LEVANTAMENTO DAS TEMÁTICAS DO GT11 DA ANPEd (2012-2022) .....	103
ANPED 2011 - 2021: INTERNACIONALIZAÇÃO.....	111
A MULHER E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR AO LONGO DA HISTÓRIA ..	124
HABERMAS E SARAMAGO: APORTES SOBRE A GESTÃO EDUCACIONAL DAS ALTERIDADES .....	130
RESENHA DE LIVROS .....	139

## **ESTADO DA ARTE SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

### *STATE OF THE ART ON INTERNATIONALIZATION IN HIGHER EDUCATION*

Maria Lúcia Pacheco Duarte dos Santos<sup>1</sup>

Cláudia Valente Cavalcante<sup>2</sup>

**Resumo:** Para esta pesquisa foi realizado o estado da arte sobre a internacionalização no ensino superior a partir das informações obtidas a partir das análises realizadas no Banco de Dissertações e Teses (BDTD) do ano de 2011 a 2022. Este estudo busca compreender quais são as pesquisas mais relevantes realizadas sobre o assunto e quais as suas contribuições.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Educação Superior. Produções Científicas.

**Abstract:** For this research, the state of the art on internationalization in higher education was carried out from the information obtained from the analyzes carried out in the Bank of Dissertations and Theses (BDTD) from 2011 to 2022. This study seeks to understand what are the most relevant research carried out on the subject and what their contributions are.

**Keywords:** Internationalization. College education. Scientific Productions.

## **INTRODUÇÃO**

A internacionalização é importante para os negócios porque permite que eles se expandam além de seus mercados locais, acessando novos segmentos de consumidores. Isso pode levar a um crescimento significativo, tanto em termos de receita quanto de lucro. Além disso, a internacionalização pode trazer benefícios como a obtenção de economias de escala, o aproveitamento de melhores práticas globais e a diversificação de riscos.

## **ESTADO DA ARTE SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Para o Estado da Arte, esses pesquisadores tomam como fontes básicas de referência para realizar o levantamento dos dados e suas análises, principalmente, os

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Pedagogia pela UCG. Especialização em Administração Educacional pela UNIVERSO. Mestre em Educação pela PUC Goiás. Doutora em Educação pela PUC Goiás. Professora da Rede Municipal de Educação de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Dentre sua atuação como docente, já ocupou vários cargos diretivos: coordenadora e diretora. Além da esfera Municipal, exerceu várias funções na área educacional estadual. Foi diretora da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Aparecida de Goiânia de 2009 a 2017. Diretora do Centro de Formação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Aparecida de Goiânia e Professora do curso de Pedagogia da UEG Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

<sup>2</sup> Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás vinculada ao Grupo de Pesquisa Juventude e Educação como líder e pesquisadora do grupo e coordenadora do subprojeto de internacionalização denominado Diversidade cultural nas políticas e diretrizes educacionais, nacionais e internacionais. Doutora e Mestre em Educação pela PUC Goiás, licenciada em Pedagogia e Letras pela PUC Goiás e Bacharel em Comunicação Social pela UFG. Membro do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Educação (FORPRED) e Associada à ANPED, coordenadora do GT 14 Sociologia e Filosofia da Educação da ANPED Centro Oeste.

catálogos de faculdades, institutos, universidades, associações nacionais e órgãos de fomento da pesquisa. Os dados bibliográficos são retirados das dissertações de mestrado e das teses de doutorado para serem inseridos nos catálogos.

Os títulos que se referem às dissertações e às teses informam ao leitor a existência de tal pesquisa. Normalmente, eles anunciam a informação principal do trabalho ou indicam elementos que caracterizam o seu conteúdo. Longe das prescrições, tal qual a de Severino (1976, p. 62): “Todos os títulos (...) devem ser temáticos e expressivos, ou seja, devem dar a ideia a mais exata possível do conteúdo do setor que intitulam [...]”.

Os autores criam diferentes títulos para diferentes gostos. Nos catálogos há títulos curtos, longos, densos, subjetivos. Há títulos seguidos de ponto final (a maioria), mas também os acompanhados por interrogações, e até por reticências. Com o catálogo, com a possibilidade de divulgação ampla, atingindo lugares fora da própria universidade produtora, atingindo maior número de leitores, surgem novas relações de produção e de consumo. O catálogo precisa se tornar mais complexo para atender a uma comunidade de pesquisadores mais exigentes, desejosos de mais informações.

**Quadro 01 - Dissertações na BDTD (2011-2022)**

<b>N.</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>UNIV/ÁREA</b>	<b>ASSUNTOS</b>	<b>ANO</b>
1	Universidade e terminologia: equivalências em língua inglesa de termos sobre a estrutura das instituições	BOVETO, Andressa Caroline Flamia	Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Cascavel.	Internacionalização	2022
2	Interculturalidade: experiências e desafios da/na universidade	BOACIK, Daniela	Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).	Ensino Superior	2021
3	Base nacional comum curricular e o processo de construção do documento orientador curricular de Santa Maria/RS: da	MATTOS, Kéli Renata Corrêa de	Universidade Federal de Santa Maria Centro de Ciências Naturais e Exatas	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	2021

	prescrição à indução de políticas educacionais		Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde		
4	Proposta de melhorias nos sistemas estratégicos de avaliação da internacionalização na Universidade...	CASTRO, Davi Thomaz de	Universidade Federal do Ceará Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC)	Internacionalização do Ensino Superior	2021
5	Setores de relações internacionais em instituições de educação superior no Brasil : estruturas, práticas e razões subjacentes	GUERRA, Lizângela	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Pós-Graduação Mestrado Profissional em Engenharia de Produção	Internacionalização da educação	2021
6	Isomorfismo Institucional e Internacionalização: Um Estudo na Universidade Estadual do Centro-Oeste	TEIXEIRA, Genival Jardel Trajano	Universidade Estadual do Centro-Oeste - Mestrado Profissional Em Administração Área de Concentração: Estratégia, Inovação e Tecnologia	Internacionalização	2021
7	A adaptação dos estudantes universitários estrangeiros no Brasil em face da internacionalização do ensino superior: uma revisão de escopo	ZEMBRZU SKI, Letícia Janaina Possa	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Centro de Educação e Letras Programa de Pós-Graduação stricto sensu em sociedade,	Internacionalização	2021

			cultura e fronteiras		
8	A internacionalização como critério de avaliação na sociedade da auditoria: uma análise comparativa entre os programas de direito e educação	BARBOSA, Wily Annie Feitosa	Universidade Federal da Paraíba Centro de Educação Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV	Internacionalização	2021
9	Práticas de internacionalização em programas de pós-graduação em educação física: caminhos para a excelência na avaliação CAPES	PAIVA, Liliane do Nascimento de	Faculdade de Educação - Fe Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação	Educação física - pós-graduação	2021
10	Efeitos das políticas de internacionalização sobre a produção científica: estudo de caso.	SAES, Klarissa Valero Ribeiro	Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná	Internacionalização da educação superior	2020
11	Contabilização de patentes nas instituições de ensino superior federais no estado da Bahia	GOMES, Hermes Oliveira	Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFNIT, Instituto de Química, Universidade	Instituições de Ensino Superior	2020

			Federal da Bahia		
12	Ensino de PLE no contexto de internacionalização das Instituições de Ensino Superior: uma proposta...	BONIFÁCIO, Laysla Carvalho	Universidade de Brasília Instituto de Letras (IL) Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PGLA)	Internacionalização	2020
13	Estratégias de internacionalização desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação nota 7	SILVA, Avaneide Rodrigues da	Universidade de Brasília Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (PPGEMP)	Internacionalização da educação	2020
14	Migração internacional com fins de estudo: uma análise contextual do perfil dos estudantes estrangeiros no Brasil no período recente	LAGO, Karenine Carla Santos de Oliveira	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET Departamento de Demografia e Ciências Atuariais - DDCA Programa de Pós-Graduação em Demografia - PPGDEM	Internacionalização do ensino superior	2020
15	Internacionalização da pós-graduação Stricto Sensu no Brasil: um estudo da mobilidade estudantil no período de 2003 a 2016	NOGUEIRA, Fabiana Araújo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Educação	Internacionalização da educação superior	2020

			Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED		
16	O Papel da Competência Simbólica no Processo de Internacionalização da Educação Superior Brasileira: fronteiras linguísticas e os idiomas sem fronteiras	LEGG, Ana Paula Roesler	Universidade Federal de Pelotas Centro de Letras e Comunicação Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos da Linguagem	Internacionalização	2019
17	Do campo para o mundo: as aprendizagens dos jovens de áreas rurais da UFRPE a partir do Programa Ciências sem Fronteiras	MOTA FILHO, José Henrique Cavalcanti	Pós-graduação em extensão Rural e desenvolvimento local POSMEX da Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE	Ciências sem Fronteiras	2019
18	A eficiência relativa dos gastos públicos federais em educação superior no Brasil	SILVA, Chirley Lima da	Universidade Federal do Ceará Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Educação Superior no Brasil	2019
19	Acolhimento e integração dos estudantes internacionais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.	SOUZA, Francisca Sidma Ferreira de	Universidade Federal do Ceará Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação	Internacionalização	2019

			Superior (POLEDUC)		
20	Monitoramento e avaliação de programas de mobilidade acadêmica internacional: um estudo do Ciência sem Fronteiras	COSTA, Soraia de Queiroz	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	Internacionalização da educação	2019
21	Pós-doutorado no exterior: implicações para a produção científica no âmbito da UFBA	AVENA, Joana Espinheira	Universidade Federal da Bahia Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação	Educação	2019
22	A internacionalização da educação superior no âmbito do Programa Idioma sem Fronteiras sob a perspectiva da política linguística	SILVA, Bruno Maiorquino	Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós-Graduação em Linguística	Internacionalização	2019
23	Protagonistas para o mundo: adequações do mercado escolar às novas aspirações de acesso ao ensino superior pelas elites	CALDEIRA, Bruna de Figueiredo	Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais	Internacionalização	2019

24	Bilinguismo no ensino infantil privado: tendências e impactos na dinâmica das escolas e no perfil dos professores	PADINHA, Thais Arantes	Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Mestrado em Gestão Empresarial	Educação Bilingue	2019
25	Internacionalização da educação superior brasileira: uma nova fase se inicia após o Ciência sem Fronteiras e o Inglês sem Fronteiras?	VIEIRA, Andréa Carvalho	Universidade de Brasília Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional	Educação superior	2019
26	O Ciência Sem Fronteiras na Universidade Federal Rural da Amazônia: perspectivas entre a internacionalização da educação superior e a política de ciência, tecnologia e inovação	PONTES, Luma Barbalho	Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências da Educação Programa de Pós-Graduação em Educação	Educação Superior e Internacionalização	2018
27	Internacionalização da educação superior: O Programa Ciência sem Fronteiras no Curso Engenharia Elétrica da UFPB	BANDEIRA, João de Sousa	Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências da Educação Programa de Pós-Graduação em Educação	Educação Superior	2018
28	O Ciência Sem Fronteiras na Universidade Federal Rural da Amazônia: perspectivas entre a internacionalização da educação superior e a	PONTES, Luma Barbalho	Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências da Educação Programa de	Internacionalização da Educação Superior	2018

	política de ciência, tecnologia e inovação		Pós-Graduação Em Educação		
29	Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação com foco em Desenvolvimento Regional: intenções, contradições e assimetrias	Mazzetti, Antônio Carlos	Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Pato Branco Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	CNPQ:Ciencias Humanas:Educaçã, Planejamento e Avaliação Educacional: Política Educacional	2018
30	Cursos de bacharelado em direito: uma análise do processo de internacionalização	Longhi, Fernanda Luiza	Universidade Tecnológica Federal do Paraná Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	Ensino superior	2018
31	Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G): Avaliação da Percepção de Estudantes-Convênio em uma Instituição de Ensino Superior	SILVA, FREDERIC O LUIZ RIGONI E	Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública	Internacionalização de Instituições de Ensino Superior	2018
32	Concurso público para docentes do magistério superior na perspectiva da pós-graduação: diagnóstico e proposições	SILVA, Ana Paula Schweiger da	Universidade Federal da Grande Dourados Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia Mestrado Profissional em	Educação superior	2018

			Administração Pública		
33	Revalidação de diplomas estrangeiros de graduação e a sua judicialização no Supremo Tribunal Federal no Brasil (2009-2016)	ZENI, Kelei	Universidade Federal da Grande Dourados Faculdade de Educação Programa de Pós-graduação Mestrado Em Educação	Educação superior	2018
34	A internacionalização em Instituições Federais de Ensino Superior do estado do Ceará na perspectiva institucional	TEIXEIRA, Linnik Israel Lima	Universidade Federal do Ceará Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Internacionalização	2018
35	O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação: (re) construção de identidades étnico-raciais no âmbito das políticas públicas de internacionalização da educação superior no Instituto Federal do Ceará	PEDROSA, Ricardo da Silva	Universidade Federal do Ceará Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Mestrado Profissional Em Avaliação de Políticas Públicas	Internacionalização	2018
36	Inglês para quem?: as implicações do Programa Inglês sem Fronteiras no processo de internacionalização da educação superior brasileira	SILVA, Talita Guimarães da	Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguagens, Mídia e Arte da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.	Internacionalização	2018

37	Concurso público para docentes do magistério superior na perspectiva da pós-graduação: diagnóstico e proposições	SILVA, Ana Paula Schweiger da	Universidade Federal da Grande Dourados Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia Mestrado Profissional em Administração Pública	Educação superior	2018
38	Revalidação de diplomas estrangeiros de graduação e a sua judicialização no Supremo Tribunal Federal no Brasil (2009-2016)	ZENI, Kelei	Universidade Federal da Grande Dourados Faculdade de Educação Programa de Pós - Graduação Mestrado em Educação	Educação superior	2018
39	Internacionalização da educação superior: O Programa Ciência sem Fronteiras no Curso Engenharia Elétrica da UFPB	BANDEIRA , João de Sousa	Universidade Federal da Paraíba. Pós-graduação em políticas públicas gestão e avaliação na educação superior mestrado profissional	Educação Superior	2018
40	Formação inicial de professores de química na perspectiva da educação inclusiva: um diálogo...	NASCIMENTO, Ana Carolina Dalbó do	Programa pós-graduação em educação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP	Legislação brasileira, Constituição de 1988	2018

41	A internacionalização da pós-graduação brasileira: investimento e avaliação na área de ciências sociais aplicadas	MATTOS, Luísa Karam de	Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina	Ensino superior	2018
42	A internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)	BASSOLI, Marcos Gabriel	Universidade Federal de São Carlos Campus São Carlos Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos	Internacionalização da educação	2018
43	Internacionalização dos Programas de Pós-Graduação com foco em Desenvolvimento Regional: intenções, contradições e assimetrias	MAZZETTI, Antônio Carlos	Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Pato Branco Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional	CNPQ: Ciências Humanas: Educação, Planejamento e Avaliação Educacional: Política Educacional	2018
44	O exame Celpe - Bras: mecanismo de política linguística para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)	DIONÍSIO, Cynthia Israelly Barbalho	Universidade Federal da Paraíba centro de ciências humanas letras e artes Pós-graduação em Linguística	Nível Superior - CAPES	2017
45	Gestão Do Conhecimento: um Estudo de Caso das Práticas de Compartilhamento do Conhecimento Desenvolvidas em uma Empresa Pública Paulista	DANIEL, Ivete Rolim	UNIVERSIDAD E METODISTA DE SÃO PAULO ESCOLA DE GESTÃO E DIREITO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM	Nível Superior - CAPES	2017

			ADMINISTRAÇÃO		
46	Experiências de internacionalização e desenvolvimento humano na educação superior	CICHOSKI, Paula Spiazzi Bottega	Universidade Tecnológica Federal do Paraná programas de pós-graduação em desenvolvimento Regional	Ensino superior	2017
47	A formação de professores e o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI): experiências de licenciandos em Letras da UFV	SILVA, Sabrina Lopes Nogueira da	Universidade Federal de Viçosa, Pós-Graduação em Educação	Educação	2017
48	Second Language Identity and Study Abroad: Brazilian Experiences In The Science Without Borders Program	SILVA, Robson Ribeiro da	Universidade Federal da Bahia Instituto de Letras Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura	Ciência sem Fronteiras	2017
49	Análise dos programas da Capes de concessão de bolsas de estudos para a formação doutoral no exterior: estudos de egressos	VARGAS, Vanessa Fernandes de Araújo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, com Associação entre UFRGS/UFSC/ FURG.	Internacionalização da educação	2017
50	Desafios à institucionalização da internacionalização na Universidade de Brasília	SCHARDONG, Marina Mattioni Schardong	Pós-graduação em gestão educacional mestrado profissional da Universidade do	Educação superior	2017

			Vale do Rio dos Sinos Unisinos		
51	O exame Celpe - Bras: mecanismo de política linguística para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)	DIONÍSIO, Cynthia Israelly Barbalho	Universidade Federal da Paraíba centro de ciências humanas letras e artes Pós-graduação em Linguística	Nível Superior - CAPES	2017
52	How to make FGV more attractive to international students: a consultancy project for EAESP	TAVARES, Carolina Silva	Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo	Internacionalização da educação de ensino superior	2017
53	O processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras e o caso da UFJF	TERRA, Vítor Hugo	Universidade Federal de Juiz de Fora pós-graduação em educação Mestrado Educação	CNPQ: Ciências Humanas: Educação	2017
54	Mobilidade acadêmica internacional e colaboração científica: subsídios para avaliação do programa Ciência sem Fronteiras	MANÇOS, Guilherme de Rosso	Universidade de São Paulo escola de artes ciências e humanidades pós-graduação em modelagem de sistemas complexos	Educação superior brasileira – Instituições brasileiras	2017
55	Transições do desenvolvimento e intercâmbio acadêmico no contexto do programa Ciências sem Fronteiras : um estudo de caso	RIZZO, Marcia Regina Lima	Universidade de Brasília Instituto de Psicologia	Educação	2017
56	A internacionalização do ensino superior e a formação inicial de professores: um estudo do Programa	NASCIMEN TO, Maria Emanuele Macêdo do	Universidade Federal do Rio Grande do Norte pós-graduação em Educação	Internacionalização do ensino superior	2017

	Licenciaturas Internacionais na UFRN (2010 - 2013)				
57	O Projeto Alfa Tuning América latina: proposta, discussões e implementação	RUEDA, Jurany Leite	Universidade Federal de São Carlos pós-graduação em Educação PPGED-SO	Educação e Estado	2017
58	Avaliação dos impactos de um programa de mobilidade acadêmica internacional: o caso Brasil-França, ao nível de graduação em ciências agrárias	GOES, Marcos Linhares	Universidade Federal de Goiás Faculdade de Administração, Ciência Contábeis e Economia Programa de Pós-graduação em Administração	Política de internacionalização do ensino superior	2016
59	Concepções de qualidade na educação superior: interseção entre os instrumentos de avaliação do MERCOSUL e do Brasil	SOUZA, Mary Ane de	Ministério da Educação Universidade Federal da Grande Dourados Faculdade de Educação Programa de Pós Graduação Em Educação	Educação superior	2016
60	Internacionalização e conhecimento: análise do programa Capes-Brafagri na Universidade Federal...	SILVA, Wanessa de Assis	Universidade Federal de Viçosa, Pós-Graduação em Educação	Ensino Superior	2016
61	Internacionalização da educação superior: estudo de caso dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Vale do São Francisco	NÓBREGA, Lúcia Maciel	Universidade Federal da Bahia escola de Administração da UFBA Núcleo de Pós-	Internacionalização da educação superior	2016

			Graduação em Administração		
62	A contribuição da CAPES para a internacionalização das engenharias no Brasil: o caso do Programa Brafitec	GROCHOC KI, Luís Filipe de Miranda	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto De Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde	Internacionalização da educação	2016
63	Concepções de qualidade na educação superior: interseção entre os instrumentos de avaliação do MERCOSUL e do Brasil	SOUZA, Mary Ane de	Ministério da Educação Universidade Federal da Grande Dourados Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação	Educação superior	2016
64	A vida em comum em sociedades multiculturais: análise das relações sociais e da adaptação dos alunos da UNILA em Foz do Iguaçu PR	CHIBIAQUI , Eloiza Dal Pozzo	Pós-graduação em sociedade cultura e fronteiras Universidade Estadual do oeste do Paraná	Ensino superior Foz do Iguaçu (PR)	2016
65	Programa Ciência sem Fronteiras no contexto da política de internacionalização da educação superior brasileira	MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim	Universidade Federal De Mato Grosso Instituto De Educação Programa De Pós – Graduação Em Educação	CNPQ: Ciências Humanas: Educação	2015

66	O programa de estudantes-convênio de graduação na Universidade Federal da Bahia: percepção dos estudantes PEC-G oriundos de Países de Língua Oficial Portuguesa - anos 2009-2013...	SOUSA, Alzira Dias de	Universidade Federal Da Bahia  Instituto De Humanidades Artes E Ciências  Pós-Graduação Em Estudos Interdisciplinares Sobre A Universidade	Internacionalização da Educação Superior	2015
67	Internacionalização universitária e interculturalidade: análise dos programas federais interuniversitários sul-sul durante a gestão Lula.	ROSA, Soraya	Universidade Federal Da Bahia  Instituto De Humanidades Artes E Ciências  Pós-Graduação Em Estudos Interdisciplinares Sobre A Universidade	Educação	2015
68	Educação a distância entre fronteiras: cursos de graduação à distância brasileiros em Moçambique e a internacionalização da educação	JESUS, Diovana Paula de	Universidade Federal de Juiz de Fora pós- graduação Educação	Internacionalização da educação	2015
69	Problemas nas 'fronteiras': um caso para ensino sobre o Programa Ciência Sem Fronteiras	OLIVEIRA, Eduardo Mariano	Fundação Getúlio Vargas – FGV Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE Mestrado Profissional em Administração Pública	Internacionalização da educação: superior brasileira	2015

70	O programa ANDIFES de mobilidade acadêmica: uma mobilidade estudantil no sistema federal de ensino superior brasileiro	BRAZ, Raquel Leite	Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social	Ensino superior	2015
71	Políticas de internacionalização da educação superior na região norte do Brasil: uma análise...	RODRIGUES, Thelma Silva	Universidade Federal do Tocantins Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional	Internacionalização	2015
72	Acesso aos programas de mobilidade internacional no ensino superior: o caso da UFMG à luz de três experiências internacionais	REZENDE, Nicole Antunes	Fundação João Pinheiro Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho Mestrado em Administração Pública	Ensino superior	2015
73	A interseccionalidade de gênero, raça e classe no Programa Ciência sem Fronteiras: um estudo sobre estudantes brasileiros com destino aos EUA	BORGES, Rovênia Amorim	Universidade de Brasília Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Mestrado Profissional em Educação	Educação	2015
74	Os rankings do Guia do Estudante na educação superior brasileira: um estudo sobre as estratégias...	LOURENÇO, Henrique da Silva	Pontifícia Universidade Católica de Campinas Centro de Ciências Humanas e Sociais	Educação superior	2014

			Aplicadas Programa de Pós-Graduação em Educação		
75	Desenvolvimento profissional docente na EAD: um olhar sobre a experiência de professores e tutores a distância	SILVA, Ketiuce Ferreira	Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	EAD	2014
76	A internacionalização da pós-graduação: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria	DELLA MÉA, Liliane Gontan Timm	Universidade Federal de Santa Maria centro de Ciências Sociais e Humanas Pós-graduação e Administração	Internacionalização	2013
77	Mobilidade corpórea de estudantes internacionais: as motivações dos estudantes internacionais acolhidos por instituições de educação superior localizadas em São Paulo e Belo Horizonte	SILVA, Claudia Cristiane dos Santos	Escola Superior de Propaganda e Marketing Programa de Mestrado em Gestão Internacional	Internacionalização do ensino superior	2013
78	Os desafios da internacionalização da educação profissional técnica: a experiência do IFES.	DELMAES TRO, M. P. C.	Universidade Federal do Espírito Santo Centro Pedagógico Programa de Pós-Graduação Em Educação	Educação profissional: Internacionalização	2013
79	Os Desafios Da Internacionalização Da Educação Profissional Técnica: A Experiência Do IFES	DELMAES TRO, M. P. C.	Universidade Federal do Espírito Santo Centro Pedagógico Programa de Pós-Graduação Em Educação	Educação profissional: Internacionalização	2013

80	Avaliação das estratégias da gestão da Pós-Graduação a partir do Programa de Excelência Acadêmica (Proex)	CORRÊA, Niuza Vieira	Universidade Federal do Rio Grande FURG Pós-graduação em Educação em Ciências Química da vida e saúde	Internacionalização	2013
81	A internacionalização da educação superior no Brasil: um estudo de caso de alunos estrangeiros...	FEIJÓ, Rosemeri Nunes	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Pós-graduação em Educação	Ensino superior	2013
82	A compatibilidade entre a lógica econômica e o ensino superior, após a Constituição Federal de 1988: o caso da Anhanguera Educacional Participações S.A.	MORETTI, Denise Martins	Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo	Educação superior: Evolução histórica e jurídica da educação	2013
83	Beyond sea, sun and fun in Rio de Janeiro: understanding exchange students motivations and interests	KLING, Luiz Felipe Dias Rangel	Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas	Educação internacional	2013
84	O processo de trabalho do (a) assistente social na universidade pública: análise da política de assistência estudantil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	CARVALHO, Cristiane Queiroz Leite	Universidade do Estado do Rio de Janeiro centro de Ciências Sociais Faculdade de Serviço Social	Política de educação superior	2012
85	Cooperação acadêmica internacional da Capes na perspectiva do programa Ciência sem Fronteiras	SILVA, Stella Maris Wolff da	Universidade do Estado do Rio de Janeiro centro de Ciências Sociais Faculdade de Serviço Social	Internacionalização da educação	2012

**Fonte:** Pesquisa realizada pela pesquisadora, 2022.

**Quadro 02 - Teses na BDTD (2011-2022)**

<b>N.</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>UNIV/ÁREA</b>	<b>ASSUNTOS</b>	<b>ANO</b>
1	Universidades federais de missão institucional internacional e seu papel para a política externa brasileira	ALMEIDA, Felipe Cordeiro de	Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Internacionalização da Educação Superior	2022
2	Tensões, contradições e conflitos do programa Ciência sem Fronteiras : cinco estudos acerca de uma política pública (inter)setorial interrompida	CRUZ, Viviane Xavier de Araújo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	Educação superior	2021
3	Inclusão na Educação Superior: novas tessituras para o	OLIVEIRA, Gracy Kelly Andrade Pignata	Pós-Graduação em Educação	Ensino superior	2021

	campo da docência universitária		(Doutorado) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA),		
4	Práticas de letramento acadêmico de estudantes internacionais matriculados em uma disciplina de ensino/aprendizagem de português como língua adicional	FERNANDES, Gláucio Geraldo Moura	Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Letras Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos	Internacionalização	2021
5	Desigualdades sociais e evasão no ensino superior: uma análise em diferentes níveis do setor federal brasileiro	Gustavo Bruno de Paula	Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação Em Educação: Conhecimento e Inclusão Social	Ensino superior	2021
6	Internacionalização da educação superior: uma análise das estratégias, contextos e práticas da Unilab	BERTOLOTTI, Diovana Paula de Jesus	Universidade Federal de Juiz de Fora Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação	Internacionalização da educação superior	2021
7	“Você (não) precisa aprender inglês se quer ser	CARDOSO, Nadja	Universidade Federal de	Educação	2020

	pesquisador(a)!”: o inglês como língua da comunicação científica na visão de estudantes pesquisadores(as) em ensino de ciências...	Núbia Ferreira Leite	Juiz de Fora Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação		
8	Efeitos dos programas de iniciação científica e Ciência sem Fronteiras na Pós-graduação Stricto Sensu Brasileira: um olhar sobre o egresso	BALBINOT Junior, Adi	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	Política de educação superior	2020
9	Possibilidades para a integração da educação superior: conexões, nós e redes na territorialidade da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai	CAMARGO , Fausto Fava de Almeida	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Centro de Educação e Letras Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura, e Fronteiras	Territorialidade na educação superior na tríplice fronteira	2020
10	A política de internacionalização da pós-graduação brasileira: um estudo em programas de educação da região nordeste	OLIVEIRA, Larissa Maria da Costa Fernandes	Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Educação	Internacionalização	2020

			Programa De Pós-Graduação em Educação		
11	Indicadores e procedimentos de monitoramento e avaliação de desempenho complementares aos utilizados pelo sistema de avaliação da Capes: área Ciências Biológicas II	GHENO, Ediane Maria	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	2019
12	Universities going global? comparative perspectives on the internationalization of postgraduate education in Brazil and Finland	MIORAND O, Bernardo Sfredo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação	Educação superior	2019
13	A contribuição da cooperação internacional na formação de recursos humanos de estrangeiros no país : análise do Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), do CNPq...	YAMADA, Izaura Matiko	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-Graduação em Educação	Internacionalização da educação	2019

			em Ciências: Química da Vida e Saúde		
14	Estudo no exterior durante a graduação: implicações acadêmicas e profissionais	BARRETO, Cláudia Regina Muniz	Universidade Federal da Bahia Faculdade de Educação Programa de Pós- Graduação em Educação	Educação.	2019
15	A internacionalização do ensino superior no Brasil por meio da ação da CAPES: a cocriação do programa CAPES-PRINT	OLIVEIRA, Cynthia Sandes	Universidade de Brasília – UNB Centro de Estudos Avançados Multidisciplin ares – CEAM Programa de Pós- Graduação em Desenvolvim ento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCI	Ensino superior - Brasil	2019
16	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB): uma estratégia...	SILVA, Josielle Soares da	Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Educação Programa de Pós- Graduação em Educação	Educação Superior	2019
17	Impacto de las políticas brasileñas de ciencia y tecnología en la actividad	SOUZA, Cláudia Daniele de	Programa de Doctorado en documentaci	Sistema universitário brasileiro	2018

	investigadora de las universidades federales: un estudio cuantitativo del período 2003-2015.		ón: archivos y bibliotecas en el entorno digital		
18	Educação das relações étnico-raciais e prática curricular de enfrentamento do racismo na UNILAB	FERREIRA, Michele Guerreiro	Universidade Federal de Pernambuco Centro de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Curso de Doutorado Linha de Pesquisa Formação de Professores e Prática Pedagógica	Democratização do ensino superior, política de interiorização e internacionalização	2018
19	Relação entre mobilidade acadêmica internacional e inovação: impactos nos países de origem e destino dos pesquisadores	SIEKIERSKI, Paulette	Administração de Empresas com ênfase em Gestão Internacional pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM.	Laboratórios, Educação e ciência	2018
20	Dinâmicas do Ensino Superior no Brasil: arranjos e performances de uma Faculdade Amapaense empenhada em obter avaliação positiva nos Ciclos do SINAES	SANTOS, Margareth Guerra dos	Universidade Federal do Ceará Departamento de Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação	Avaliação da Educação Superior	2018

			em Sociologia		
21	Releitura de três programas de cooperação acadêmica internacional da Capes, e o papel da internacionalização na pós-graduação brasileira	SILVA, Stella Maris Wolff da	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-Graduação Em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	Internacionalização da educação	2018
22	Itinerários da internacionalização da educação superior brasileira no âmbito da América Latina e Caribe	SOUZA, Juliana de Fatima	Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social	Internacionalização da educação superior	2018
23	Internationalization Process In In-Service Education: The Teachers Professional Development Program - PDPP	RAMOS, Rosane Karl	Pós-graduação em Educação da PUC - Educação	Hegemônico Internacionalização na educação	2018
24	“Deixa-me ir e vir”, canta o rouxinol : reminiscências docentes e política linguística de internacionalização para uma ciência sem fronteiras	MORAES, Elkerlane Martins de Araújo	Universidade de Brasília Instituto de Letras Departamento de Linguística,	Internacionalização	2018

			Português e Línguas Clássicas – LIP Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL		
25	A internacionalização da pós-graduação no âmbito de uma universidade pública federal e na perspectiva dos seus docentes pesquisadores	MÉA, Liliane Gontan Timm Della	Pós-graduação de Educação Universidade Federal de Santa Maria UFSM - RS	Educação superior	2017
26	Negócios na base da pirâmide: uma análise de empresas multinacionais brasileiras	HAHN, Ivanete Schneider	Universidade Federal de Santa Maria centro de Ciências Sociais e Humanas Pós-graduação em Administração	Desenvolvimento da Educação Superior, FUMDES, Brasil	2017
27	As ações públicas de internacionalização da educação superior no Brasil e o seu alinhamento...	BISCHOFF, Viviane	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Ciências Econômicas Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais	Ensino superior	2017

28	Programa Probral - Capes: a cooperação bilateral Brasil e Alemanha em projetos conjuntos de pesquisa	BATTAGLI N, Maria de Fátima Silveira	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	Educação superior	2017
29	Revelações do SINAES: (des)caminhos da avaliação da qualidade nos Cursos de Pedagogia no Brasil	FERREIRA , Jeferson Saccol	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação Em Educação	Educação superior	2017
30	Os intercambistas do Programa Minas Mundi: perfil, motivações e experiências	VILAÇA , Sarah Luana Vieira	Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.	Educação superior	2017
31	Entre fios, pistas e rastros: os sentidos emaranhados	MARTINEZ , Juliana Zeggio	Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia	Internacionalização da Educação Superior	2017

	da internacionalização da Educação Superior		letras e ciências humanas pós-graduação em estudos linguísticos e literários em Inglês		
32	A Formação Do Professor De Matemática Em Interface Com O Pibid – Programa Institucional De Bolsa De Iniciação À Docência: As Representações De Licenciandos E Supervisores...	PUCETTI, Silvana	Universidade Metodista de São Paulo escola de comunicação educação e humanidades pós-graduação em Educação	Ciências Humanas: Educação	2016
33	Política educacional: percepções dos estudantes da área de engenharia elétrica e dos coordenadores do programa Ciências sem Fronteiras	FERNÁNDEZ, Eloisa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde	Internacionalização da educação	2016
34	Ciência sem Fronteiras: perspectivas da internacionalização e a experiência australiana	CUNHA, Dileine Amaral da	Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde Programa de	Internacionalização da educação	2016

			Pós-Graduação em Educação em Ciências – Química da Vida e Saúde		
35	A intersubjetividade na internacionalização do ensino superior : perspectivas para um processo humanizador	ALMEIDA, André Albino de	Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação	Ensino superior	2016
36	Uma análise do programa CAPES-COFECUB entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Comité Français D'evaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil...	AVEIRO, Thais Mere Marques	Universidade de Brasília Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional	Cooperação internacional – educação	2016
37	Políticas públicas de mobilidade acadêmica internacional: um estudo exploratório do dia a dia do aluno brasileiro na cidade de Lyon-França	SANTOS, Paulo César Marques de Andrade	Universidade Federal da Bahia Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação	Educação superior	2014
38	Os intelectuais e a política de pós-graduação no Brasil à luz do processo de elaboração dos PNPG 2005-2010 e PNPG 2011-2020	BENCK, Simone Pereira Costa	Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação	Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	2014

39	Adoecimentos em trabalhadores da metalurgia e trabalhadores do ensino: múltiplas abordagens qualitativas e ecológicas	STENGER, Eunice	Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas	Educação Superior	2014
40	O desenvolvimento da pedagogia social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha	MACHADO, Érico Ribas	Universidade de São Paulo Faculdade de Educação Pós-Graduação em Educação	Conhecimento das Ciências da Educação...”	2014
41	A evolução da produção científica nacional, os artigos de revisão e o papel do Portal de Periódicos da Capes	ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de	Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas	Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	2013
42	O ensino do design no Mercosul: uma proposta para a integração	MONTEIRO, Claudia Cirineo Ferreira	Universidade Estadual Paulista Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação o Programa de Pós-Graduação em Design	Internacionalização da educação superior, diretrizes, normas	2013
43	Jovens oriundos de países africanos de Língua Portuguesa na Universidade de Brasília: experiências de migração internacional estudantil	RODRIGUES, Silvia Helena	Universidade de Brasília Faculdade de Educação Programa de Pós-	Programa de Pós-Graduação	2013

			Graduação em Educação		
44	A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina	LAUS, Sonia Pereira	Universidade Federal da Bahia Escola de Administração o Núcleo de Pós-Graduação em Administração	Internacionalização da educação superior	2012
45	A internacionalização do ensino superior brasileiro: conceito e características do processo em instituições privadas de ensino superior	VILALTA, Luis Antonio	Pós graduação em Educação – PUC/SP	Internacionalização do ensino superior	2012
46	As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro	VALE, Andréa Araújo do	Universidade Federal do Rio de Janeiro Pós-Graduação em Educação	Educação superior	2011
47	Educação superior pública na Bahia pós LDB/96: expansão e financiamento 1995-2009	OLIVEIRA, Crispiniano Carneiro de	Universidade Federal da Bahia Faculdade de Educação Pós-graduação Em Educação	Ensino superior - Finanças	2011

**Fonte:** Pesquisa realizada pela pesquisadora, 2022.

A partir dos descritores: Internacionalização da Educação Superior Brasileira foi realizado o estado do conhecimento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2011 a 2022, cuja temática é a Internacionalização da Educação Superior brasileira.

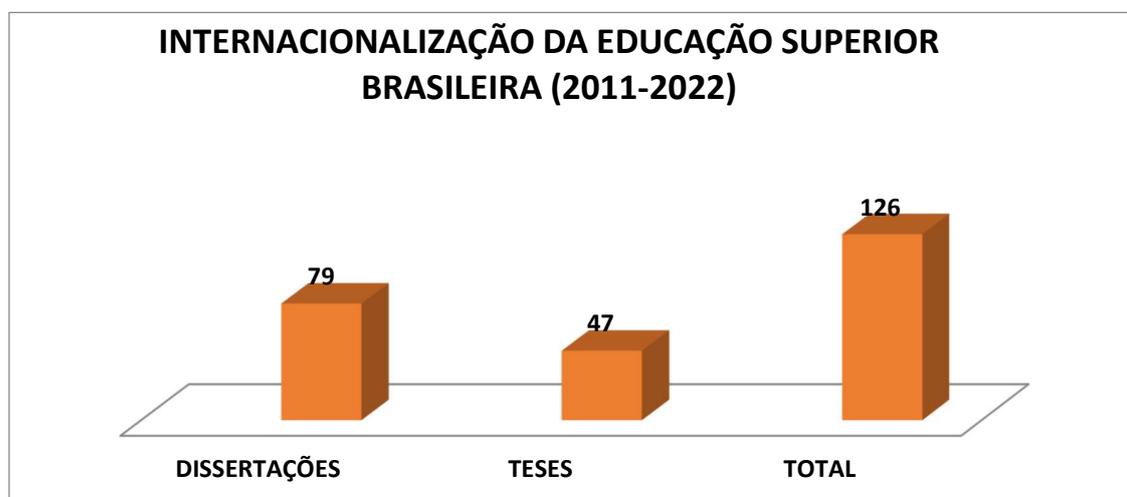
A partir da investigação realizada de forma ampla e específica foram encontrados 132 (cento e trinta e dois) trabalhos, sendo 85 (oitenta e cinco)

dissertações e 47 (quarenta e sete) teses nas diversas universidades do Brasil e distintas áreas de conhecimento. Ressalta-se ainda que alguns trabalhos de dissertações aparecem de forma duplicada como pode ser visto na tabela em seguida.

N.	DISSERTAÇÕES DUPLICADAS	AUTORES – ORDEM DESCENDENTE
1	29/43	ANTÔNIO CARLOS MAZZETTI
2	32/37	ANA PAULA SCHVEIGER DA SILVA
3	33/38	KELEI ZENI
4	44/51	CYNTHIA ISRAELLY BARBALHO DIONÍSIO
5	59/63	MARY ANE DE SOUZA
6	78/79	MARIA PAULA DE CARVALHO DELMAESTRO

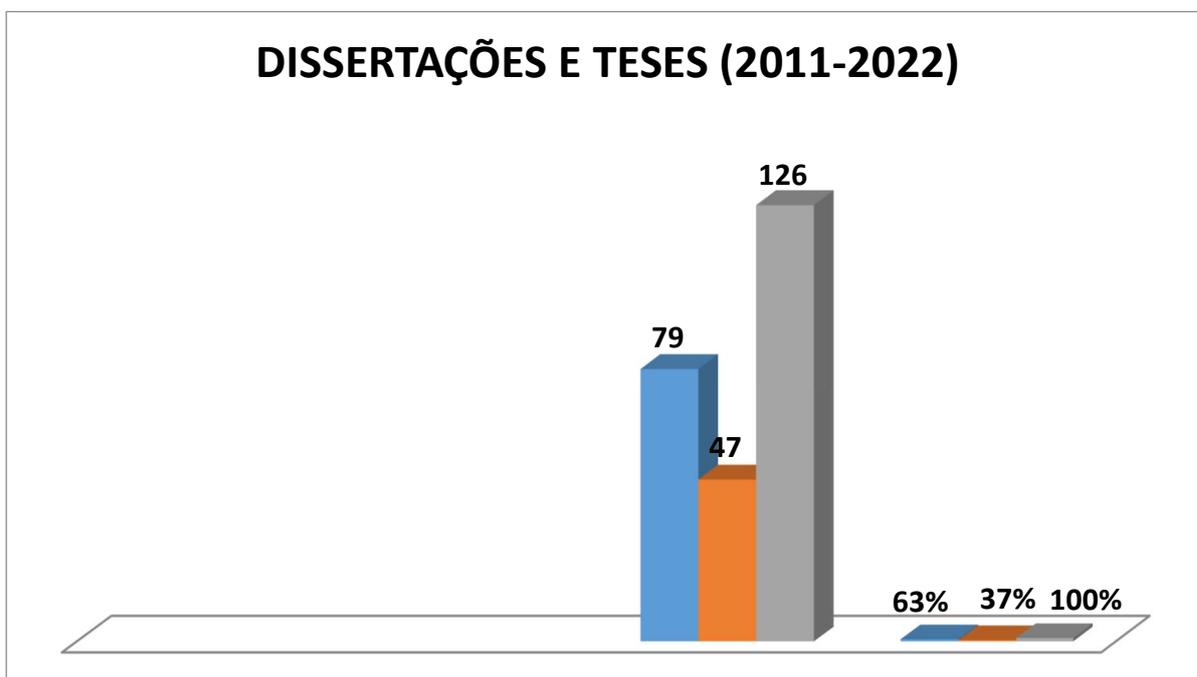
Assim, os trabalhos são confirmados em 79 (setenta e nove) dissertações e 47 (quarenta e sete) teses, sendo o total de 126 (cento e vinte e seis), de acordo com o Gráfico 1 em seguida.

**Gráfico 01 – Internacionalização**



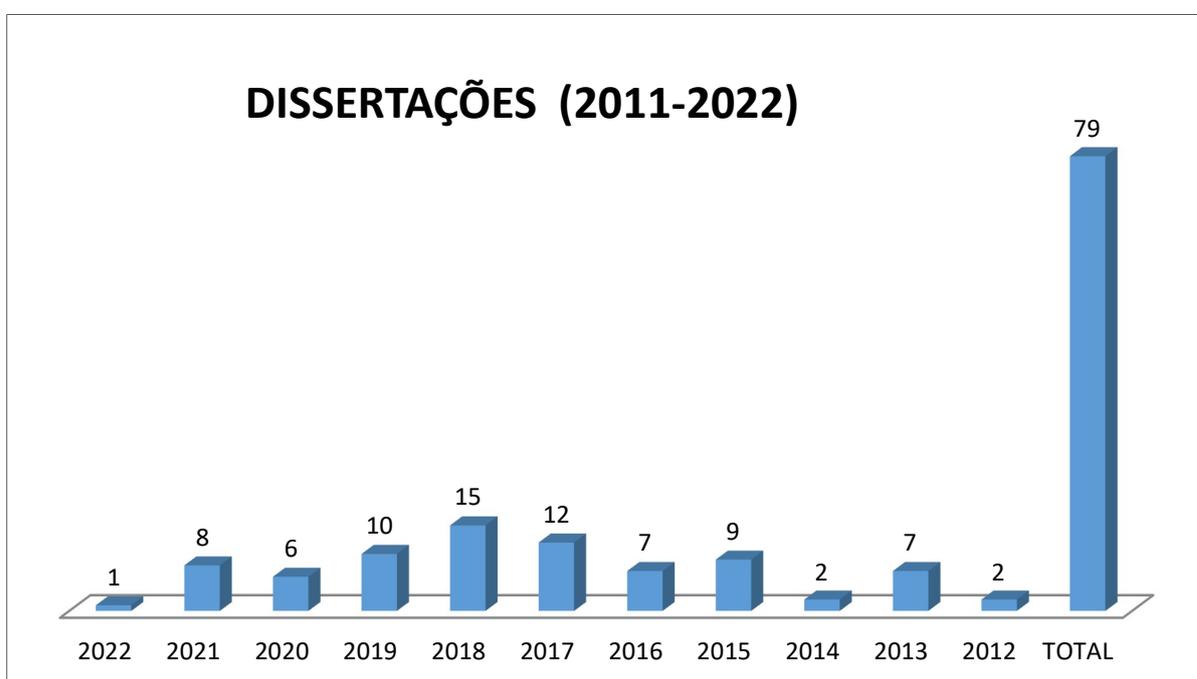
**Fonte:** Levantamento realizado pela pesquisadora, 2022.

**Gráfico 02** - Quantitativo de trabalhos encontrados na BDTD na pesquisa ampla



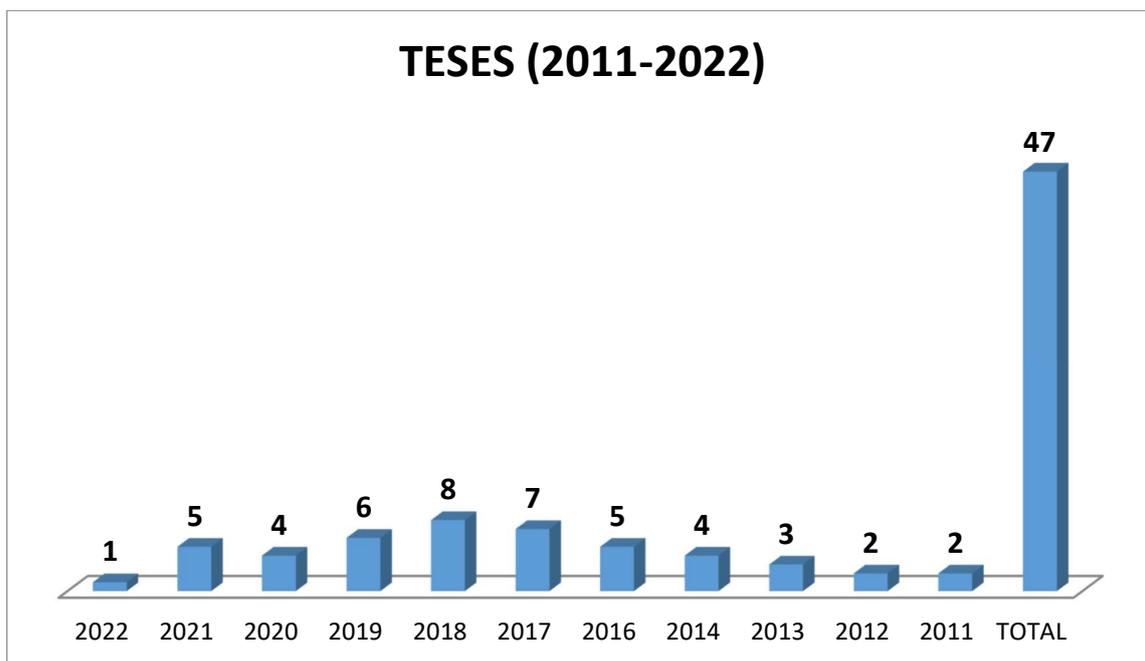
**Fonte:** Levantamento realizado pela Pesquisadora, 2022.

**Gráfico 03** - Quantitativo por ano de 2011-2022



**Fonte:** Levantamento realizado pela Pesquisadora, 2022

Gráfico 04 - Teses



Fonte: Levantamento realizado pela Pesquisadora, 2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber o crescente interesse sobre o tema, sendo os anos de 2017 e 2018, os anos com o maior número de publicações. Para esta pesquisa foi realizado o estado da arte sobre a internacionalização no ensino superior a partir das informações obtidas a partir das análises realizadas no Banco de Dissertações e Teses (BDTD) do ano de 2011 a 2022.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, W. R. R. Material e cultura empírica (São Paulo, 1913-1924). *In*: BRESSANIN, C. E. F.; DIAS, K. G.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de (Orgs.). **Instituições escolares: história, memória e narrativas**. Cruz Alta: Ilustração, 2022. p. 39-54.

ALTBACH, P. Os papéis complexos das universidades no período da globalização. *In*: GUNI. **Educação superior em um tempo de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social**. Tradução: Vera Muller. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 31-36.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1986.

## **INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

### *INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION*

Daniele Lopes Oliveira<sup>3</sup>

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães<sup>4</sup>

**Resumo:** O trabalho buscou discutir os desafios e possibilidades da internacionalização do ensino superior Brasileiro. Partindo do pressuposto que a Constituição Federal de 1988 configura em suas finalidades precípua a educação como direito de todos. E em outras leis busca dar sustentáculo a esse projeto, emancipatório de quarta geração, que tem na educação uma finalidade social de cooperação às nações carentes e que coloca o direito a vida acima dos benefícios comerciais e que tem finalidade meramente lucrativa. Como caminho metodológico dessa discussão, optou-se por adotar uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o intuito de investigar esse processo por meio da compilação de informações a fim de produzir um material que pode ser fonte para futuros estudos. Realizou-se, segundo os postulados do método bibliográfico, um levantamento teórico acerca da internacionalização do ensino superior no contexto brasileiro, além das tendências para o ensino superior no mundo.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Internacionalização. Qualidade. Legislação, Políticas Públicas.

**Abstract:** the work sought to discuss the challenges and possibilities of the internationalization of Brazilian higher education. Assuming that the Federal Constitution of 1988 configures education as the right of all in its primary purposes. And in other laws it seeks to give sustenance to this emancipatory project of the fourth generation, which has in education a social purpose of cooperation to the nations in need and which places the right to life above commercial benefits and which has a purely lucrative purpose. As a methodological path of this discussion, we chose to adopt a qualitative research, with the purpose of investigating this process through the compilation of information in order to produce a material that may be the source for future studies. According to the postulates of the bibliographic method, a theoretical survey was carried out on the internationalization of higher education in the Brazilian context, in addition to the trends for higher education in the world.

**Keywords:** Higher Education. Internationalization. Quality. Legislation, Public Policies.

---

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Educação, Doutora em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Estudiosa de Ciências Políticas e Direitos Humanos e Relações Internacionais.

<sup>4</sup> Doutor em Educação pela PUC Goiás - linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura. Estágio Pós-Doutoral em Educação pela UNIFAL-MG. Mestre em Educação pela PUC Goiás. Pós-Graduado em Docência Superior pela FGF. Pós-Graduado em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela UGF. Graduado em Administração pela PUC Goiás. Licenciatura em Pedagogia pela UNIFACVEST. Atualmente atua na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como Diretor da Escola do Futuro do Estado de Goiás, unidade Luiz Rassi, em Aparecida de Goiânia/GO. No âmbito da Educação Superior atualmente é Diretor Acadêmico, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Faculdade de Piracanjuba.

## INTRODUÇÃO

Em tempos passados a educação era regionalizada e partia de pressupostos locais e necessidades subjetivas. Mas nos últimos anos com a nova expansão das fronteiras da comunicação. A transmissão de valores culturais, sociais e econômicos, rompeu a antiga barreira e em meados do século XX, os precários meios de comunicação, não atendem mais a nova realidade consolidada com a globalização, em que se ampliaram as facilidades de informação.

A chamada indústria cultural, termo, cunhado por sociólogos no início do século XX, demonstram que a comunicação é capaz de gerar, controlar e criar os padrões de comportamento e os costumes e valores estéticos da sociedade de consumo. Concebendo uma homogeneização das culturas, isto é, a padronização e a criação de necessidades artificiais, fazendo sucumbir os valores locais e tradicionais. Nesse sentido, muitos acusam o processo de globalização de ser um sistema perverso, uma vez que ele não se democratiza inteiramente e só atinge os setores economicamente dominantes do mundo e das sociedades. Por outro lado, à medida que os sistemas de comunicação, informação e transporte vão elevando a sua capacidade de disseminação, observa-se também a possibilidade dos costumes e valores locais se interporem aos elementos globais. Isso ocorre a partir do momento em que comunidades tradicionais ou culturas regionais conseguem disseminar e divulgar para além de suas fronteiras as suas características. Para Lipovetsky (2004, p. 17) “é preciso ver nisso as considerações de novos referenciais de novas finalidades e não uma simples dialética social, mas uma confrontação entre o status existente”. O autor analisa a época atual, ao que ele chama de sociedade hipermoderna que no seu entendimento é fruto do hiperconsumo, um consumo que absorve e integra parcelas cada vez maiores da vida social. A Hipermodernidade é o correlato de “uma sociedade liberal caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade, indiferente como nunca antes, se foi, aos princípios estruturantes da modernidade” (LIPOVETSKY, 2004, p. 25-26).

Apesar do advento da internet e da possibilidade de expressão por parte de um grande contingente de pessoas, reside algumas formas de pensamento e ideias socialmente dominantes que se sobrepõem às demais, através do uso preferencial sobre os elementos midiáticos, a exemplo do que ocorre com filmes e seriados, geralmente mantidos sob um padrão e influenciando os estereótipos comportamentais. Mas antes de tirarmos uma conclusão definitiva sobre os elementos culturais e suas transformações na mundialização das sociedades, é necessário estarmos sempre atentos aos eventos e informações, sempre com a preocupação de compreender e assimilar os fatores modernos da sociedade, sem negar ou justapor os valores tradicionais dela constitutivos.

## **POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Na educação essa mudança não é só perceptível, como é inegável. E é preciso compreender que estas transformações fazem parte da formação do aluno e possuem correspondência direta com a sua atuação profissional. O processo de internacionalização tem ganhado centralidade. Principalmente em relação aos debates sobre a qualidade das instituições de Ensino Superior, tonando-se um elemento indispensável ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. A internacionalização tem sido entendida no Brasil como uma forma de melhorar as instituições e sua atuação por meio de intercâmbio de professores e estudantes. Outro fator relevante em relação à internacionalização é a ação integradora nas dimensões interculturais em atividades próprias do ensino superior que são as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse processo configura-se, cada vez mais, como uma forma de induzir a qualidade, razão pela qual, precisa ser estimulada por políticas públicas e institucionais para a sua efetiva consolidação. Partindo dessa premissa é possível investigar os desafios e as possibilidades da internacionalização do ensino utilizando-se dos indicadores de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pelas Portarias nº 1.382 e 1.383, ambas de 31 de outubro de 2017, retificadas pelo D.O.U. Nº 219, de 14 de novembro de 2017. No âmbito do SINAES, o indicador relativo à internacionalização faz parte do eixo de avaliação do Desenvolvimento Institucional das Instituições de Ensino Superior (IES). A reflexão considera, por um lado, a complexidade que envolve o conceito de internacionalização associado à educação superior e as estratégias adotadas. A internacionalização demanda a formulação e avaliação de metas sintonizadas, dentre outros, articuladas às diferentes formas de participação no processo.

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2017), o processo de internacionalização das IES brasileiras avançou nos últimos anos, mas são necessários ajustes para torná-lo mais eficiente. Essa é uma das conclusões apresentadas pelo relatório A internacionalização na Universidade Brasileira: Resultados do Questionário Aplicado pela CAPES, elaborado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). De acordo com o estudo, existe no Brasil uma tendência à internacionalização passiva (mobilidade de docentes e discentes para o exterior), com baixas taxas de atração de profissionais internacionais. Isso ocorre apesar de as IES já apresentarem a atração de professores estrangeiros entre as prioridades do processo de internacionalização.

A forma como o conhecimento adquirido no exterior vem sendo difundido e aproveitado nas instituições brasileiras também pode se desenvolver, pois apenas parte das instituições afirmou incluir os profissionais qualificados no exterior em seus programas de pós-graduação (PPG). Para realizar o diagnóstico da atual situação de internacionalização das IES brasileiras, a CAPES (2017) enviou um questionário a 430 (quatrocentas e trinta) instituições com programas de pós-graduação *stricto sensu*. Cerca de 74% (setenta e quatro por cento) das instituições responderam ao

questionário, que foi estruturado tendo como base dois pontos principais: situação atual de internacionalização da instituição e o projeto de internacionalização.

A análise dos dados coletados sugere que as IES no Brasil podem ser divididas em dois grupos distintos, de acordo com o estágio de internacionalização alcançado. O primeiro grupo contém o maior número de instituições, mas o menor número de PPG por IES, assim como os menores índices de internacionalização (menor número de bolsas, acordos ou projetos). Já o segundo grupo, formado por um número reduzido de IES, possui o maior número de cursos de pós-graduação, de bolsas, projetos e acordos de cooperação internacional. As IES mencionaram acordos com diferentes países, citando como prioritários os pertencentes à América do Norte e Europa. Já em relação à modalidade de fomento, o maior número de bolsas individuais foi de doutorado sanduíche no exterior.

Quando questionadas sobre qual seria a modalidade ideal de fomento em um futuro programa, as IES elencaram o pós-doutorado para docentes como prioridade. Essa informação indica uma mudança de estratégia por parte das IES. A partir dos resultados da pesquisa, a CAPES pretende lançar uma iniciativa de fomento à internacionalização fundamentada na realidade das IES brasileiras. Esse novo programa deve ampliar a autonomia das instituições, permitindo que as IES definam seu plano estratégico de internacionalização. O relatório propõe que o novo formato de programa permita à IES definir parceiros nacionais e internacionais e apresentar suas próprias propostas de internacionalização. As instituições também devem fornecer condições que contribuam com a construção de um ambiente internacional no cotidiano da universidade. Isso inclui infraestrutura física e administrativa, uso de idiomas, projetos para receber estudantes e pesquisadores estrangeiros, treinamento de equipes e apropriação do conhecimento adquirido pelo bolsista após o retorno ao país.

Por meio das portarias MEC/SESu nº 11, de 28 de abril de 2003 (BRASIL, 2003a) e nº 19, de 27 de maio de 2003 (BRASIL, 2003b), deu-se início à geração do SINAES com a realização de estudos pela Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA). A partir da ação dessa Comissão, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), instituiu esse sistema avaliativo. Como sistema nacional, o SINAES foi estruturado tomando como referência uma tríade de componentes, que constitui seu principal objetivo: avaliação das instituições (interna e externa), dos cursos e do desempenho dos estudantes, buscando a articulação e integração desses mesmos componentes (art. 1º). Em decorrência do seu objetivo mais amplo, o SINAES tem como finalidades: a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão da sua oferta; aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e; a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Na atualidade, o SINAES figura como a principal ferramenta de avaliação da educação superior do país e requer em sua efetivação a integração de instâncias e atores responsáveis pelos processos e ações que o configuram como tal. A visão formativa da avaliação proposta é expressa no documento que institucionaliza o SINAES (2009), nos termos a seguir. Entre os objetivos da avaliação contam-se o de conhecer as fortalezas e os problemas da instituição... “não basta levantar as deficiências”. É também muito importante identificar as qualidades e aspectos fortes da IES. Quanto aos problemas e carências, além da verificação e da constatação, é importante identificar as causalidades, explicitar as possibilidades reais para a superação e estabelecer as ações adequadas e os meios para a transformação desejada (p. 105).

Por possuir um caráter dinâmico e estar em constante construção, o SINAES tem incorporado novos indicadores, com vistas ao processo avaliativo a que se propõe realizar, como, por exemplo, o Índice Geral de Cursos (IGC), criado pela Portaria Normativa do MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008). Na prática, esse índice pretende expressar, em um único número, a média dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC) de todos os cursos da graduação somando-se às notas do mestrado e doutorado de determinada IES. O art. 3º da Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004), estabelece dez dimensões que devem ser consideradas para a autoavaliação da IES, processo este previsto no PDI e que é substrato dos relatórios produzidos pela CPA e do próprio relato institucional.

Dez anos após a publicação dessa lei, a Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014 (BRASIL, 2014), agrupou as dez dimensões da avaliação institucional em cinco eixos. Por sua vez, a Nota Técnica nº 14/2014 (INEP, 2014), de 7 de fevereiro de 2014, trata do Instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES e esclarece que o “agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação” (p.3).

Desse ponto de vista, a função da avaliação está diretamente relacionada à busca da qualidade, conceito que envolve grande polissemia, especialmente quando relacionado ao cenário atual da educação superior, em nível mundial e nacional (WORTHEN, SANDERS e FITZPATRICK, 2004, p. 35). Ademais, a ausência de consenso quanto ao conceito de qualidade na literatura especializada contribui, sobremaneira, para que a definição desse termo seja revestida de grande complexidade. O fato é que o entendimento de qualidade é inexoravelmente subjetivo, porque depende fundamentalmente das concepções de mundo e de Educação Superior de quem o emite o entendimento de qualidade é inexoravelmente subjetivo, porque depende fundamentalmente das concepções de mundo e de Educação Superior de quem o emite (BERTOLIN, 2007, p. 155-156).

O fato é que a ausência de clareza conceitual do que seja qualidade também para o poder público pode prestar-se a múltiplas interpretações por parte das IES. Além disso, é preciso lembrar que a zona de interseção entre os números da escala

de conceitos de qualidade, conforme o instrumental de avaliação do INEP é, em determinado sentido, fluido. Paralelamente à necessidade da compreensão mais objetiva do sentido de qualidade é preciso refletir sobre o alcance da avaliação em uma perspectiva formativa. Isto porque a reflexão conjugada desses dois conceitos pode gerar alternativas que contribuam para clarear a polissemia que envolve o conceito de qualidade, especialmente quando o relacionamos ao cenário da educação superior. Sousa (2009), defende a necessidade da permanente atualização do conceito de qualidade, notadamente quando aplicado à educação, como “fator essencial para que se compreenda, de forma mais contextualizada e crítica, o seu percurso histórico-social e como ele se deixa construir” (p. 244).

Com efeito, não há na literatura especializada um consenso sobre o conceito de qualidade. Entretanto, há treze anos, o Brasil conta com uma política pública de avaliação da educação superior (SINAES) que visa promover a qualidade desse nível educacional no país, seja estimulando a cultura da autoavaliação, seja fomentando ações de regulação.

A Lei nº 10.861/2004 explicita em seu art. 1º, § 1º a intenção primeira dessa política avaliativa: O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004). Depreende-se que a melhoria da qualidade está no cerne da finalidade do SINAES como política pública de avaliação da educação superior, pautando constantemente os discursos políticos e técnicos de diferentes segmentos sociais.

Quanto pressupostos teórico-metodológicos, curriculares, pedagógicos, administrativos e materiais norteadores das atividades da IES. Subjaz à proposta desse sistema a ideia de que a avaliação institucional representa, por um lado, a oportunidade do conhecimento da realidade da IES com a indicação das suas potencialidades e fragilidades e, por outro, uma forma de prestação de contas à sociedade. Ao conjugar essas duas possibilidades, é importante que ela se mostre alinhada ao paradigma da avaliação sistêmica (DIAS SOBRINHO, 2010; PEIXOTO, 2011). No âmbito da avaliação institucional situa-se a autoavaliação, processo que se configura como uma oportunidade para a IES construir uma compreensão mais abrangente e global de sua realidade, nas várias dimensões do trabalho que realiza. Enfim, partilhando do pressuposto segundo o qual “o uso da autoavaliação não é opcional: é, sim, matriz” (CUNHA, 2005, p. 212).

O novo instrumento de avaliação instituído pelas Portarias n.º 1.382 e 1.383, ambas de 31 de outubro de 2017, retificadas pelo D.O.U. N.º 219, de 14 de novembro de 2017, tornou o instrumento ainda mais subjetivo e em apenas dois itens avalia a

internacionalização. O indicador 1.12, Apoio aos discentes na Dimensão 1- Organização Didático-Pedagógica atribui nota 4 e 5 (que são notas qualificadoras) no quesito se: “A previsão de apoio ao discente contempla ações de... participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais” E “...participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais, e ações inovadoras”. Deixando claro que esses quesitos afirmam expressamente que são uma qualificadora, uma questão de excelência, para o ranking das melhores universidades.

Na dimensão 3 - Infra-Estrutura, o indicador 3.13, que versa sobre os Biotérios. É de fundamental importância para alcançar nota mínima que: “O biotério atenda às necessidades práticas do ensino, possuindo insumos necessários à demanda docente e discente e apresentando protocolos de experimentos de acordo com as normas internacionais vigentes”.

Desse ponto de vista, a finalidade precípua da autoavaliação é produzir resultados para o autoconhecimento os quais também sejam indicativos aos seus trabalhos, além de visar tomadas de decisão internas. Em consequência, no âmbito da política de avaliação instituída pelo SINAES, cada IES assume a responsabilidade pela busca de seu contínuo aperfeiçoamento. Nesse sentido, um aspecto central é a questão do que é entendido por qualidade, que deve ser debatida de maneira associada ao “desempenho global da educação superior e das IES e na avaliação do ensino de graduação e de pós-graduação” (MOROSINI, 2001, p. 13). A internacionalização corresponde ao “processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global com o objetivo, as funções ou o oferecimento do ensino pós-secundário” (KNIGHT, 2003, p. 2). Nessa perspectiva, pode se manifestar de diferentes formas, como promovendo a mobilidade física dos indivíduos, a cooperação acadêmica de pesquisadores, professores e estudantes, bem como a parceria transnacional entre IES de diferentes partes do mundo, envolvendo múltiplos atores. Na educação superior a internacionalização equivale, portanto, a um movimento de grande abertura dos países às relações sociais externas visando à ampliação de competências diversas. Concretamente, ela pode se manifestar pelo crescente aumento da movimentação transnacional de pesquisadores, estudantes e professores. O conhecimento mútuo gerado por esse movimento acontece em contextos igualmente diversificados: social, educacional, cultural, político, geográfico, econômico e linguístico, dentre outros. A internacionalização está provando ser uma ferramenta útil para ajudar as instituições a fixar pontos de referência e sair com soluções inovadoras em relação à gerência, à academia e à investigação. Esta segue sendo outra forma em que a internacionalização pode ajudar a fortalecer a qualidade das instituições de educação superior e as funções primordiais do ensino, da aprendizagem e do serviço (KNIGHT, 2005, p. 20).

## ASPECTOS HISTÓRICOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Do ponto de vista histórico, a internacionalização é um fenômeno existente desde os primórdios das instituições de ensino superior. Analisando desde o início do uso, desse termo, o objetivo explícito da internacionalização durante a Idade Média é bem semelhante ao atual: adquirir conhecimento. O berço das *universitas*, a Europa, foi onde a interação entre elas começou e se estabeleceu. Com a proximidade geográfica como um fator importante, as *universitas* enviavam e recebiam professores e estudantes que buscavam novos conhecimentos, experiências diferentes e prestígio diante da comunidade (CHARLE e VERGER, 1996). Vale ressaltar que no contexto apresentado apenas os grupos de elite tinham acesso a esse sistema educacional.

Para Laus (2012), isso mudou com a Revolução Industrial, quando o conhecimento passou a ser importante no processo produtivo, e a educação começou a ser mais incentivada para que os trabalhadores pudessem produzir mais. Desde então, serem detentor e produtor de conhecimento passou a ser algo almejado pelas economias mais fortes e pelas elites. Iniciou-se, então, uma universalização. Considerando o contexto de fome, guerras civis e problemas climáticos que se desenvolveu posteriormente, a internacionalização do ensino possui um papel ainda mais significativo na sociedade global. Severino (2007, p. 22), apresentou três objetivos do ensino superior nos dias atuais como sendo: formação de profissionais das diferentes áreas aplicadas, mediante o ensino/aprendizagem de habilidades e competências técnicas; formação de pesquisadores, disponibilizando conteúdo e orientando quanto aos métodos adequados e formação do cidadão, guiando-o para o conhecimento do seu papel na sociedade em termos históricos, pessoais e sociais. Sobre este objetivo, ele destaca que se deve levar o aluno a entender sua inserção não só em sua sociedade concreta, mas também no seio da própria humanidade. Como finalidade maior da universidade, o mesmo autor afirma que é contribuir para o aprimoramento da vida humana em sociedade.

Em 1997, o jornal *The Economist* constatou que “agora, a educação superior se tornou um negócio de massa. Nos dezessete países da OCDE, a proporção daqueles entre 18 e 21 anos na educação superior subiu de 14,4% em 1985 para 24% em 1995”. Além disso, dados da OCDE (2008) apontam que 40 bilhões de dólares foram gerados em torno apenas da mobilidade estudantil; e o número de alunos estrangeiros cursando ensino superior em países centrais passou de 100,8 milhões no ano de 2000 para 152,5 milhões em 2007 (UNESCO, 2009). Essas informações desenham um cenário marcado por um “mercado internacional para os serviços de educação superior e pesquisa acadêmica, facilitados pela massificação dos transportes e comunicação pela crescente migração de pessoas e pelo aumento do financiamento e oferta privada de educação superior” (LAUS, 2012, p. 57). Diante disso, entende-se que a mobilidade estudantil passou a ser vista como um investimento econômico, ou seja, que esse cenário de globalização e capitalismo juntamente com outros fatores.

Atualmente, as economias mais avançadas se fundamentam na maior disponibilidade de conhecimento. A vantagem comparativa é determinada cada vez mais pelo uso competitivo do conhecimento e das inovações tecnológicas. Esta centralidade faz do conhecimento um pilar da riqueza e do

poder das nações, mas, ao mesmo tempo, encoraja a tendência a tratá-lo meramente como mercadoria sujeita às leis do mercado e aberta à apropriação privada (BERNHEIM e CHAUI, 2008, p. 7).

A Internacionalização foi a base do ensino superior brasileiro, uma vez que escolas de nível superior foram criadas com a vinda da família real portuguesa, em 1808. A fim de garantir diploma e prestígio para os nobres, que se formaram profissionais liberais prontos para explorar um amplo mercado. Ademais, as afortunadas famílias que viviam no Brasil enviavam seus familiares para estudar em universidades europeias, pois não existiam IES. A criação tardia dessas instituições é própria de países colonizados, pois, processo que se deu de forma diferente nas colônias espanholas, mesmo as situadas nas Américas (como o México, cuja primeira universidade foi criada em 1551). As três primeiras universidades foram criadas na primeira década do século XX e logo foram fechadas, sendo que as pioneiras remanescentes foram criadas pelos presidentes da época, nos anos 20, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais, há menos de cem anos, mostrando o quão jovens são as universidades brasileiras (MARTINS, 2002; MENDONÇA, 2005; SANTOS e CERQUEIRA, 2009).

Sobre a compreensão do desenvolvimento do sistema educacional, Laus (2012, p. 37), relata a maior influência externa foi à norte-americana, iniciado pelo investimento do país na expansão do capitalismo desde o “Projeto Truman” até o “Plano Marshall”, que perdurou dos anos 1940 até 1970. Esse cenário culminou com o sistema político de ditadura militar, marcado pela abertura econômica e pela exposição do país para o mundo, fazendo com que tudo fosse influenciado pelos países mais fortes da época: economia, política, educação, saúde, segurança, etc. Nesse contexto, foram promulgados os seguintes documentos legais que regulamentavam o ensino superior: Decreto-Lei n.º 53, de novembro de 1966, e Decreto-Lei n.º 252, de fevereiro de 1967.

Por meio desses dispositivos, a educação superior poderia ser vista como um produto passível de ser comercializado sob a forma de “serviços educativos”, e isso levou ao início das discussões relacionadas a uma abertura educacional, com um cunho muito mais econômico que educativo. Esses documentos deram início a uma série de ações que culminaram em um acontecimento histórico que sedimentou a base da internacionalização do ensino superior brasileiro: a Reforma Universitária de 1968. Laus explica que ela veio como resposta à necessidade de profissionalização da população, às ambições do governo e às tendências internacionais: Nesse sentido, a ênfase na profissionalização presente na legislação que norteou a educação nacional a partir dessa época refletiria a necessidade de preparação de profissionais aptos para atuarem no mercado de trabalho e dando suporte ao governo militar de 1964. Nesse contexto, foi então sugerida ao país, pelos documentos elaborados pelos especialistas contratados, uma reforma universitária. É se insere uma discussão sobre que modelo de desenvolvimento se estava implementando com tais políticas e sobre toda uma evolução que iria ocorrer na negociação dos acordos de cooperação acadêmica e técnico-científica estabelecida pelo país (LAUS, 2012, p. 39). Promovida pelo MEC e apresentando, claramente, inspiração no modelo universitário norte-

americano, a proposta baseava-se “em princípios de economia e produtividade bem próprios da mentalidade empresarial” (ROMANELLI, 1998, p. 127), propondo a redução de custos, a otimização de recursos humanos e materiais, bem como de espaços físicos.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 veio com a missão de garantir e universalizar progressivamente os direitos fundamentais. De forma geral, este trecho da Carta estabelece a educação como um direito; disciplina os princípios do ensino; lista os deveres do Estado e as competências de cada instância; traz as condições para o oferecimento do ensino pela iniciativa privada; menciona a questão dos conteúdos mínimos; explicita a aplicação de recursos proveniente de tributos; explana sobre a “destinação de recursos a outras instituições de ensino; e menciona a existência de um plano nacional de educação e os objetivos que o norteiam”. Com a Carta Magna de 1988, o processo de internacionalização passa a ser visto como uma estratégia com ênfase sócio inclusiva pelas IES, em que, no mundo, as ações da UNESCO buscavam minimizar o viés economicista, afirmando que a educação deveria ser trabalhada como uma estratégia de desenvolvimento social, por meio do suporte do Estado (UNESCO, 1998).

Apesar dessa nova ênfase induzida pela lei e pelas tentativas das agências internacionais focadas no social, outros órgãos internacionais insistiram na perspectiva econômica, influenciando o sistema brasileiro. (LAUS, 2012, p. 50-51). Esse fenômeno foi facilitado pelo “Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços” (GATS), assinado por diversos países e proposto pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. O Acordo almejou a liberar aos poucos a prestação de serviços em geral (como educação e saúde), a fim de fomentar a exploração e a participação estrangeiras desses serviços. Em 1999, esse acordo passou a afetar a educação superior e a mobilidade estudantil: Pelo Acordo, a educação superior, vista como um produto passível de ser comercializada sob a forma de serviços educativos... o acordo previa a mobilidade e oferta no exterior de programas e de estabelecimentos de ensino, em quatro modalidades. Essas seriam: “fornecimento de educação superior transfronteiriça”, por exemplo, a Educação à Distância (LAUS, 2012, p. 50-51). Foi, então, através do GATS que se desenvolveu a internacionalização do ensino no Brasil. Vale destacar que os impactos disso foram além da mobilidade. Nesse mesmo período, foi externalizada, por parte da CAPES “a necessidade do estabelecimento de padrões internacionais para a avaliação das atividades de pós-graduação e das pesquisas dela decorrentes desenvolvidas pelas Instituições Públicas” (LAUS, 2012, p. 84); assim começou o fomento das atividades internacionais de docentes e pesquisadores.

Com o tempo, programas pequenos e específicos das instituições foram sendo desenvolvidos pelas IES sem um significativo apoio direto do governo. Isso gerou uma autonomia nas instituições e as mesmas se viram responsáveis pelo desenvolvimento de uma gestão universitária sólida e preparada para essa nova realidade. Diante da trajetória histórica apresentada, as universidades brasileiras, principalmente as públicas, precisaram adequar sua gestão para acompanharem sua posição estratégica no mercado. Para Trigueiro (1999), a própria universidade comporta seus maiores desafios administrativos, “as práticas obsoletas, a dificuldade

em se adequar a um novo contexto de relações sociais em um mundo economicamente complexo, caracterizando um conservadorismo persistente”. Han e Zhong (2015, p. 939), relatam que “com a rápida internacionalização e o desenvolvimento recente da economia do conhecimento, universidades estão agora enfrentando uma concorrência acirrada ao redor do globo e uma maior *accountability* à sociedade”. Este segundo fenômeno se mostra ainda mais evidente nas instituições públicas brasileiras, pois são mantidas por recursos públicos e seus serviços são disponibilizados gratuitamente para a sociedade, o que requer ainda mais responsividade por parte dos agentes da gestão universitária. Para as instituições privadas, o primeiro fenômeno é mais significativo e requer estratégias para o posicionamento das mesmas.

Miura (2006), sintetiza dois tipos de ações de internacionalização que são comuns às instituições públicas e privadas: as parcerias internacionais, que são “acordos institucionais, programas de cooperação, pesquisa conjunta, desenvolvimento tecnológico e mobilidade de estudantes/professores” (p. 72); e as ações relacionadas ao ensino.

Dentre as ações que se pode mencionar, tem-se: publicação de trabalhos em periódicos estrangeiros ou em língua estrangeira ou inglesa; co-tutela para dupla titulação e/ou complementação da formação de origem (estágios de ensino/pesquisa e programas particionados sanduiche); oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão em língua estrangeira; participar de eventos técnico-científicos no exterior; organizar edições de eventos internacionais no Brasil; programa de capacitação de funcionários nas universidades para atendimento ao público estrangeiro; criar e manter um órgão de relações internacionais; divulgar informações institucionais na internet em língua estrangeira; entre outros.

Diante desse cenário complexo e desafiador, entendeu-se que seria fundamental criar organizações que promovessem a integração e a capacitação dos gestores. Para tanto, foi criada em 1988 a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI, 2016). Essa instituição reúne mais de 180 (cento e oitenta) gestores e responsáveis por assuntos internacionais na educação superior, almejando o “aperfeiçoamento do intercâmbio e da cooperação internacionais como instrumentos para a melhoria do ensino, pesquisa, extensão e da administração das instituições filiadas”, além de “divulgar a diversidade e as potencialidades das IES brasileiras junto às agências de fomento, representações diplomáticas, organismos e programas internacionais”. Com a FAUBAI (2016), foram desenvolvidos debates e estudos, os quais são importantes para orientar discussões e guiar avaliações. Primeiramente, é importante compreender a diferença entre “mobilidade *out*”, acadêmicos da IES brasileira em universidades estrangeiras e “mobilidade *in*” acadêmicos de universidades estrangeiras na IES brasileira. Com relação aos responsáveis pelos processos de mobilidade acadêmica, se divide em dois grupos: atores internos e externos. Os internos são os que atuam na instituição e são responsáveis por suas políticas e ações.

Os agentes que promovem as ações e proporcionam as experiências internacionais fazem parte da equipe administrativa, ou seja, são os gestores que atuam na área. Já os que participam de tais experiências como professores, alunos e

pesquisadores constituem a equipe acadêmica. Outros aspectos norteadores precisam ser trabalhados. Começando pelos compromissos da gestão universitária das IES brasileiras, Ribeiro (2014), analisou 27 (vinte e sete) estatutos e constatou que as universidades propõem as seguintes ações: incentivar, promover e estimular o intercâmbio com outras instituições e organizações científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras, visando o desenvolvimento das ciências e das artes, preservando a natureza e interagindo com o ecossistema; colaborando com entidades públicas e privadas através de estudos, projetos, pesquisas e serviços, com vistas à solução de problemas regionais e nacionais sem perder de vista os valores éticos, ecológicos, em consonância com os anseios e tradições dos povos da região; prestando serviços à comunidade por meio de programas e projetos sociais e realização de cursos, eventos e campanhas públicas que envolvam, sempre que possível, as parcerias com outras instituições e/ou movimentos sociais organizados; promovem a integração cultural na perspectiva da pluralidade dos povos e integração internacional; mantendo a universidade aberta à participação da população, mediante amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos da sociedade; congregando professores, cientistas, técnicos e artistas, assegurando-lhes os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para se devotarem à ampliação do conhecimento ao cultivo das artes e às suas aplicações a serviço da sociedade (RIBEIRO, 2014, p. 9-10).

Juntamente com o aumento da complexidade da gestão universitária, intensificou-se também a formalização do processo de internacionalização das IES. Gacel-Ávila (1999, p. 38), afirma que o “processo de internacionalização deve ser visto como uma abertura institucional para o exterior” e, por isso, deve ser parte das diretrizes e dos planos de desenvolvimento institucional, para que esse processo seja desenvolvido, de forma estratégica, e articulada aos objetivos da organização. Essa formalização e as oportunidades para os estudantes chegaram com a mesma motivação: econômica. O programa de mobilidade que ilustra esse cenário nos dias atuais é o “Programa Ciência sem Fronteiras”, instituído pelo Decreto-Lei n.º 7.642/2011. Spears (2014, p. 11), explica a principal motivação que levou o governo brasileiro ao lançar o programa. A emergência no âmbito da economia mundializada como participante do BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) mobilizou o governo federal brasileiro a estabelecer um programa estatal de mobilidade acadêmica (Programa Ciência sem Fronteiras) de modo a fazer avançar o capital social do país (*general intellect*) e a infraestrutura em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) relacionadas à indústria (SPEARS, 2014, p. 11). A destinação de vagas apenas para as áreas supracitadas confirma isso. De acordo com Plano do Programa divulgado pela CAPES, a meta foi enviar 75.000 bolsistas para o exterior até o final de 2014, sendo que o programa começou oficialmente no segundo semestre de 2011. Até o mês de agosto de 2014, já tinham sido implementadas 70.188 bolsas de graduação e pós-graduação, sendo que 31.825 delas foram destinadas à área de “Engenharias e demais áreas tecnológicas”, 29% do total de estudantes (20.358) foram para os Estados Unidos, o que é um claro reflexo da Reforma Universitária e da tendência capitalista do cenário atual.

Na visão de Knight (2005), as razões de ser da internacionalização da educação são de naturezas diversas: políticas (estabelecimento de alianças estratégicas); econômicas (relacionadas a trocas comerciais e formação de renda); universitária (reforços diversos para as instituições educacionais) e sociocultural (compreensão mútua e desenvolvimento de ordem social e cultural). Essas razões contribuem para a compreensão de que o fenômeno da internacionalização não ocorre de maneira igual para todos os países e, muito menos, para as IES, considerando que cada uma delas possui sua dinâmica própria. Por isso, no mundo e no Brasil, a internacionalização vem acontecendo em meio a muitos desafios e tensões.

Lima e Maranhão (2009) classificam a internacionalização da educação em ativa e passiva. No primeiro caso, ela se manifesta no contexto daqueles países que investem em políticas de Estado destinadas a atrair e acolher estudantes, ofertando tantos serviços educacionais como exportando programas e instalando campi no exterior. Por sua vez, a internacionalização passiva materializa-se em países que não revelam políticas criteriosas para enviar estudantes para o exterior e que, além disso, possuem insuficientes recursos materiais e humanos para acolher e ofertar serviços educacionais. Dados divulgados pelo INEP (2017), no ano de 2016, mostram que o Brasil contava com um total de 2.407 IES, das quais 12,3% são públicas e 87,7% vinculadas ao setor privado. Esse conjunto de instituições contava com um total de 8.048.701 matrículas, das quais 75,3% em instituições privadas e 24,7% em estabelecimentos públicos. As instituições federais apresentavam 1.249.324 matrículas o que corresponde a 15,5% do número total, enquanto as estaduais contabilizavam 7,7% matrículas e as municipais tinham 1,5% de matrículas. Dados como esses atestam a tendência histórica verificada na educação superior brasileira de restrição ao espaço público e estímulo à iniciativa privada (SOUZA, 2017).

No que tange à nacionalidade dos estudantes de outros países matriculados nas IES brasileiras, em 2016. Na análise apresentada no censo da educação superior de 2016 o poder público reconhece que esse nível educacional brasileiro ainda lida com baixos índices de internacionalização, como é possível depreender da declaração a seguir: “Internacionalização da educação superior no Brasil é incipiente...” O Brasil conta com 15.803 estudantes estrangeiros em suas instituições de educação superior, de 174 (cento e setenta e quatro) diferentes nacionalidades, representando, entretanto, apenas 0,2% do total de matrículas (INEP, 2017, p.31). De acordo com dados do Censo da Educação Superior 2016 (INEP, 2017), dentre as vinte maiores IES que possuem os maiores números de matrícula de estudantes estrangeiros, oito são públicas, destas, seis federais e duas estaduais e doze são vinculadas ao setor privado, sendo oito declaradas como sendo sem fins lucrativos e as outras quatro com fins lucrativos (SOUZA, 2017).

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Após décadas de intenso desenvolvimento, a internacionalização aumentou na sua abrangência, escala e valor. Planos estratégicos das universidades,

declarações da política nacional para o ensino, declarações internacionais e artigos acadêmicos indicam o papel central desempenhado pela internacionalização no mundo atual do ensino superior. Knight (2011, p. 62), trouxe à luz alguns conceitos envolvendo a internacionalização. Os mitos questionaram a ideia da internacionalização como substituta da qualidade, o papel desempenhado pelos estudantes estrangeiros enquanto agentes da internacionalização, os acordos institucionais e a certificação internacional como indicadores do nível de internacionalização e a internacionalização enquanto estratégia para atingir posições elevadas nos rankings. Instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos, e trabalhando para encontrar soluções comuns para promover a circulação do saber e aliviar o impacto negativo da fuga de cérebros (UNESCO, 2009, p. 4).

De acordo com Knight (2012), na discussão da internacionalização da educação é preciso se manter atento tanto aos benefícios quanto aos riscos e às consequências não intencionais desse processo. Nessa perspectiva, a autora enfatiza que embora haja múltiplos e variados benefícios na internacionalização, manter o foco somente nos benefícios significa ignorar os riscos e as consequências negativas. Para Steger (2003), o movimento de internacionalização revela as necessidades de indivíduos que vivem em uma sociedade globalizada, que demanda trocas constantes de conhecimento, visando favorecer a inter-relação de culturas e pesquisas, essas trocas ultrapassam as fronteiras locais. Assim, a internacionalização tem como objetivo complementar, harmonizar e estender a dimensão local e não dominá-la. Se essa verdade fundamental não for respeitada, existe a forte possibilidade de uma reação negativa, levando a internacionalização a ser vista como agente homogeneizante ou hegemônico. Se ignorar o contexto local, a internacionalização vai perder seu verdadeiro norte, bem como seu valor (KNIGHT, 2012, p. 64).

Nas últimas décadas, os programas de mobilidade vêm se fortalecendo e se destacando como uma das estratégias mais férteis para a cooperação acadêmica internacional. Todavia, ainda que dotados de grande relevância, esses programas constituem a parte mais visível da internacionalização, pois, na verdade, existem várias outras possibilidades. Isto porque as políticas estatais e institucionais “promovem a internacionalização diversificando e fortalecendo a base tecnológica e científica de desenvolvimento sustentável enquanto se preservam interesses nacionais e incentivos para programar redes até a excelência na investigação tecnológica e científica” (LAUS e MOROSINI, 2006, p. 148). A partir dessa compreensão, foram observadas evidências do crescimento do mercado educacional e da desvirtuação do sistema ao mesmo tempo em que se buscava compreender e aplicar a função social do ensino.

A internacionalização reconhece e se vale das prioridades, políticas e práticas nacionais e regionais. A atenção dedicada agora à dimensão internacional do ensino superior não deveria se sobrepor à importância do contexto local nem erodi-la. Assim, a internacionalização tem como objetivo complementar, harmonizar e estender a dimensão local e não dominá-la. Se essa verdade fundamental não for respeitada,

existe a forte possibilidade de uma reação negativa, levando a internacionalização a ser vista como agente homogeneizante ou hegemônico. Se ignorar o contexto local, a internacionalização vai perder seu verdadeiro norte, bem como seu valor.

Embora haja múltiplos e variados benefícios na internacionalização, manter o foco somente nos benefícios significa ignorar os riscos e as consequências negativas não intencionais envolvidas. A fuga de cérebros decorrente da mobilidade acadêmica internacional é um exemplo de efeito adverso. O atual conceito de circulação de cérebros não reconhece a ameaça da mobilidade acadêmica nem a grande disputa por cérebros provenientes dos países situados no extremo inferior da cadeia intelectual. Além disso, a busca pela qualificação internacional está levando à recorrente emissão de títulos fraudulentos oferecidos por fábricas de diplomas, à multiplicidade de credenciais associadas a programas de dupla titulação e à ascensão de indústrias de certificação que aprovam operações questionáveis. Em alguns países, tem-se também uma excessiva dependência em relação à renda proveniente das taxas pagas por estudantes internacionais, algo que leva à precarização dos critérios acadêmicos e à ascensão dos "programas de ensino das fábricas de vistos". A crescente comercialização dos programas de certificação e diplomação dupla entre diferentes países e seu tratamento como commodity estão ameaçando a qualidade e a relevância do ensino superior em determinadas regiões do mundo. Estudos recentes mostram que os líderes de ensino superior ainda acreditam que os benefícios da internacionalização superam os riscos. Entretanto, é imperativo manter a atenção concentrada nos diferentes impactos da internacionalização, tanto positivos quanto negativos.

A internacionalização é um meio para se atingir um objetivo, e não uma finalidade em si mesma. Trata-se de um truísmo frequentemente mal interpretado que pode levar a um entendimento enviesado daquilo que a internacionalização pode ou não pode fazer. O sufixo "ização" significa que a internacionalização é um processo ou um meio de aprimorar ou atingir metas. A internacionalização pode, por exemplo, ajudar no desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e dos valores internacionais e interculturais entre os estudantes por meio das melhorias no ensino e no aprendizado, da mobilidade internacional e de um currículo que inclua elementos comparativos, internacionais e interculturais. O objetivo não é um currículo mais internacionalizado nem um aumento na mobilidade acadêmica por si mesma. Em vez disso, o objetivo é garantir que os estudantes estejam mais preparados para viver e trabalhar num mundo mais interconectado. A compreensão da internacionalização como um meio para se atingir um fim e não como um fim em si garante que a dimensão internacional seja integrada de maneira sustentável às principais funções do ensino e do aprendizado no ensino superior, da pesquisa e da produção do conhecimento, melhor servindo à comunidade e à sociedade.

A globalização tem seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimento, bens, serviços e tecnologias. A internacionalização enfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. A diferença entre o conceito de fluxo mundial e a noção dos relacionamentos entre as nações é ao mesmo tempo notável e profunda. A internacionalização do ensino superior recebeu da globalização influências positivas

e negativas, e embora os dois processos sejam fundamentalmente diferentes, há entre eles um elo de grande proximidade. A pauta de competitividade e comércio, por exemplo, frequentemente associada à globalização, teve um grande impacto no desenvolvimento do ensino transfronteiras. Por sua vez, o crescimento desse ensino e sua inclusão nos acordos comerciais bilaterais e regionais fortaleceram a globalização. Os princípios fundamentais que orientam a internacionalização sempre representam objetivos distintos para diferentes pessoas, instituições e países. Ainda assim, prevê-se que a internacionalização teria evoluído a partir de algo que foi tradicionalmente visto como um processo, com base em valores de cooperação, parceria, troca, benefícios mútuos e aprimoramento da capacidade. Agora, a internacionalização é cada vez mais caracterizada pela concorrência, pelo mercantilismo, pelo interesse individual e pela construção de status. É necessário dedicar mais atenção à descoberta das verdades e valores subjacentes à internacionalização do ensino superior.

Para Harrari (1989), é necessário ter uma política de internacionalização institucional como parte integrante do desenvolvimento estratégico da instituição. Gacel-Ávila (2003), afirma que cabe às autoridades educativas exercer a condução e a liderança do processo de mudança ou adaptação institucional. Diversos trabalhos têm sido publicados discutindo esse tema a partir de diversas perspectivas. Borges e Aquino (2013) trataram dos efeitos da globalização e conseqüentemente do capital externo na educação superior brasileira. Abba (2015), por sua vez, fez uma análise comparativa dos departamentos de relações internacionais de universidades argentinas, observando questões como planejamento estratégico, gestão de programas e projetos, entre outros. Afunilando a abordagem dos trabalhos, tem-se o trabalho de Laus (2011), que discorreu sobre o processo histórico de internacionalização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para Rudzki (1998), internacionalização das universidades é um processo de mudanças que envolvem a análise curricular, a capacitação do corpo acadêmico e da equipe administrativa e o desenvolvimento da mobilidade acadêmica como uma forma de conseguir excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades acadêmicas. Laus (2012, p. 28) amplia mais esse conceito e afirma que:

A internacionalização de uma universidade corresponde ao processo de diálogo (trabalhos conjuntos, cooperação, intercâmbio, adequação das estruturas institucionais, conflitos e problemas surgidos) com outras universidades ou organizações variadas (empresas, governos, agências internacionais, ONGs) do mundo exterior à fronteira nacional na concepção, desenvolvimento ou implementação de suas funções de ensino, pesquisa e extensão (LAUS, 2012, p. 28).

Para melhor observar esses reflexos, o *International Association of Universities* (IAU) desenvolveu em 2017 uma pesquisa que consultou 1.336 instituições em 131 países. O relatório apresenta a maior e mais geograficamente abrangente coleta de dados primários sobre internacionalização da educação superior disponível hoje. Destacam-se alguns pontos dessa pesquisa:

- A. Mais de metade das instituições pesquisadas possuem uma política e/ou estratégia de internacionalização;
- B. Mobilidade estudantil e colaboração para pesquisa internacional são as maiores prioridades das instituições;
- C. Conhecimentos dos estudantes acerca de assuntos internacionais é o benefício mais significativo que se espera da internacionalização;
- D. O fato de oportunidades internacionais serem disponíveis apenas para estudantes que possuam recursos financeiros foi considerado o maior risco potencial da internacionalização para as instituições, enquanto o maior risco social é a mercantilização/comercialização da educação;
- E. Na maioria das regiões, o foco geográfico das universidades é sua própria região. A Europa também é um foco para a maior parte dos respondentes;
- F. Recursos limitados é o maior obstáculo interno e externo, o que também foi constatado nas duas últimas pesquisas;
- G. Os respondentes relatam que buscam promover valores de igualdade e partilha dos benefícios por meio das estratégias e atividades de internacionalização. Os pontos “a”, “d”, “f” e “g” podem ser observados na realidade brasileira. Contudo, o quinto tópico não corresponde ao contexto nacional, uma vez que as instituições brasileiras buscam universidades de excelência para assinar convênios e estes institutos estão localizados em outros continentes, situados principalmente no hemisfério norte. O mesmo ocorre com o segundo e terceiro pontos, mostrando que o Brasil ainda tem muito para evoluir no quesito internacionalização para acompanhar o cenário das principais universidades do mundo.

Borges e Aquino (2013, p. 31), explicam que há uma perda do propósito oficial da internacionalização, uma vez que ocorre “uma adaptação às novas formas sociais de produção e reprodução do sistema capitalista, partindo do pressuposto de que quem é hegemônico concebe a política econômica internacional de modo a poder sustentar seus próprios interesses e ideologias”. Isso “implica na diminuição de barreiras para o ‘livre comércio’, num caminho que pode levar à perda da autonomia universitária e da diversidade cultural”. Outras implicações culturais podem ser observadas ao se refletir acerca da mobilidade *in*. Não se tem o hábito de praticar de forma periódica a comunicação oral e escrita em língua estrangeira nas universidades brasileiras, além de haver uma incapacidade dos órgãos de relações internacionais terem uma postura proativa em assessorar as IES, gerando demandas reprimidas de ensino/pesquisa, muitas vezes por desconhecimento e falta de informação, que uma assessoria internacional poderia facilitar e promover de modo integrado. Isso prejudica o desenvolvimento de uma atuação ativa de internacionalização, que pode lesar a imagem da instituição e afetar futuras parcerias, além de comprometer o aproveitamento potencial dessas experiências.

Esse contexto também contempla questões financeiras ao considerar a escassez de recursos para viabilizar e manter esse processo, questão ainda mais latente em tempos de crise político-econômica. Além disso, verificam-se as limitações

tecnológicas para compartilhar conhecimento e negociar parcerias. Essas limitações levam à vulnerabilidade das instituições de ensino ao capital internacional, uma vez que elas possuem poucas opções de captação de recursos para driblar esses obstáculos. Essa vulnerabilidade pode enviesar o conhecimento transmitido, limitar e/ou direcionar as áreas de investigação dos pesquisadores, descaracterizar a atuação local da instituição, desprivilegiar campos do conhecimento que não trazem retorno financeiro direto a investidores, entre outras consequências.

Entende-se que o contato direto com outras culturas e pontos de vista é enriquecedor pessoal e profissionalmente, não só para aqueles que tiveram a oportunidade de participar de mobilidade, mas também para o ambiente acadêmico de forma geral. Algumas das conquistas desse fenômeno são aquisição de proficiência em uma língua estrangeira, surgimento de novas ideias e perspectivas como resultado do contato com métodos diferentes de ensino e pesquisa, desenvolvimento de habilidades interpessoais, experiências pessoais e acadêmicas adquiridas, aumento da tolerância na convivência entre as pessoas, obtenção de financiamentos devido ao aumento da visibilidade da instituição e conquista do respeito de outras instituições. Negativamente, é possível observar que os intercâmbios como são feitos atualmente atenuam as desigualdades existentes no meio acadêmico. Ao selecionar estudantes que já possuem a proficiência na língua e bons resultados em seus históricos escolares, o sistema apenas incrementa os conhecimentos que poucos já possuem. Além disso, verificou-se que a prática do fomento de fechamento de parcerias nas áreas do conhecimento que trazem retorno monetário, excluindo alguns campos de estudo e gerando um obstáculo para o enriquecimento de pesquisas nos mesmos.

Além dessas implicações, discutir previsões é importante para guiar os planejamentos e as discussões acerca do assunto de forma solidamente embasada, com condições reais de se trazer resultados positivos. Em 2003, Porto e Régner lançaram o livro “O Ensino Superior no Mundo e no Brasil Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: Uma Abordagem Exploratória” como um mapeamento do futuro do ensino superior no Brasil e no mundo, baseado no passado e nas mudanças que vêm ocorrendo com o tempo.

A cooperação é a ideia principal do Cenário 1 - Encontro entre os Povos: Educação como um Bem Público em um Contexto de Ampla Internacionalização. Assim, após várias turbulências e diversos conflitos que marcaram o século passado, organismos internacionais ganham força e as esferas política, econômica e social colaboram para as relações internacionais no meio educacional, tanto que levam ao estímulo dos estudos na área das ciências humanas (incluindo pesquisas puramente culturais sobre pequenos grupos) mesmo que elas não tragam resultados aplicados diretamente no setor produtivo e à reformulação do ensino a distância. Vale salientar que os padrões de qualidade devem ser cada vez mais observados para que o processo de validação de diplomas seja feito com mais facilidade. Com relação à internacionalização em si, observa-se a assinatura de “parcerias internacionais para a expansão do sistema de ensino superior nos países em desenvolvimento” (p. 47) e a “criação de um fundo internacional de financiamento da educação superior” (p. 48).

“O mundo é uma grande cadeia de produção onde cada um busca se integrar da melhor forma” (p. 49); assim se resume o Cenário 2 - Homogeneização das culturas: Educação como Mercadoria em um Contexto de Ampla Internacionalização. Internet, concorrência, evolução do sistema financeiro, fluxos de capital e bolsões de pobreza não deixam de influenciar o sistema educacional e fazer com que a educação se torne uma resposta para as necessidades empresariais, tirando o espaço das artes e das ciências humanas. Em suma, “a educação cresce em importância e continua sendo a principal força motriz da inovação e competitividade dos países” (p. 50), o que leva a um aumento nos investimentos em educação e nos lucros de grandes corporações educacionais, à elaboração de rankings globais baseados nos padrões de qualidade definidos e à perda do patrimônio cultural de comunidades devido à padronização do ensino.

O Cenário 3 - Manutenção das Diferenças: Educação como um Bem Público em um Contexto de Internacionalização Limitada - se baseia na ideia de que “o mundo é dividido em grandes impérios” (p. 60) devido à estagnação da globalização e da concentração do poder e da capacidade produtiva nos países centrais. Com isso, perde-se a esperança de um sistema econômico mais justo e equilibrado, principalmente depois da volta do protecionismo e do enfraquecimento dos organismos internacionais que atuavam no mercado. Isso tudo leva a consequências diversas, como o agravamento de problemas sociais, estagnação das economias emergentes, falta de cooperação e aumento das diferenças de modo geral. Quanto ao ensino superior, ele se vê ainda mais influenciado pela economia, o que é percebido nas integrações entre blocos regionais (principalmente por meio dos intercâmbios acadêmicos) e negociações de reconhecimento de diploma. Por outro lado, o protecionismo pode ser notado na preservação de heranças culturais, nas restrições nas relações com universidades no exterior e na busca pelo desenvolvimento local. De forma geral, esse cenário ilustra um grande desenvolvimento do ensino superior, contando com a UNESCO, com os governos e com fundos de fomento, o que gera crescimento da oferta em instituições públicas, auxílio do governo para financiamento dos estudos em faculdades particulares, avaliação da qualidade e da empregabilidade dos cursos, aumento da oferta de cursos à distância e aprimoramento do uso de tecnologias no processo ensino-aprendizagem.

Por fim, o Cenário 4 - Aumento do fosso entre Norte e Sul: Educação como Mercadoria em um Contexto de Internacionalização Limitada está num contexto de hiperconcorrência mundial, que conta com uma OMC enfraquecida, um “comércio internacional turbulento e instável” (p. 56), uma globalização em retrocesso, pouca cooperação e “reduzido crescimento econômico mundial e crises de liquidez” (p. 57). Respostas a esse cenário se mostram falhas, imediatistas e instáveis, levando a conflitos étnicos, piora nas condições de emprego, “crescimento da violência e contravenção” e, apesar de tudo, “pouca mobilidade social” (p. 57). No quesito educacional, notam-se a falta de limites na busca por dinheiro, a redução dos fluxos de intercâmbio, a queda na qualidade do ensino em países em desenvolvimento, diferenças crescentes entre universidades, esvaziamento da Unesco, concorrência

acirrada, crises e falências em várias instituições e pouco auxílio para os grupos sociais em desvantagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar essas tendências à luz das discussões deste artigo, observa-se que o Brasil se encaixa no segundo cenário Homogeneização das Culturas Educação como Mercadoria em um Contexto de Ampla Internacionalização, pois está passando por um fenômeno de ampla internacionalização, motivada por interesses econômicos, cujos resultados para o Brasil são negativos. Ao analisar essas tendências à luz das discussões deste artigo, observa-se que o Brasil se encaixa no segundo cenário Homogeneização das Culturas Educação como Mercadoria em um Contexto de Ampla Internacionalização, pois está passando por um fenômeno de ampla internacionalização, motivada por interesses econômicos.

A internacionalização é um processo que leva à integração da dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior. Assim sendo, trata-se de um processo de mudança adaptado para atender necessidades e interesses individuais de cada instituição. Conseqüentemente, não existe um modelo "genérico" para a internacionalização. A adoção de um conjunto de objetivos e estratégias que estejam "na moda" ou que tragam uma "marca conhecida" nega o princípio segundo o qual cada programa, instituição ou país precisa determinar sua abordagem individual para a internacionalização com base na articulação coerente de seus próprios objetivos e dos resultados esperados.

## REFERÊNCIAS

ABBA, Maria Julieta. Las oficinas de relaciones internacionales en el proceso de internacionalización de la educación superior. Un análisis a través de variables de gestión. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 8, n. 4, p. 20-37, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n4p20>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BERNHEIM, Carlos Tünnerman; CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Paris: UNESCO, 2008. Série Documentos Ocasionais do Fórum da UNESCO. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2016.

BERTOLIN, J. C. G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização**-período 1994-2003. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BERTOLIN, J. C. G. Uma proposta de indicadores de desempenho para a educação superior brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 471-490, set.-dez. 2011.

BORGES, Vanessa Maria de Oliveira; AQUINO, Edson Tomaz de. Ensino superior à ordem do capital internacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 2, p. 22-32, abr. 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2013v6n2p22/24565>> Acesso em: 30 set. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Capítulo III, artigos 205 a 2014**, Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-norma-pe.html>>. Acesso em 20 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-norma-pe.html>>. Acesso em 20 jul. 2014.

BRASIL. Portaria nº 11, de 28 de abril de 2003a. Institui a Comissão Especial de Avaliação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 30 abr. 2003. n. 82, Seção 2, p. 19.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 19, de 17 de maio de 2003b. Designa membros para Comissão Especial de Avaliação. **Diário Oficial [da] BRASIL**. República Federativa do Brasil, Brasília, 28 maio 2003, n. 101, Seção 2, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino superior no mundo e no Brasil: Tendências e cenários 2003-2025**. 2003c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa do MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 set. 2008, n. 173, Seção 1, p. 13.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. **Presidência da República**, Brasília, DF. Disponível em < <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-Csf.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 04 fev. 2014, seção 1, p. 5.

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA Nº 1.383, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**. Disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril. *Sinaes*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil tendenciescenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CAPES. **Internacionalização Do Ensino Superior Precisa Avançar, Sugere Estudo Da CAPES**. Publicado: Sexta, 03 Novembro 2017 11 44. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8621-internacionalizacao-do-ensino-superior-precisa-avancar-sugere-estudo-da-capes>. *Brasília – CCS/CAPES*. Acessado em: 20 de agosto de 2018.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. 131 p.

**CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS**. Um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras\\_DocumentoCompleto\\_julho2011.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf). Acesso em: 30 de setembro de 2014.

CUNHA, M. I. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): a autoavaliação como condição emancipatória. In: CUNHA, M. I. (Org.). **Formatos avaliativos e concepção de docência**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 201-214.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

FAUBAI. **Sobre a FAUBAI**. s.d. Disponível em: <<http://faubai.org.br/pt-br/sobre-a-faubai>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe**: reflexiones y lineamientos. Guadalajara: Organisation Universitaire Interamericaine y La Association Mexicana para la Educacion Internacional, 1999. 210 p.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **La Internacionalización de la educación superior**: paradigma para la ciudadanía global. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2003. 390 p.

HAN, Shuangmiao; ZHONG, Zhou. Strategy maps in university management: A comparative study. **Educational Management Administration & Leadership**, v. 43, n. 6, p. 939-953, 2015. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1741143214552860#articleCitationDownloadContainer>>. Acesso em: 30 set. 2016.

HARRARI, Maurice. **Report #1, internacionalization of higher education**: effecting institutional change in the curriculum and campus. Long Beach: Center for International Education, California State University, 1989. 32 p.

**INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES**. Building a Worldwide Higher Education Community. International Handbook of Universities, 2018. Disponível em: <https://www.iau-aiu.net/International-Handbook-of-Universities-58>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira . **SINAES**. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação, 5. ed., ampliada. Brasília: INEP, 2009.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação de Educação Superior. Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Nota Técnica nº 14 /2014**. Assunto: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/nota\\_tecnica/2014/nota\\_tecnica\\_n14\\_2014.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n14_2014.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2017.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira . **Censo da educação superior 2016**. Divulgação 31 ago. 2017. Disponível

em:

<[http://inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/censo\\_superior\\_tabelas.pdf](http://inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf)>. Acesso em 14 out. 2017.

KNIGHT, J. Updated internationalization definition. **International Higher Education**. Boston, 2003. v. 33.

KNIGHT, J. Un modelo de interacción: respuesta a nuevas realidades y retos. In: WIT, Hans de et al. (Ed.). **Educación Superior en América Latina**: la dimensión internacional. Colômbia: Mayol, 2005. p. 11-42.

KNIGHT, J. Cinco verdades sobre internacionalização. **International Higher Education**. Center for International Higher Education, n. 69, out. 2012. Edição brasileira (Revista Ensino Superior Unicamp) publicada mediante acordo de cooperação entre Unicamp e Boston College.

KNIGHT, Jane. **Five myths about internationalisations international Higher Education**. Boston College. Center for International Higher Education, issue, 67, 23 de fevereiro de 2011. professora adjunta do Ontario Institute for Studies in Education, Universidade de Toronto, Canadá. E-mail: [jane.knight@utoronto.ca](mailto:jane.knight@utoronto.ca)

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internacionalización de la Educación Superior en Brasil. In: DE WIT, H.; JARAMILLO, J. G-A; KNIGHT, J. (Ed.). **Educación Superior en América Latina: la dimensión internacional**. Bogota: Banco Mundial, 2006.

LAUS, Sonia Pereira. **A internacionalização da educação superior**: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina. 2012. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2012.

LAUS, Sonia Pereira. As contingências históricas e o ensaio precoce do que se consolidaria como o processo de internacionalização da UFSC. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 4, n. 4, p. 208-226, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2011v4nespp208>>. Acesso em: 30 set. 2016.

LIMA, Manolita Correia; MARANHAO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Avaliação**, Sorocaba, v.14, n.3, p. 583-610, 2009. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2016.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v.17, n.3, p. 4-6, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-86502002000900001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001)>. Acesso em: 15 set. 2016.

MENDONÇA, Tânia Regina Broeitti. Brasil: O Ensino Superior às primeiras universidades Colônia-Império-Primeira República. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2, 2005, Cascavel. **Anais do...** Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2005.

MIURA, Irene Kazumi. O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas do conhecimento. 2006. **Tese (Livre Docência)**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface**. Fundação UNIBotucatu, UNESP, v. 5, n. 9, p. 89-102, 2001.

OCDE. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico**. Trad. More Than Just Words; rev. Sophie Arnaut. - [S.l.] F-Iniciativas, imp. 2008 (Assafarge: Gráfica de Coimbra). p. 319-323

PEIXOTO, M. C. L. Avaliação institucional externa no Sinaes: considerações sobre a prática recente. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 11-36, mar. 2011.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, tendências e cenários para o Horizonte 2003-2025**. MEC/INEP. Dez. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2008.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Os Desafios Contemporâneos da Gestão Universitária: Discursos Politicamente Construídos. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4, 2014. **Comunicações orais**. Cidade do Porto: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, 2014. Disponível em:

<[http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT2/GT2\\_Comunicacao/RaimundaMariadaCunhaRibeiro\\_GT2\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/RaimundaMariadaCunhaRibeiro_GT2_integral.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 279 p.

RUDZKI, Romuald Edward John. **The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice**. 1998. Tese (Doutorado em Filosofia). Escola de Educação, University of Newcastle upon Tyne, United Kingdom, 1998.

SAMPAIO, Rosely Moraes; LANIADO, Ruthy Nadia. Uma experiência de mudança da gestão universitária: o percurso ambivalente entre proposições e realizações. **Revista de Administração Pública – RAP**, v.43, n.1, p. 151-174, 2009. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000100008>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA, 9, 2009, Florianópolis. **Anais do...** Florianópolis: Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, 2011. p.1-17.

SANTOS, Gildenir Carolino; PASSOS, Rosemary (Colab.). **Percorso científico: guia prático para elaboração da normalização científica e orientação metodológica**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012. 157 p., il. (Manuais técnicos BFE, n.7). ISBN 9788564830073. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=49038&opt=4>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 303 p.

SINAES. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: banco de dados. Disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

SOUSA, J. V. Qualidade na educação superior: lugar e sentido na relação público-privado. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 242-256, maio-ago. 2009.

SOUZA, José Vieira de. **Internacionalização da Educação Superior como indicador do Sinaes: de qual qualidade estamos falando?** Educação revista quadrimestral. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 343-354, set.-dez. 2017.

SPEARS, Eric. O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p. 151-163, 2014. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1005/311>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

STEGER, M. B. **A globalização: compreender**. Vila Nova de Famalicão, Portugal: Edições Quasi, 2003.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Reforma Universitária e mudanças no ensino superior no Brasil**. Brasília, Unesco, nov. 2003. p. 78. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139968por.pdf>>. Acesso em: 12. out 2008.

UNESCO. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 1998. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category\\_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 21 jul. 2001.

UNESCO. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 2009. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category\\_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 21 jul. 2016.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Gente; Edusp; Instituto Fonte; Instituto Ayrton Senna, 2004.

## **INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

### *INTERNATIONALIZATION OF THE STATE UNIVERSITY OF GOIÁS*

Daniele Lopes Oliveira<sup>5</sup>

João Cândido Barbosa<sup>6</sup>

**Resumo:** A internacionalização do ensino vem de um longo processo histórico que remonta séculos, e desde 1980 essa política veio se consolidando. No Estado de Goiás a partir de 1999, percebemos que na Universidade Estadual de Goiás essa política começa a ser desenhada a partir de 2016, por meio de uma série de programas que foram criados com a finalidade de expandir e consolidar a internacionalização do ensino superior no Estado de Goiás.

**Palavras-chave:** Educação. Universidade Estadual de Goiás. Ensino Superior.

**Abstract:** the internationalization of education comes from a long historical process that goes back centuries, and since 1980 this policy has been consolidating. In the State of Goiás from 1999, we noticed that at the State University of Goiás this policy begins to be designed from 2016, through a series of programs that were created with the purpose of expanding and consolidating the internationalization of higher education in the country. Goiás state.

**Keywords:** Education. State University of Goiás. Higher education.

## **INTRODUÇÃO**

A internacionalização do ensino tem um longo histórico que remonta aos séculos XVI e XVII. Naquela época, universidades em várias partes da Europa começaram a oferecer cursos de graduação para estudantes estrangeiros, enquanto outras instituições de ensino também começaram a expandir seus programas de intercâmbio.

Durante o século XX, a internacionalização do ensino foi impulsionada por governos, organizações internacionais e fundações. Nos últimos anos, o número de programas de intercâmbio e auxílios financeiros dedicados à internacionalização do ensino tem crescido ainda mais.

---

<sup>5</sup> Pós-Doutora em Educação, Doutora em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Estudiosa de Ciências Políticas e Direitos Humanos e Relações Internacionais.

<sup>6</sup> Pós-Doutor em Educação pela PUC Goiás. Doutor em Ciências da Religião pela PUC Goiás. Mestre em Economia de Empresas pela Universidade Católica de Brasília. Pós-graduado em Análise e Auditoria Contábil e graduação em Ciências Contábeis pela UEG. Pesquisador nas áreas contábil e financeira.

## **INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

Entre 1970 e 2007, no mundo o número de estudantes de ensino superior, passou de 28,6 (vinte e oito virgula seis) para 152,5 (cento e cinquenta e dois virgula cinco) milhões. A partir dos anos 2000 foram incorporados 51,7 (cinquenta e um virgula sete) milhões de novos estudantes, boa parte deles de regiões do globo com uma participação, até então, reduzida no total mundial de matrículas de ensino superior. Em 2014, eram 132 (cento e trinta e dois) milhões e, em 2018, o número de estudantes universitários no mundo havia ultrapassado a marca de duzentos milhões. Esses estudantes concentram-se na Índia 25% (vinte e cinco por cento) e na China 32% (trinta e dois por cento) (ALTBACH; REISBERG, 2018).

A internacionalização do ensino é um movimento que visa aumentar a diversidade e a inclusão de estudantes, profissionais e pesquisadores de diferentes países. As universidades lidam com o conhecimento, um ativo essencialmente qualitativo e intangível. Possuem tecnologias múltiplas e muita sensibilidade a fatores ambientais que interferem na estratégia (JUNIOR, 2016).

Para Moritz *et al.* (2012) as instituições são organizações com diferentes objetivos, multidisciplinar, gestora de recursos intelectuais, gera e dissemina conhecimento, propaga debates, arte e música, tornando os objetivos da universidade extensos e complexos, gerando assim, a dificuldade em geri-la.

Ela busca aprimorar o conhecimento acadêmico e facilitar o intercâmbio entre instituições e culturas, assim como promover o desenvolvimento social, cultural e político. A internacionalização remonta às viagens de exploração marítima no século XVI, mas desde então tem evoluído e se adaptado às necessidades educacionais atuais.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) reconhece a internacionalização como parte fundamental do ensino. Ela fornece diretrizes para o desenvolvimento de programas internacionais que promovam a interação entre universidades, a troca de estudantes e professores, bem como outras atividades acadêmicas.

A lei também incentiva as instituições de ensino superior a estabelecer parcerias internacionais para desenvolver projetos conjuntos, apoiar as trocas acadêmicas e divulgar o ensino brasileiro no exterior.

A internacionalização do ensino superior pode ocorrer de várias formas, como a troca de estudantes e professores, programas conjuntos entre universidades, parcerias acadêmicas entre instituições no Brasil e no exterior, além de outras atividades educacionais. Algumas dessas atividades incluem cursos de curta duração, projetos de investigação conjuntos, seminários internacionais, conferências e congressos, e outros eventos que promovam a integração cultural.

A fim, de apoiar essas ações o governo do Estado de Goiás, por meio da coordenação-Geral de Relações Internacionais no ano de 2016, por meio da Rede Goiana de Educação Internacional. O então governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo em reunião junto aos reitores de seis Instituições de Ensino Superior (IES) goianas, entre eles o reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), professor Dr.

Haroldo Reimer, se reuniram para a assinatura do protocolo de intenções para criação da Rede Goiana de Educação Internacional. Com essa ação foi realizada a criação da Rede que teve como objetivo incentivar e promover o intercâmbio entre Instituições do Estado e universidades estrangeiras e assim promover com excelência a internacionalização do ensino superior em Goiás.

A UEG, por meio da Coordenação-Geral de Relações Internacionais (GGRI), foi instituída para a coordenação os trabalhos da Rede. O professor Haroldo Reimer destacou a importância e o papel das IES para o Estado, afirmando que: “as instituições de ensino superior têm muito a contribuir para o desenvolvimento de Goiás a partir do desenvolvimento de pesquisas e material intelectual. Nos últimos anos, o número com Instituições estrangeiras aumentou possibilitando o intercâmbio de pesquisadores e discentes do estado, mas também colocando Goiás como destino de estrangeiros que querem estudar em outros países [...]”.

Haroldo Reimer comentou sobre a importância do projeto *Goiás Sem Fronteiras* para o aumento do fluxo de estudantes goianos em programas de intercâmbio. Outro ponto levantado foi a continuidade da participação de representantes das IES nas missões estaduais internacionais que, entre muitas parcerias, rendeu à UEG o desenvolvimento do *Laboratório de Produção Animal no Câmpus São Luís de Montes Belos*.

Estiveram presentes na assinatura do acordo, o reitor Haroldo Reimer, os reitores da Universidade Federal de Goiás (UFG), do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), do Instituto Federal de Goiás (IF Goiás), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e da Uni-Evangélica.



Foto: PUC Goiás, 2016.



Foto: Governador Marconi Perillo e o Coordenador-Geral de Relações Internacionais da UEG Hebert Melo, 2016.

Atualmente Aparecida de Goiânia tem aproximadamente 50 (cinquenta) alunos internacionais matriculados em cursos de graduação nas principais universidades da cidade. Alguns destes alunos vêm de países como Estados Unidos, Canadá, Japão, Coréia do Sul e outros.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) também possui parcerias com diversas universidades no exterior, permitindo que os alunos obtenham um diploma reconhecido internacionalmente. Também há acordos entre outras universidades goianas e instituições estrangeiras, proporcionando oportunidades de intercâmbio para os estudantes.

A Universidade Estadual de Goiás oferece vários programas de internacionalização, incluindo intercâmbios, estudos a distância e cursos intensivos. Além disso, a universidade também oferece auxílio financeiro para programas de internacionalização, assim como bolsas de estudo para alunos.

Os programas de internacionalização da Universidade Estadual de Goiás incluem: intercâmbios, estudos a distância e cursos intensivos. Além disso, existem várias formas de auxílio financeiro para programas de internacionalização oferecidos pela universidade, como bolsas de estudo.

Os programas de internacionalização da Universidade Estadual de Goiás são: o Programa de Intercâmbio Acadêmico (PIA), o Programa de Estudos a Distância (PED) e o Programa de Cursos Intensivos (PCI). Além disso, existem várias formas de auxílio financeiro para programas de internacionalização oferecidos pela universidade, como bolsas de estudo.

O Programa de Mobilidade Nacional (PMN) para estudantes de universidades filiadas à Associação dos Reitores de Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM). Ao todo, são oferecidas 1.368 (mil e trezentos e sessenta e oito) vagas no Programa para o semestre 2018/1, em 21 (vinte e uma) instituições. O início das aulas será de acordo com o calendário acadêmico das Instituições de Ensino Superior (IES) de destino, conforme consta do edital.

O objetivo do PMN é proporcionar aos acadêmicos trocas culturais e contato com novas realidades em instituições de outras cidades e estados brasileiros. Seleção, os estudantes que tenham interesse na mobilidade nacional devem identificar quais das universidades oferecem os cursos nos quais eles estão atualmente matriculados. Com a escolha feita, o estudante deve entregar na Assessoria de Relações Exteriores os documentos exigidos para participar do PNM.

Os interessados em fazer a mobilidade devem apresentar um plano de estudos aprovado pelo coordenador do curso de origem, bem como uma carta de recomendação assinada pelo departamento da universidade de origem, para a IES escolhida.

Intercâmbio na Universidade Estadual de Goiás, atendendo a Resolução CsU 062/2013, a AREX solicitará afastamento para intercâmbio ao aluno da UEG que fizer mobilidade nacional e internacional em IES parceira ou em Programa de Intercâmbio.

Contudo o discente deverá apresentar as documentações comprobatórias para o afastamento nos registros acadêmicos da UEG. São estes:

- Termo de Compromisso e Mobilidade Acadêmica da UEG;
- Carta de aceite da IES no exterior;
- Plano de Estudo das disciplinas a cursar;
- Carta de Benefício (Quando for de Programa de Intercâmbio);
- Cópia da Página de ID do Passaporte;
- Cópia do visto de estudo;
- Certificado da proficiência em língua estrangeira (Se houver).

De acordo com a Resolução 062/2013, a UEG, afirma que:

[...] Art. 7º O discente que se ausentar da UEG para realizar intercâmbio em IES nacional ou internacional, deverá manter sua matrícula na UEG inscrito unicamente em “Em Intercâmbio”.

Art. 8º Os componentes curriculares compatíveis com o projeto pedagógico do curso que tenham sido realizados com aprovação em intercâmbio/mobilidade serão relacionados no histórico escolar sob a legenda: “ADI” (Aproveitamento de Disciplina em Intercambio) e os demais, como extracurriculares, com a sigla: “CI” (Cumprido em Intercâmbio), indicando a carga horária total e nota que conste no Histórico da IES nacional e/ou internacional.

A Assessoria de Relações Externas (AREX) da UEG procura auxiliar os alunos de intercâmbio na obtenção de vistos de entrada em países estrangeiros. A instituição mantém uma rede de contatos com diversas embaixadas e órgãos consulares. Dessa maneira, facilita o acesso dos estudantes aos principais programas e convênios dos quais participa. Os alunos podem procurar a AREX na Sede Administrativa da UEG, que fica no seguinte endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, CEP: 75132-903 Anápolis - Goiás, ou ligar no telefone (62) 3328-1423 para mais informações.

Em 22 de janeiro de 2019, o *Programa de Estudantes - Convênio de Graduação* (PEC-G), ofereceu oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas federais e estaduais e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 (dezoito) e 25 (vinte e cinco) anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país.

A UEG integra a lista de Universidades participantes do PEC-G. O aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios; entre eles, provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa, no caso dos alunos de nações fora da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

São selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos determinam a adoção pelo aluno do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou. Conheça a página oficial do PEC-G no portal do Ministério da Educação.

Programa em nível de Graduação, oferecido a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou de Ciência e Tecnologia. São oferecidas vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Formar recursos humanos de países em desenvolvimento. No Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Divisão de Temas Educacionais (DCE); no Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Ensino Superior (SESu) e nas Instituições de Ensino Superior (IES) as Assessorias de Relações Internacionais.

## Imagem 01 – PEC-G



O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas federais e estaduais e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 (dezoito) e preferencialmente até 23 (vinte e três) anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país.

O aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios; entre eles, provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa.

São selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos determinam a adoção pelo aluno do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou.

A inscrição deve ser feita junto às missões diplomáticas brasileiras ou repartições consulares. A data é definida pelo Ministério das Relações Exteriores. Processo Seletivo, os candidatos de países que não aplicam o CELPE-

BRAS, após a Seleção do PEC-G serão submetidos ao curso de português para estrangeiros e ao exame CELPE-BRAS (apenas uma vez) no Brasil.

A certificação no exame de proficiência em língua portuguesa é condição fundamental para o ingresso na Instituição de Ensino Superior e no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação. A pré-seleção dos candidatos é feita pelas missões diplomáticas brasileiras que encaminham a relação dos candidatos à (DCE/DCT/MRE).

Para a pré-seleção é necessária a apresentação dos seguintes documentos: declaração de compromisso, histórico escolar do ensino médio, comprovante de capacidade econômica dos pais e responsáveis, acompanhado da declaração de conclusão. Todos eles, com exceção do primeiro, com a devida autenticação do consulado brasileiro. Também é necessária a aprovação no Celpe - Bras para os candidatos lusófonos.

A seleção final, a Divisão de Temas Educacionais DCT/MRE e a Coordenação-Geral de Relações Estudantis SESu/MEC, assessoradas por uma comissão indicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras; Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis nos termos da Portaria SESu/MEC Nº 510, de 21 de agosto de 2006, fazem a seleção final, em Brasília. Os resultados são divulgados pelas missões ou representações diplomáticas.

O Decreto n.º 7.948 de 12 de março de 2013, dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. No uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, Capítulo I:

Art. 1º O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras. Parágrafo único. O PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso.

Art. 2º O PEC-G será implementado conjuntamente pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação, nos termos deste Decreto.

§ 1º Compete ao Ministério das Relações Exteriores coordenar os procedimentos relativos à implementação do PEC-G junto a governos estrangeiros por intermédio das missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras.

§ 2º Compete ao Ministério da Educação coordenar os procedimentos referentes à adesão das IES ao PEC-G, oferta das vagas, seleção e matrícula dos candidatos e acompanhamento do programa.

§ 3º Os Ministérios das Relações Exteriores e da Educação não interferirão em questões de natureza acadêmica, de atribuição exclusiva das IES integrantes do programa (BRASIL, 2013).

O decreto no capítulo II assevera que os participantes irão aderir por meio de termo de adesão. O Ministério da Educação estabelecerá, anualmente, o total de vagas por curso ofertadas no âmbito do PEC-G, após indicação da disponibilidade das IES participantes.

O Ministério da Educação poderá solicitar às IES a oferta de vagas adicionais para atender estudantes candidatos ao PEC-G e o expresso nos acordos de cooperação internacional. As vagas serão ofertadas em período diurno ou integral. Em relação ao calendário e processo seletivo do PEC-G serão anualmente regulamentados por edital expedido pelo Ministério da Educação, com a anuência do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 6º Poderão se inscrever no PEC-G os estudantes estrangeiros:

I - Residentes no exterior e que não sejam portadores de visto permanente ou qualquer outro tipo de visto temporário para o Brasil;

II - Maiores de 18 e preferencialmente até 23 anos;

III - Que firmarem Termo de Responsabilidade Financeira, em que assegurem ter meios para custear as despesas com transportes e para subsistência no Brasil durante o curso de graduação;

IV - Que firmarem Termo de Compromisso, em que se comprometam a cumprir as regras do PEC-G; e

V - Que apresentarem certificado de conclusão do ensino médio e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - Celpe-Bras.

§ 1º Excepcionalmente, o candidato que não tiver concluído o ensino médio na data da inscrição poderá apresentar o certificado de conclusão do ensino médio no ato da matrícula na IES. § 2º O candidato originário de país em que não haja aplicação do Celpe-Bras poderá realizá-lo no Brasil, uma única vez, após conclusão do curso de Português para Estrangeiros preparatório para o exame Celpe-Bras, em IES credenciadas. § 3º O candidato reprovado no Celpe-Bras aplicado no Brasil, na forma do § 2º, não poderá ingressar no PEC-G, vedada a prorrogação de seu registro e do prazo de estada no Brasil, conforme disposto na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e no Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981. § 4º É vedada nova inscrição no PEC-G ao candidato selecionado que deixar de efetuar sua matrícula inicial na IES sem justificativa.

Art. 7º Após divulgação do resultado da seleção, as missões diplomáticas e as repartições consulares brasileiras concederão aos candidatos selecionados o visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

§ 1º A condição migratória regular no Brasil, que compreende a obtenção do visto e a atualização do registro de estrangeiro, é de responsabilidade do estudante-convênio, e é indispensável para efetivação da matrícula e, posteriormente, para a inscrição em disciplinas a cada início de período letivo.

§ 2º A IES zelará pelo cumprimento das obrigações previstas no § 1º, provendo os documentos necessários para o registro do estrangeiro, vedada a inscrição em disciplinas de estudante-convênio em situação migratória irregular (BRASIL, 2013).

O decreto também trata sobre a matrícula, prazos e cumprimento do programa. É vedado ao estudante-convênio o exercício de atividade remunerada que configure vínculo empregatício ou caracterize pagamento de salário ou honorários por serviços prestados.

Sendo permitida a participação do estudante-convênio em estágio curricular, atividades de pesquisa, extensão e de monitoria, obedecida a legislação referente a estrangeiros residentes temporários. É da responsabilidade do estudante-convênio manter-se informado sobre obrigações e compromissos decorrentes da participação no PEC-G por meio de consulta regular aos portais eletrônicos do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Educação e das IES.

As instituições de ensino superior interessadas em aderir ao PEC-G devem contatar a Coordenação-Geral de Relações Estudantis da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), a fim de preencher o termo de adesão. Instituições participantes por região no PEC-G. Atualmente na região Centro-Oeste, as universidades que possuem esse convênio são:

## Região Centro-Oeste

- DF - Universidade de Brasília (UnB), cidade de Brasília;
- DF - Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), cidade de Brasília;
- GO - Universidade Estadual de Goiás (UEG), Cidade de Anápolis;
- GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), cidade de Goiânia;
- GO - Universidade Federal de Goiás (UFG), cidade de Goiânia;
- GO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFGO), cidade de Goiânia;
- MS - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), cidade de Campo Grande;
- MS - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cidade de Dourados;
- MT - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cidade de Cuiabá;
- MT - Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), cidade de Cáceres.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) fundada em abril de 1999, tem como prerrogativa o cumprimento de sua missão enquanto universidade pública estatal e orientada por princípios de excelência acadêmica e compromisso social. E conta com uma estrutura composta por 41 (quarenta e um) campus universitários nos municípios goianos. O caráter multicampi da universidade denota a preocupação de democratizar o acesso ao Ensino Superior, sobre o qual a UEG dirige uma visão diferenciada ao abranger áreas voltadas às demandas do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que valoriza potencialidades locais nas regiões em que se encontra.

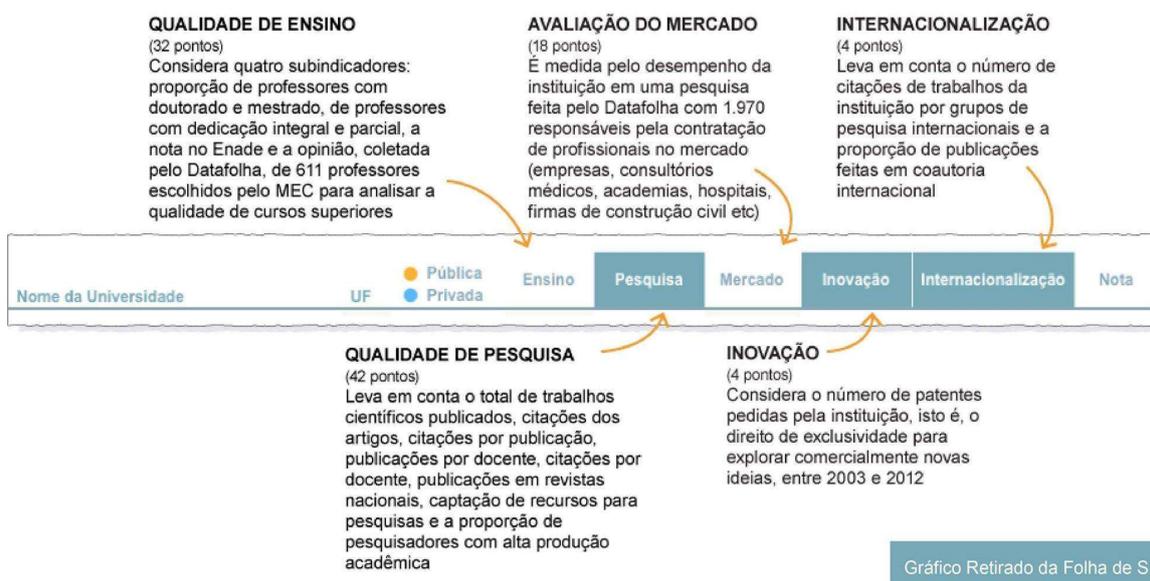
Com vistas ao desenvolvimento de Goiás, o poder público estadual tem hoje como prioridade o aprimoramento e manutenção dos três pilares que fundamentam a

atuação da UEG, a saber: ensino, pesquisa e extensão. Vale ressaltar que a universidade é uma antiga aspiração do povo goiano e incorpora-se ao conjunto de estratégias adotadas pelo Estado para assegurar o direito de acesso e permanência na educação superior pública, gratuita e universal. Para tanto, configura-se como espaço em que, mesclados e difundidos os saberes, inclui estudantes, docentes, dirigentes, técnicos administrativos e comunidade em geral no processo de construção histórica da instituição.

A expansão da Universidade Estadual de Goiás nos últimos anos passou a exigir um maior envolvimento dos departamentos internos, grupos de pesquisa e comunidade acadêmica junto aos setores da sociedade que contribuem, direta ou indiretamente, para a produção do conhecimento. Nessa perspectiva, destacam-se grupos ligados a organismos internacionais, ONGs, instituições de ensino públicas e privadas, repartições públicas, meios de comunicação e grupos religiosos como principais colaboradores da instituição. Reconhecida a participação ativa da UEG em um contexto de transformação social, a universidade se pauta continuamente pela implementação de ações que priorizam o desenvolvimento tecnológico, científico, social e cultural do estado, e em consequência do país.

No dia 8, foram divulgados os resultados do Ranking Universitário Folha (RUF) 2014. Criada pelo jornal "Folha de S. Paulo", em 2012, o *ranking* avaliou, cerca de 192 (cento e noventa e duas) Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, além dos 40 (quarenta) cursos com maior número de ingressantes. E conforme podemos notar a UEG vem apresentando um crescimento no ranking universitário.

Imagem 01 – Folha de São Paulo, 2014



Fonte: Folha de São Paulo, 2014.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) subiu 43 (quarenta e três) posições comparadas as avaliações anteriores. No ranking geral de 2014, a UEG ocupa o 113º (centésimo decimo terceiro) lugar.

O RUF avalia as universidades públicas e privadas em cinco diferentes itens: pesquisa, ensino, internacionalização, mercado e inovação. O critério "pesquisa" avalia a produtividade dos pesquisadores em ambiente acadêmico, levando em consideração a quantidade de artigos publicados por cada um. Além disso, o item leva em conta os recursos captados pelos docentes em agências de fomento à pesquisa acadêmica. "Mercado" é um item avaliado com base em uma pesquisa realizada pelo "Instituto Datafolha", por meio da qual foram ouvidos profissionais da área de recursos humanos, responsáveis pela contratação nas empresas.

Já "internacionalização" refere-se à quantidade de publicações de grupos de pesquisa internacionais com citações de trabalhos produzidos na instituição, além das publicações em coautoria internacional. Melhorias. Buscando melhores formas de oferecer um ensino superior público e gratuito, a UEG tem investido no fomento do ensino, da pesquisa e da extensão, os três eixos da academia, e, conseqüentemente, esses avanços têm expressão nos saltos positivos que a UEG, tem demonstrado em avaliações como o RUF.

A internacionalização das publicações de docentes da UEG tem sido incentivada pela reformulação do Programa Auxílio-Evento. Ele oferece ajuda de custo para docentes participarem de eventos que aconteçam no Brasil ou fora dele. Os discentes da Instituição também são contemplados, recebendo o auxílio exclusivo para a participação em eventos que ocorram em território nacional.

Paula Chagas, assessora de projetos da Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, explica a importância de uma ação como esta. "Todas as pró-reitoras da UEG contam com o auxílio-evento para potencializar suas respectivas áreas. O programa serve para divulgar o nome da Universidade lá fora, divulgar suas ações de ensino, pesquisa e extensão"(ENTREVISTA, PAULA CHAGAS, UEG, 2016).

Outra melhoria que contribui com os eixos de ensino e pesquisa da Universidade são os investimentos em Pós-Graduação. Desde o ano passado foram criados sete novos programas de pós-graduação nível stricto sensu na UEG. Um dos focos das ações da UEG foi a realização de concursos públicos para aumentar o quadro de docentes da Universidade. Atualmente, o número de professores contratados é 270, representando um acréscimo de mais de 400% (quatrocentos por cento) desde 2010.

A UEG realizou, neste ano, concurso público para a contratação de 250 (duzentos e cinquenta) docentes, sendo 150 (cento e cinquenta) vagas para especialistas, 50 (cinquenta) para mestres e outras 50 (cinquenta) para doutores. Outra avaliação de cursos de universidades brasileiras é organizada anualmente pela "Revista Guia do Estudante", da Editora Abril. Para a avaliação são convidados coordenadores e professores, que respondem a uma pesquisa de opinião sobre os cursos avaliados.

A classificação acontece nas seguintes categorias: bom (três estrelas), muito bom (quatro estrelas) e excelente (cinco estrelas). Segundo o Guia do Estudante 2015, dois cursos da Universidade Estadual de Goiás foram avaliados. O Curso de Enfermagem, da UEG campus Ceres, que recebeu três estrelas na avaliação, assim como o curso de Cinema e Audiovisual, do Câmpus Laranjeiras, em Goiânia, que recebeu, também, três estrelas. Abaixo a leis, sobre a Internacionalização da Universidade Estadual de Goiás (UEG):

**Quadro 01** – Legislação UEG

Resolução	Conselho Acadêmico	2018	1053	Aprovar a Política de Internacionalização da Universidade Estadual de Goiás (UEG), conforme o documento SEI n. 2008637.
Resolução	Conselho Universitário	2017	850	Criar o Comitê de Internacionalização da UEG e aprovar o seu Regulamento, nos termos do Anexo Único desta Resolução.

**Fonte:** Site UEG, 2023.



**Foto:** Rede Goiana de Educação Internacional (RGEI). Foto: CeCom UEG, 2017.

No ano de 2017, a Rede Goiana de Educação Internacional (RGEI) se reuniu, para discutir a sua organização e atuação na projeção do ensino superior em Goiás em outros países. O então reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), professor Haroldo Reimer, esteve presente na reunião e salientou a importância do trabalho integrado para o fortalecimento da internacionalização das Instituições.

A organização em rede é de fundamental importância para que se logre êxito nesse processo de busca e entrada internacional. Além disso, a Rede possibilita maior representatividade em espaços de debate e em agendas internacionais. O professor lembrou que em fevereiro esteve em viagem aos Emirados Árabes Unidos e que na oportunidade manteve bons diálogos com

*o Instituto Masdar de Ciência e Tecnologia (MIST) (ENTREVISTA HAROLDO REIMER, 2017).*

A coordenadora da RGEI, professora Ofir Bergemann de Aguiar, da Coordenadoria de Assuntos Internacionais da Universidade Federal de Goiás (UFG), observou que a atuação em rede favorece a consolidação do ensino superior de Goiás.

Como rede nós temos o compartilhamento de oportunidades entre as Universidades, além de nos tornamos mais fortes na busca de recursos para nossos processos de internacionalização (ENTREVISTA, Ofir Bergemann de Aguiar, 2017).

Para o professor Haroldo, os trabalhos articulados garantem aos estudantes e pesquisadores do estado oportunidades de ingresso em importantes centros de estudos e pesquisas mundiais.

A internacionalização é um processo em curso e no qual não podemos ficar para trás. É importante que nós estejamos afinados para garantir a efetiva participação de Goiás nas discussões internacionais (ENTREVISTA HAROLDO REIMER, 2017).

Além do professor Haroldo Reimer e da professora Ofir Bergemann, estiveram na reunião a coordenadora de Relações Internacionais do Instituto Federal de Goiás (IFG), professora Suelene Vaz da Silva; professora Lídia Maria dos Santos Moraes, da Assessoria de Assuntos Internacionais do Instituto Federal Goiano (IFGoiano); Marisa Mota Espíndola, coordenadora acadêmica internacional da Uni-Evangélica; e Rodrigo Sobreira assessor de Relações Internacionais da UEG Além dessas Instituições a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) também é integrante Rede.

Margon e Poubel (2016) essas organizações estão inseridas em um contexto denominado complexo em função de serem caracterizadas pela sua autonomia, não linearidade e ambiguidades.

Para Mok (2018), a promoção da internacionalização do ensino superior trouxe o fenômeno globalmente conectado no que diz respeito à colaboração interuniversitária e a mobilidade estudantil por meio das fronteiras nacionais.

Porém, trouxe um fenômeno localmente dividido quando as pessoas questionam o valor da educação internacional, tendo em vista que existe um número crescente de pessoas que acreditam que o apelo à internacionalização da educação favoreceu a elite e os ricos, marginalizando os pobres.

Para Knight (2014) a internacionalização tornou-se um termo abrangente utilizado para descrever tudo e qualquer coisa remotamente relacionada às

dimensões globais, interculturais ou internacionais do ensino superior e, portanto, está perdendo seu caminho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo foi possível analisar a internacionalização da educação superior no Estado de Goiás, visando estabelecer inter-relações com o contexto da produção do conhecimento e contextos emergentes. Na perspectiva da expansão, foram identificados os principais elementos que constituem a internacionalização, como exemplo, a formação de redes de pesquisa, cooperação internacional, mobilidade acadêmica e estratégias institucionais.

## REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip G.; REISBERG, Liz. Global trends and future uncertainties, *Change: The Magazine of Higher Learning*, v. 50, n.º 3-4, p. 63-67, 2018.

ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The Internationalization of higher education: motivations and realities. *Journal of Studies in International Education*, v. 11, n.º 3/4, p. 290-305, set. 2007.

DEVELOPMENT CONFERENCE, 2017, Valencia. *Anais...Valencia: Conference Paper*, mar. 2017, p. 3149- 3156.

JUNIOR, H. A. A contribuição da estratégia como prática para o estudo da formação de estratégias em universidades. *RPGE - Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v. 20, n.º 2, p. 337-358, dez. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 9394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. São Paulo: Saraiva, 1996.

KNIGHT, J. *Checkpoints for an internationalization strategy*. Canadian Bureau for International Education, n.º 7. p. 1-15. 1994.

KNIGHT, J. Concepts, Rationales, and Interpretive Frameworks in the Internationalization of Higher Education. **SAGE Publications**. p. 27-42, jan. 2012.

KNIGHT, J. Is Internationalisation of Higher Education Having an Identity Crisis? In: Maldonado-Maldonado A., Bassett R. (eds) *The Forefront of International Higher Education*. **Higher Education Dynamics**, v. 42. Springer: Dordrecht, 2014, p. 75-87.

KNIGHT, J. **Updated definition of internationalization**. *International Higher Education*, n.º 33, mar. 2015.

MARANHÃO, C. M. S. DE A.; DUTRA, I. I. C.; MARANHÃO, R. K. DE A. Internacionalização do ensino superior: um estudo sobre barreiras e possibilidades. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 9-38, jan. 2017.

MARGON, J.; POUBEL, L. Tomada de decisão estratégica em organizações complexas: a dinâmica de processos decisórios colegiados em uma universidade pública. **Pensamento & Realidade**, v. 31, n.º 3, p. 88-106, 2016.

MOK, K. H. Does internationalisation of Higher Education still matter? Critical reflections on student learning, graduate employment and faculty development in Asia. **Higher Education Quarterly**, v. 72, n. ° 3, p. 183-193. jul. 2018.

MORITZ, M. O. et al. A implantação do planejamento estratégico em organizações complexas: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 5, n.º 1, p. 228-249, jan./fev./mar./abr. 2012.

MOROSINI, M. C.; DALLA CORTE, M. G. Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil. **Revista Educação em Questão**, v. 56, n.º 47, p. 97-120, jan./mar. 2018.

## **A POLITICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA FACULDADE DE PIRACANJUBA**

### *INTERNATIONALIZATION POLICY OF THE PIRACANJUBA FACULTY*

Daniele Lopes Oliveira<sup>7</sup>

Milton Justus<sup>8</sup>

**Resumo:** O documento discute os desafios e as possibilidades da internacionalização da Faculdade de Piracanjuba, com base no que se refere à Constituição Federal de 1988, que configura a educação como princípio fundamental. Buscou se respaldar a discussões em leis e projetos de pesquisa e investigações sobre o assunto. Pretendendo um projeto emancipador que tem na educação um objetivo de cooperação social, busca-se na internacionalização do ensino as ações necessárias que se mostram ferramentas imprescindíveis aos negócios no mundo coorporativo. O método utilizado nesta discussão, foi de uma investigação de revisão de literatura sobre o tema, buscando delinear uma pesquisa teórica sobre a internacionalização da educação superior no contexto brasileiro, atento as tendências para a educação superior no mundo. Entendemos que isso reflete uma preocupação que está na agenda mundial, extremamente importante, com relação ao alcance da educação superior. No princípio, intentamos conceituar o processo de internacionalização, e associar ao potencial econômico e ao processo de cooperação internacional. Para se ter uma compreensão da disciplina, estudamos os organismos do setor público e privado no Brasil, bem como buscamos informações respaldados nos estudos de especialistas interessados no tema, investigando em bibliotecas virtuais e pesquisa historiográfica as demandas legais e reais relacionadas aos aspectos da interação universitária, as bases de intercâmbio e cooperação técnica-científica e cultural. Em que se encontrou possíveis indicadores para se alcançar a compreensão e fundamentar a pesquisa em tela.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Internacionalização. Qualidade. Legislação. Políticas Públicas. Cooperação. Ciência e Tecnologia.

**Abstract:** The document discusses the challenges and possibilities of the internationalization of the Facultad de Piracanjuba, based on the assumption that the 1988 Federal Constitution constitutes education as a solution for all of its main purposes. In other laws, it seeks to support this emancipatory project of many generations, which has the education of a social purpose of cooperation for the nations in need and which puts life on top of commercial benefits. As a methodological way of this discussion, it was decided to adopt a literature review investigation on the theme through a theoretical survey on

---

<sup>7</sup> Pós-Doutora em Educação, Doutora em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Estudiosa de Ciências Políticas e Direitos Humanos e Relações Internacionais.

<sup>8</sup> Professor universitário e empresário, graduado em administração, filosofia, teologia e serviço social. Possui mestrado e doutorado em educação. Atualmente exerce as funções de Diretor Geral do Centro de Ensino Superior de Jataí – CESUT e da Faculdade de Piracanjuba - FAP. Ocupa também cargo na Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia, como Monsenhor e Relações Públicas para o Brasil e América Latina. Nos últimos anos tem dedicado as pesquisas na área da educação, especialmente em educação híbrida e as metodologias ativas. Palestrou sobre o tema no Brasil, em Cuba, em Barcelona e em Nova York.

the internationalization of higher education in the Brazilian context, in addition to trends towards higher education in the world. The analysis of these themes was the excellency in this work. We understand that it reflects a concern that is on the agenda of the world agenda, especially important, with respect to its scope and reach in higher education. In principle, it is essential to conceptualize the internationalization process when it is associated with its economic potential and the supposed present in the international cooperation process. To carry out this study in Brazil, study by public and private sector organizations in Brazil, specialists interested in the theme, research in virtual libraries and historiographical survey of the legal demands and realities related to the aspect of university interaction, based on exchange and technical, scientific and cultural cooperation. If there is a special gap in the scope of postgraduate studies, this is the sector from which possible indications of the objective for the insertion and variability of the suppliers are found.

**Keywords:** Higher Education. Internationalization. Quality. Legislation. Public policy. Cooperation. Science and technology.

## INTRODUCCION

En tiempos pasados, la educación se regionalizó y comenzó a partir de supuestos locales y necesidades subjetivas. Pero en los últimos años con la nueva expansión de las fronteras de la comunicación.

La transmisión de valores culturales, sociales y económicos rompió la vieja barrera y, a mediados del siglo XX, los medios precarios de comunicación ya no cumplen con la nueva realidad consolidada con la globalización, en la que se han ampliado las instalaciones de información.

La llamada industria cultural, un término acuñado por los sociólogos a principios del siglo XX, demuestra que la comunicación es capaz de generar, controlar y crear los patrones de comportamiento y las costumbres y valores estéticos de la sociedad de consumo.

Concebir una homogeneización de las culturas, es decir, la estandarización y la creación de necesidades artificiales, haciendo que los valores locales y tradicionales sucumban.

En este sentido, muchos acusan al proceso de globalización de ser un sistema perverso, ya que no, se democratiza completamente y solo afecta a los sectores económicamente dominantes del mundo y las sociedades.

Por otro lado, a medida que los sistemas de comunicación, información y transporte aumentan su capacidad de difusión, también existe la posibilidad de que las costumbres y valores locales puedan interferir con elementos globales. Esto ocurre cuando las comunidades tradicionales o las culturas regionales pueden difundir y difundir sus características más allá de sus fronteras.

El enfoque de la Internacionalización de la Educación Superior en Brasil es parte de una perspectiva que reconoce el carácter complejo del tema, aún oculto en medio de numerosos debates que se centran en las políticas públicas en particular, en relación con el papel del Estado en general y los retadores procesos de tensión entre países y entre desarrollo económico y socioambiental.

Por esta razón, inicialmente ingresamos a las condiciones teórico-políticas en las cuales el proceso de internacionalización ha estado teniendo lugar. Para eso, presentamos los caminos conceptuales y algunas lecturas de la naturaleza política sobre ellos.

Dependiendo de estos temas, se sistematiza la información cuantitativa y cualitativa sobre la evidencia de este proceso y el alcance en la realidad nacional y regional de Brasil.

En línea con las pautas para el trabajo a realizar, el documento de acuerdo IESALC n.º. 886446.3 se tomó como marco, trabajando, entonces, con tres temas clave, presentes en el contenido de discusión de este documento: Hay una discusión política sobre su país sobre "el comercio de servicios educativos" o en relación con la educación terciaria y específicamente la capacitación como servicios comercializables.

Si está debatiendo estos temas en su país en el contexto de las próximas negociaciones del AGCS en el marco de la Organización Mundial del Comercio (OMC).

Existe un mecanismo sistemático para consultar sectores relevantes de educación superior (PÚBLICOS y PRIVADOS) sobre estos temas, entre el Ministerio de Educación y las autoridades comerciales de su país.

De estos resultados, surgen las siguientes recomendaciones que esperamos sean útiles para el estudio IESALC, así como para los investigadores interesados en el tema, desde la perspectiva de toda América Latina y el Caribe:

- Profundizar el debate sobre una política dirigida al sistema de educación superior en su conjunto, que se caracteriza por la diferenciación institucional y la heterogeneidad, por lo que es esencial considerar una nueva política que sitúe críticamente los diferentes formatos y tipos de instituciones académicas que lo integran, así como las diferentes agentes e intereses económicos que ocupan posiciones allí y necesitan dialogar con sociedades regionales y nacionales.
- Ampliar en Brasil la discusión sobre el proceso de internacionalización que hasta ahora presenta una tendencia a la polarización entre los defensores (DEBIDO A LA INEVITABILIDAD, POSITIVIDAD O FLEXIBILIDAD FRENTE A ESTE PROCESO), y críticos que descartan su potencial social y político. La educación superior y la demanda de este nivel de educación deben corresponder a la capacidad del gobierno y las instituciones de los países de América Latina y el Caribe para cooperar en términos de gastos de contrapartida y objetivos nacionales y subcontinentales.
- Difundir y debatir las condiciones y amenazas sobre las que avanza el proceso de internacionalización, en las reformas educativas, especialmente en el contexto de la educación superior, en diferentes países.

- Realizar estudios sobre experiencias internacionales y procesos de cooperación internacional, sus resultados y límites, destacando los requisitos para el reconocimiento oficial de títulos, movilidad de estudiantes, investigación y la apropiación de sus resultados.
- Ampliar el debate sobre alternativas que representan posiciones de grupos de países e instituciones con respecto a la educación superior, lo que presentaría posibilidades para articular decisiones más coherentes y consistentes sobre los programas de cooperación horizontal y sur-sur en los campo educativo, científico y tecnológico.
- Proponer un estudio censal sobre la dinámica de las instituciones de educación superior que permita capturar los flujos de estudiantes por nivel de estudio, a fin de tener una dimensión real de los procesos en progreso. Este tipo de censo debe dirigirse hacia los mercados internos (intrarregionales e interregionales) y externos.

## LA FACULTAD DE PIRACANJUBA (FAP)

La Facultad de Piracanjuba, es una universidad ubicada en el municipio de Goiás en el estado de Goiás, que tiene una cultura predominantemente rural. El municipio de Piracanjuba se encuentra en una posición estratégica y privilegiada, atrayendo la atención de industrias como Dairy Bela Vista, Itambé y Nestlé, que se benefician, con su bien desarrollada lechería, de abastecer mercados locales e internacionales, principalmente de 2015, en el que estos productos comenzaron a comercializarse ampliamente en los Estados Unidos, China y el mercado europeo. La región es conocida como la cuenca lechera más grande del estado de Goiás.

El ganado vacuno es muy importante para la economía. Considerado un granero estatal, produce miles de sacos de soja, maíz, algodón y sorgo.

Lo más destacadas es la producción de soja, uno de los principales productores del estado de Goiás, y el principal exportador del producto.

El círculo de orquídeas de Piracanjuba es la atracción turística de la ciudad, ya que promueve salas con la participación de expositores nacionales y extranjeros, con exhibiciones de tres a cuatro mil plantas.

Y algunos endémicos, que se encuentran solo en esta región. En los últimos años ha habido un crecimiento extraordinario en la plantación de árboles para obtener madera y leña.

El eucalipto y la teca fueron los especímenes más buscadas por los productores rurales y se espera un crecimiento exponencial para la próxima década que colocará al municipio entre los aspectos más destacados de la economía de los agronegocios brasileños.

Entonces, hoy en día, con la demanda de agronegocios y el surgimiento de empresas multinacionales en la región, es necesario buscar la capacitación de profesionales responsables de la intermediación y negociación en suelo internacional, conscientes de las realidades geopolíticas más diversas, con capacitación suficiente para operar en el mercado extranjero.

En el aspecto cultural, la ciudad también está muy enriquecida, ya que cuenta con das academias, letras piracanjubenses, con varios escritores de relevancia nacional, especialmente el ex presidente del Tribunal de Justicia del Estado de Goiás, Ney Teles de Paula.

La Facultad de Piracanjuba tiene una vocación por las relaciones humanas y la política internacional, teniendo en la persona de su presidente y director como representante de la Iglesia Ortodoxa Siria en Brasil, llevando a cabo misiones apostólicas a nivel mundial, acciones humanitarias en campos de refugiados, incluida la necesidad de integrar las lecturas académicas existentes en su campus (DERECHO, ADMINISTRACIÓN, PEDAGOGÍA, LETRAS, TEOLOGÍA, FILOSOFÍA, CONTABILIDAD, EDUCACIÓN FÍSICA, TRABAJO SOCIAL, INGENIERÍA, BIOMEDICINA Y ENFERMERÍA) en la práctica profesional concreta en beneficio de la comunidad internacional.

Acciones sociales, proyectos de extensión, investigación, entre otros. El mantenedor mantiene un monasterio que recibe misioneros de todos los países que forman parte de la Iglesia Ortodoxa.

Y por su vocación religiosa, combinada con las necesidades locales. Además de la falta de capacitación de docentes e investigadores en el área, la Facultad busca desarrollar cursos de calidad.

Por lo tanto, en la búsqueda de la excelencia, la Facultad está mejorando continuamente sus procesos internos de capacitación, combinados con el uso de nuevas tecnologías y metodologías activas, para ofrecer cursos de calidad y capacitar a profesionales éticos y humanistas, comprometidos con su capacitación y desempeño en el mercado laboral.

Buscando alcanzar la excelencia educativa, la Facultad de Piracanjuba reformuló todas las matrices curriculares y los proyectos pedagógicos de sus cursos Derecho, Administración, Pedagogía, Letras, Teología, Filosofía, Contabilidad, Educación física, Trabajo social, Ingeniería, Biomedicina y Enfermería, el primero es un objetivo principal que fue traer innovación, acompañado de cambios en cada una de las áreas, para tal fin se contrataron especialistas con el fin de discutir y reconstruir un nuevo proyecto pedagógico, que primero cumpla con las Leyes y Directrices y Bases que guían la Educación Nacional. Y en segundo lugar, cumple con los requisitos actuales del mercado de desempeño profesional.

FAP, desde la gestión del Dr. Milton Justus, quien se hizo cargo de la gestión de la institución en 2009, ha reformulado las políticas internas.

El profesor, como representante de la iglesia Sirio Ortodoxa en América Latina, ha implementado y consolidado, políticas internacionales en educación superior en la Facultad de Piracanjuba.

El proyecto de internacionalización implica la educación en derechos humanos con acciones implementadas para contribuir al crecimiento local. Además de la educación para la paz, centrada en principios humanistas. Llevando a los estudiantes a la reflexión y al rendimiento.

En 2000, durante las celebraciones del Año Internacional de la Cultura de la Paz, la Representación de la UNESCO en Brasil lanzó el Programa Espacio Abierto: educación y cultura para la paz, durante estos ocho años, el programa, que al abrir las escuelas públicas al final Los fines de semana, combinando elementos de inclusión social y educación, se solidificó y es la primera acción de la UNESCO en Brasil en convertirse en política pública.

La metodología propuesta es la base del Programa Open School, creado por el Ministerio de Educación en 2004, hoy presente en todos los estados brasileños.

Entre 2000 y 2006, en asociación con los departamentos de educación municipales y estatales, abrió 10 mil escuelas y atendió a unos 10 millones de personas en los primeros cinco estados en los que se implementó: Pernambuco, Río de Janeiro, Río Grande del Sur, Bahía y São Paulo.

Cabe señalar que en São Paulo el programa se implementó en prácticamente toda la red estatal, llegando a 5,306 escuelas de un total de 6 mil. Con el nombre de Escola da Família, contó con 30 mil voluntarios y 35 mil estudiantes universitarios que trabajan directamente en las escuelas.

La UNESCO en Brasil tuvo la oportunidad de actuar como un laboratorio de ideas, ayudando a crear las pautas metodológicas para un programa nacional basado en una cultura de paz, con el objetivo de proponer un espacio para la inclusión social y valorización de la escuela pública: como parte del marco de acción más amplio de la UNESCO, el programa contribuye a fortalecer el concepto de educación permanente, así como a la erradicación y la lucha contra la pobreza una nueva escuela para el siglo XXI, caracterizada mucho más como una "escuela funcional", y no solo como una "escuela de dirección", es decir, una escuela que, de hecho, contribuye al desarrollo humano e integral de sus estudiantes y la comunidad .

En la educación superior, la cultura de paz comenzó a implementarse, principalmente en cursos de capacitación, como el curso de Pedagogía, Teología y Letras. Porque son cursos que capacitan a profesionales que trabajan en educación pública y privada.

La educación en derechos humanos no puede depender de la buena voluntad de "autoridades que simpatizan con la idea", tampoco del trabajo artesanal de docentes en espacios individuales: la educación en y para los derechos humana es una obligación de los Estados asumida frente a la comunidad internacional para garantizar los derechos y libertades fundamentales de mujeres y hombres, y en consecuencia tiene que formar parte del diseño central de la política educativa de nuestros países, convirtiéndose lógicamente en el objetivo prioritario de los proyectos educativos institucionales, la gestión, le recepción curricular y la práctica áulica.

La relación derechos humanos y democracia es indisoluble y en dicho lazo la educación juega el doble papel de fin y herramienta.

El fortalecimiento y la consolidación del Estado democrático de derecho en su tránsito desde las democracias formales a las substanciales (entendidas las mismas como una fase superadora de los meros procesos electorales y aquellas en que plenamente se conocen y ejercen los derechos humanos) posee a la educación en

general, y a la educación en y para los derechos humanos en particular, como su herramienta más poderosas.

Las violaciones masivas y sistemáticas de derechos humanos ocurridas generaron la necesidad de investigarlas debidamente y responder entre otras necesidades al derecho a la verdad que posee una doble dimensión: individual y colectiva.

Las primeras etapas de recuperación democrática mostraron no exenta de ciertas dificultades la apertura de los espacios educativos a instituciones de derechos humanos que se avocaron desde el testimonio o la difusión de investigaciones, a dar a conocer los horrores sucedidos, las luchas que generaron, y el complejo desafío de hacer frente a la impunidad.

Esos pasos imprescindibles han sido importantes, aunque generaron la confusión inicial de considerar que educar en derechos humanos se cumple con aquellas acciones reivindicativas, cuando en realidad trabajar la memoria histórica en escuelas, colegios y facultades compone solamente un elemento de la educación en y para los derechos humanos, la cual se proyecta asimismo a múltiples otras dimensiones, como la gestión, enseñanza y práctica de cada disciplina desde una perspectiva de derechos humanos.

Paz y seguridad a nivel internacional y a nivel interno serán una utopía mientras existan una a más violaciones sistemáticas de los derechos humanos como la pobreza, discriminación, violencia pública y doméstica, exclusión social, formas contemporáneas de esclavitud, torturas, atentados contra la libertad de expresión o desapariciones forzadas.

Los derechos humanos constituyen un paradigma ético que debe afirmarse y consolidarse en nuestros pueblos: educar para la paz no es posible sin educar integralmente en y para los derechos humanos.

Así, en vista de este panorama, Facultad de Piracanjuba se inserta en este momento histórico actuando en educación en derechos humanos y en educación para la paz.

La educación en derechos humanos en América Latina nace, como lo afirma Aguirre (1997, p. 7), como red de "gritos escuchados y sentidos como si fuera tu carne en sí misma".

Para Zaffaroni (1989), desde que la civilización europea se expandió e impuso su poder colonial sobre América Latina y África, estos pueblos y territorios fueron sistemáticamente depredados, esclavizados y explotados.

Galeano (1980, p. 14), en esta perspectiva crítica, afirma "La historia del subdesarrollo en América Latina es parte de la historia del desarrollo del capitalismo mundial".

Como resultado de esta misma historia, Educación en Derechos Humanos - EDH, presenta características común a todos los países del subcontinente latinoamericano. Surge en el contexto histórico de la transición de regímenes dictatoriales civil-militares a sistemas democrático Nace de las luchas de resistencia

contra Dictaduras democráticas y fortalecimiento del estado y derecho social en toda América Latina. En este proceso, los estudios identifican tres períodos: resistencia a la dictadura, transición democrática, institucionalización de EDH (VIOLA, 2009; SACAVINO, 2009).

Galeano (1980, p. 15): "La fortaleza del conjunto del sistema imperialista se basa en la desigualdad necesaria de las partes que lo forman, y esta desigualdad asume magnitudes cada vez más dramáticas".

## **POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA**

Y es necesario comprender que estas transformaciones son parte de la capacitación del estudiante y tienen una correspondencia directa con su desempeño profesional.

El proceso de internacionalización ha ganado centralidad. Especialmente en relación con los debates sobre la calidad de las instituciones de educación superior, convirtiéndose en un elemento indispensable para el desarrollo científico, tecnológico y cultural. La internacionalización se ha entendido en Brasil como una forma de mejorar las instituciones y su desempeño a través del intercambio de docentes y estudiantes.

Otro factor relevante en relación con la internacionalización es la acción integradora en las dimensiones interculturales en actividades específicas de la educación superior, que son actividades de enseñanza, investigación y extensión.

Este proceso se configura cada vez más como una forma de inducir calidad, por lo que debe ser estimulado por políticas públicas e institucionales para su consolidación efectiva.

CAPES, dentro del ámbito del Mercosur, creó una Reunión de Ministros de Educación a cargo de la integración en el área de Educación. Se han firmado varios protocolos para el reconocimiento de estudios en el nivel no técnico fundamental y secundario y en el nivel superior, así como un Protocolo en el campo de estudios de posgrado entre estos países miembros del Mercosur.

El Ministerio de Educación de Argentina firmó varios acuerdos para otorgar ayuda a los investigadores. Se hicieron propuestas al respecto con Chile, Paraguay y Uruguay.

La creación de redes, como la Asociación de Universidades del Grupo de Montevideo (AUGM), desarrolla programas a nivel subregional para impulsar la cooperación entre los países miembros del Mercosur. En opinión del líder de esta red, estas acciones tienden a "expandir" el campo de la universidad, lo que llevaría a la consolidación, en el futuro, como universidades virtuales (BROVETTO, 1997, *apud* ARAGÓN).

Aragón señala que estas redes, basadas en una "cierta identidad cultural", al mismo tiempo fortalecen esta identidad, ya que sus programas están orientados a su propia realidad (ARAGÓN, 2001, p. 29).

En un documento del Ministerio de Educación, se afirma que a través de proyectos como el MERCOSUR, "se busca un aumento sustancial en la productividad y la calidad del intercambio, considerando que la participación de las instituciones privilegia el desarrollo de la investigación en áreas prioritarias para el País " (MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y DEPORTE. DESARROLLO DE LA EDUCACIÓN EN BRASIL, BRASILIA, 1996. p. 69).

Mercosur fue influenciado por dos planes. El Plan de Educación Trienal de 1992-1994, que trajo una amplia perspectiva cultural, dado que buscó discutir algunas condiciones fundamentales, como los idiomas para la enseñanza, y se centró en la educación básica con el plan de estudios que se experimentó allí y la expansión de prioridades en cuanto a modalidades, como la educación y la profesionalización de jóvenes y adultos (URUGUAY, 1992, p.29-30).

Finalmente, el Mercosur es una propuesta que apoya el proceso de internacionalización, diseñado simultáneamente con el proceso de internacionalización, asumiendo, simultáneamente, un carácter supranacional, integracionista, regionalizado y latinoamericano.

La formación del personal profesional y técnico en las instituciones de educación superior adquiere un carácter privilegiado a este respecto. La dimensión de internacionalización, basada en la profundización del proceso de cooperación interuniversitaria, se desarrolla en los moldes habituales de los intercambios académicos.

En base a esta premisa, es posible investigar los desafíos y las posibilidades de la internacionalización de la educación utilizando los indicadores de calidad del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior (SINAES), establecido por las Ordenanzas n ° 1.382 y 1.383, ambas del 31 de octubre de 2017, rectificado por el DOU n°. 219, del 14 de noviembre de 2017. Dentro del alcance del SINAES, el indicador relacionado con la internacionalización forma parte del eje de evaluación del Desarrollo Institucional de las Instituciones de Educación Superior (IES).

La reflexión considera, por un lado, la complejidad involucrada en el concepto de internacionalización asociado con la educación superior y las estrategias adoptadas.

La internacionalización exige la formulación y evaluación de objetivos ajustados, entre otros, vinculados a las diferentes formas de participación en el proceso.

Según la Coordinación para el Mejoramiento del Personal de Educación Superior (CAPES, 2017), el proceso de internacionalización de las Instituciones de Educación Superior brasileñas ha avanzado en los últimos años, pero se necesitan ajustes para hacerlo más eficientes.

Esta es una de las conclusiones presentadas por el informe Internacionalización en la Universidad de Brasil: Resultados del cuestionario aplicado por CAPES, preparado por la Dirección de Relaciones Internacionales (DRI) de la Coordinación para la Mejora del Personal de Educación Superior (CAPES).

Según el estudio, en Brasil existe una tendencia a la internacionalización pasiva (movilidad de docentes y estudiantes en el extranjero), con bajas tasas de atracción de profesionales internacionales.

Esto ocurre a pesar del hecho de que las Instituciones de Educación Superior ya han mostrado la atracción de maestros extranjeros entre las prioridades del proceso de internacionalización. La forma en que el conocimiento adquirido en el extranjero se ha difundido y utilizado en las instituciones brasileñas también puede desarrollarse, ya que solo una parte de las instituciones declaró que incluyen profesionales calificados en el extranjero en sus programas de posgrado (PPG).

Para llevar a cabo el diagnóstico de la situación actual de internacionalización de las Instituciones de Educación Superior brasileñas, CAPES (2017), envió un cuestionario a 430 (cuatrocientas treinta) instituciones con programas de posgrado estrictos.

Aproximadamente el 74% (setenta y cuatro por ciento) de las instituciones respondieron el cuestionario, que se estructuraba en base a dos puntos principales: la situación actual de internacionalización de la institución e) el proyecto de internacionalización.

El análisis de los datos recopilados sugiere que las IES en Brasil pueden dividirse en dos grupos distintos, de acuerdo con la etapa de internacionalización alcanzada.

El primer grupo contiene el mayor número de instituciones, pero el menor número por Institución, así como las tasas más bajas de internacionalización.

El segundo grupo, compuesto por un pequeño número de IES, tiene la mayor cantidad de cursos de posgrado, becas, proyectos y acuerdos de cooperación internacional. Las Instituciones de Educación Superior mencionaron acuerdos con diferentes países, citando a América del Norte y Europa como prioridades.

En cuanto a la modalidad de promoción, el mayor número de becas individuales fue el doctorado sándwich en el extranjero. Cuando se les preguntó cuál sería la forma ideal de financiación en un programa futuro, las Instituciones de Educación Superior enumeraron la posición posdoctoral para los docentes como una prioridad.

Esta información indica un cambio de estrategia por parte de la Instituciones de Educación Superior. Sobre la base de los resultados de la investigación, CAPES pretende lanzar una iniciativa para promover la internacionalización basada en la realidad de las Instituciones de Educación Superior brasileñas.

Este nuevo programa debería expandir la autonomía de las instituciones, permitiendo a las Instituciones de Educación Superior definir su plan estratégico para la internacionalización.

El informe propone que el nuevo formato del programa permita a la Instituciones de Educación Superior definir socios nacionales e internacionales y presentar sus propias propuestas para la internacionalización.

Las instituciones también deben proporcionar condiciones que contribuyan a la construcción de un entorno internacional en la vida diaria de la universidad.

Esto incluye infraestructura física y administrativa, uso de idiomas, proyectos para recibir estudiantes e investigadores extranjeros, capacitación de equipos y apropiación de los conocimientos adquiridos por el becario después de regresar al país.

Mediante las ordenanzas MEC/SESu nº 11, del 28 de abril de 2003 (BRASIL, 2003a) y nº 19, del 27 de mayo de 2003 (BRASIL, 2003b), se inició la generación de SINAES con la realización de estudios por la Comisión Especial para la Evaluación de la Educación Superior (CEA).

Con base en la acción de esta Comisión, la Ley n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), instituyó este sistema de evaluación.

Como sistema nacional, SINAES se estructuró en base a una tríada de componentes, que constituye su objetivo principal: evaluación de instituciones (internas y externas), cursos y desempeño estudiantil, buscando la articulación e integración de estos mismos componentes (art. 1er).

Como resultado de su objetivo más amplio, SINAES tiene como objetivo: mejorar la calidad de la educación superior; la orientación de la expansión de su oferta; aumento permanente de su efectividad institucional y académica y social; Promover la profundización de los compromisos y responsabilidades sociales de las IES, a través del fortalecimiento de su misión pública, la promoción de valores democráticos, el respeto a la diferencia y la diversidad, la afirmación de la autonomía y la identidad institucional.

Actualmente, SINAES es la herramienta principal para evaluar la educación superior en el país y requiere la integración de organismos y actores responsables de los procesos y acciones que lo configuran como tal.

La visión formativa de la evaluación propuesta se expresa en el documento que institucionaliza SINAES (2009), en los siguientes términos.

Entre los objetivos de la evaluación se encuentran conocer las fortalezas y problemas de la institución "no es suficiente con elevar las deficiencias". También es muy importante identificar las cualidades y los aspectos fuertes de la IES. En cuanto a los problemas y deficiencias, además de la verificación y la verificación, es importante identificar las causalidades, explicar las posibilidades reales de superarlas y establecer las acciones apropiadas y los medios para la transformación deseada (p. 105).

Como tiene un carácter dinámico y está en constante construcción, SINAES ha incorporado nuevos indicadores, con vistas al proceso de evaluación que propone llevar a cabo, como, por ejemplo, el Índice General del Curso (IGC), creado por la Ordenanza Normativa del MEC nº 12, del 5 de septiembre de 2008 (BRASIL, 2008).

En la práctica, este índice tiene la intención de expresar, en un solo número, el promedio de los Conceptos Preliminares del Curso (CPC) de todos los cursos de pregrado, además de los puntajes de maestría y doctorado de una IES específica. Art.

3 de la Ley nº 10.861 de 2004 (BRASIL, 2004), establece diez dimensiones que deben considerarse para la autoevaluación de la IES, un proceso previsto en el PDI y que es un sustrato para los informes producidos por el CPA y el propio informe institucional.

Diez años después de la publicación de esta ley, la Ordenanza No. 92, del 31 de enero de 2014 (BRASIL, 2014), agrupó las diez dimensiones de la evaluación institucional en cinco ejes.

A su vez, la Nota Técnica 14/2014 (INEP, 2014), de 7 de febrero de 2014, aborda el Instrumento de Evaluación Institucional Externa SINAES y aclara que la “agrupación de dimensiones en ejes tiene como objetivo facilitar el diálogo entre actividades eso debe articularse en el momento de la evaluación ” (p.3).

Desde este punto de vista, la función de evaluación está directamente relacionada con la búsqueda de calidad, un concepto que implica una gran polisemia, especialmente cuando se relaciona con el escenario actual de la educación superior, a nivel global y nacional (WORTHEN, SANDERS y FITZPATRICK, 2004, p. 35).

Además, la falta de consenso sobre el concepto de calidad en la literatura especializada contribuye en gran medida a hacer que la definición de este término sea muy compleja. El hecho es que la comprensión de la calidad es inexorablemente subjetiva, porque depende fundamentalmente de las concepciones del mundo y de la educación superior de quienes la emiten. (BERTOLIN, 2007, p. 155-156).

El hecho es que la falta de claridad conceptual sobre qué calidad es también para el poder público puede prestarse a múltiples interpretaciones por parte de las IES. Además, debe recordarse que la zona de intersección entre los números en la escala de conceptos de calidad, de acuerdo con las herramientas de evaluación del INEP, es, en cierto sentido, fluida.

Paralelamente a la necesidad de una comprensión más objetivas, del sentido de calidad, es necesario reflexionar sobre el alcance de la evaluación desde una perspectiva formativa.

Esto se debe a que la reflexión combinada de estos dos conceptos puede generar alternativas que contribuyan a aclarar la polisemia que involucra el concepto de calidad, especialmente cuando lo relacionamos con el escenario de la educación superior.

Sousa (2009), defiende la necesidad de una actualización permanente del concepto de calidad, especialmente cuando se aplica a la educación, como "un factor esencial para comprender, de una manera más contextualizada y crítica, su camino histórico-social y cómo se permite construirlo" (p. 244).

De hecho, no hay consenso en la literatura especializada sobre el concepto de calidad. Sin embargo, durante trece años, Brasil ha tenido una política pública para la evaluación de la educación superior (SINAES), que tiene como objetivo promover la calidad de este nivel educativo en el país, ya sea estimulando la cultura de la autoevaluación o promoviendo acciones reguladoras.

La Ley n.º 10.861 de 2004 hace explícito en su art. 1, § 1, la primera intención de esta política de evaluación: SINAES tiene como objetivo mejorar la calidad de la

educación superior, orientar la expansión de su oferta, aumentar permanentemente su efectividad institucional y académica y social y, especialmente, promover la profundización de los compromisos y responsabilidades sociales de las instituciones de educación superior, a través del fortalecimiento de su misión pública, la promoción de valores democráticos, el respeto por la diferencia y la diversidad, la afirmación de la autonomía y la identidad institucional (BRASIL, 2004).

Parece que la mejora de la calidad está en el corazón del propósito del SINAES como política pública para la evaluación de la educación superior, guiando constantemente los discursos políticos y técnicos de los diferentes segmentos sociales.

En cuanto a las directrices teórico-metodológicas, curriculares, pedagógicas, administrativas y materiales para las actividades del IES. La idea de que la evaluación institucional representa, por un lado, la oportunidad de conocer la realidad de las IES con una indicación de sus potenciales y debilidades, y, por otro, una forma de rendición de cuentas ante a sociedad, subyace a la idea de este sistema. Al combinar estas dos posibilidades, es importante que esté alineado con el paradigma de evaluación sistémica (DIAS SOBRINHO, 2010; PEIXOTO, 2011).

Dentro del alcance de la evaluación institucional, existe una autoevaluación, un proceso que se configura como una oportunidad para que la IES construya una comprensión más integrais y global de su realidad, en las diversas dimensiones del trabajo que realiza. Finalmente, compartimos el supuesto de que "el uso de la autoevaluación no es opcional: es, más bien, una matriz" (CUNHA, 2005, p. 212).

El nuevo instrumento de evaluación instituido por las ordenanzas 1.382 y 1.383, ambos del 31 de octubre de 2017, corregido por el D.O.U. No. 219, del 14 de noviembre de 2017, hizo que el instrumento fuera aún más subjetivas y en solo dos ítems evalúa la internacionalización. Indicador 1.12, Apoyo a estudiantes en la Dimensión 1 - La Organización Didáctico-Pedagógica asigna puntajes 4 y 5 (que son calificaciones calificativas) en la siguiente pregunta: e internacional "Y" ... participación en centros académicos o intercambios nacionales e internacionales, y acciones innovadoras ". Dejando en claro que estos requisitos expresamente declaran que son un calificador, una cuestión de excelencia, para el ranking de las mejores universidades. En la dimensión 3 - Infraestructura, indicador 3.13, que se ocupa de los Vivariums. Es de fundamental importancia lograr un puntaje mínimo que: "El vivero satisface las necesidades prácticas de la enseñanza, tiene los insumos necesarios para la enseñanza y la demanda de los estudiantes y presenta protocolos para experimentos de acuerdo con los estándares internacionales actuales".

Desde este punto de vista, el objetivo principal de la autoevaluación es producir resultados para el autoconocimiento que también sean indicativos de su trabajo, además de apuntar a la toma de decisiones internas.

En consecuencia, dentro del alcance de la política de evaluación instituida por SINAES, cada IES asume la responsabilidad de la búsqueda de su mejora continua. En este sentido, un aspecto central es la cuestión de lo que se entiende por calidad, que debe discutirse de una manera asociada con el "desempeño de educación

superior e instituciones de educación superior y en la evaluación de la educación de pregrado y posgrado ” (MOROSINI, 2001, p. 13).

La internacionalización corresponde al “proceso de integración de una dimensión internacional, intercultural o global con el objetivo, las funciones o la provisión de educación postsecundaria” (KNIGHT, 2003, p. 2).

En esta perspectiva, puede manifestarse de diferentes maneras, como promover la movilidad física de las personas, la cooperación académica de investigadores, docentes y estudiantes, así como la asociación transnacional entre las IES de diferentes partes del mundo, que involucra a múltiples actores. En la educación superior, la internacionalización es, por lo tanto, equivalente a un movimiento de gran apertura de los países a las relaciones sociales externas que apunta a la expansión de diversas competencias. Específicamente, puede manifestarse por el aumento creciente del movimiento transnacional de investigadores, estudiantes y profesores.

El conocimiento mutuo generado por este movimiento tiene lugar en contextos igualmente diversos: social, educativo, cultural, político, geográfico, económico y lingüístico, entre otros. La internacionalización está demostrando ser una herramienta útil para ayudar a las instituciones a establecer puntos de referencia y encontrar soluciones innovadoras en relación con la gestión, la academia y la investigación. Esta sigue siendo otra forma en que la internacionalización puede ayudar a fortalecer la calidad de las instituciones de educación superior y las funciones principales de enseñanza, aprendizaje y servicio (KNIGHT, 2005, p. 20).

Para Lipovetsky (2004, p. 17), "es necesario ver en esto las consideraciones de nuevas referencias para nuevos propósitos y no una simple dialéctica social, sino una confrontación entre el estado existente". El autor analiza la era actual, lo que él llama una sociedad hipermoderna que, en su opinión, es el resultado del hiperconsumo, un consumo que absorbe e integra porciones cada vez más grandes de la vida social. La hipermodernidad es el correlato de "una sociedad liberal caracterizada por el movimiento, la fluidez, la flexibilidad, indiferente como nunca antes, a los principios estructuradores de la modernidad" (LIPOVETSKY, 2004, p. 25-26).

A pesar del advenimiento de Internet y la posibilidad de expresión de un gran contingente de personas, hay algunas formas de pensamiento e ideas socialmente dominantes que se superponen con las demás, a través del uso preferencial sobre los elementos de los medios, como con lo que sucede con películas y series, generalmente mantenidas en un estereotipo conductual estándar e influyente.

Pero antes de llegar a una conclusión definitiva sobre los elementos culturales y sus transformaciones en la globalización de las sociedades, es necesario estar siempre atento a los eventos y la información, siempre con la preocupación de comprender y asimilar los factores modernos de la sociedad, sin negar o yuxtaponer los valores tradicionales.

Knight and Wit (1999), bajo el sello de la Organización Cooperación, Desarrollo Económico (OCDE), entender por internacionalización, al mismo tiempo, la noción y el proceso de integrar una dimensión papel internacional en docencia,

investigación y servicios, destacando la importancia y la necesidad de abordar la cuestión de evaluación y garantía y calidad en los programas, procesos y acciones que se desarrollan dentro de las instituciones de educación superior.

Um La OCDE también destaca que la internacionalización implica relaciones entre culturas (globales y locales), y considerado como una estrategia para mejorar el Calidad de la enseñanza y la investigación.

Está claro que los objetivos de internacionalización han sido modificados en la medida en que el definición cambiada, especialmente cuando el cambio es vinculado a la globalización.

La asociación internacional Las universidades (AIU), en 2012, indicaron que esto proceso debe buscar capacitar a los ciudadanos del mundo, mientras que debe fortalecer la capacidad de investigación, la generación de ingresos a través del pago matriculación de estudiantes internacionales y también Mejorar el prestigio institucional.

El objetivo de la internacionalización en casa o en casa es preparar a los estudiantes para una carrera internacional, hacerse ciudadanos del mundo, usando la integración de contenido internacional en el plan de estudios, además de promover programas conjuntos con universidades en el extranjero y cursos de desarrollo en ingles. Además de recibir profesores y alumnos extranjeros en sus propias instituciones educativas nacionales.

En Brasil, todavía hay pocos estudios que buscan analizar la medida en que las estrategias y acciones en curso están dentro esa clasificación.

Un tercer aspecto de la internacionalización, según Wit y col. (2015, p.50), es internacionalización en el extranjero que "abarca todas las formas de educación además de fronteras, tales como: movilidad de personas, proyectos, programas de proveedores de servicios.

La movilidad de estudiantes y profesores parecen ser la forma más común movilidad externa en todos los países, porque el Las ventajas de tal política son de largo alcance.

Según el Comité Économique et Social Européen (2014) personas que participan en la internacionalización en el extranjero, adquirir, además del conocimiento conocimiento específico y transversal que ayuda cuando buscas trabajo Además personas con experiencia internacional, com prácticas en el extranjero, diploma de posgrado, maestría o doctorado en instituciones internacionales, pronto, son menos propensos a estar desempleados.

De esta manera, la necesidad de para que el país participe, de manera efectiva y organizada, comunidades universitarias internacionales, en um a veces movimiento de cooperación, en una especie de Internacionalización horizontal.

Así, el país fue insertado en internacionalización, tanto para estudiantes como para docentes por períodos en Brasil, además de enviar personal en el extranjero, siendo este último llamada movilidad externa, tiene, hasta hoy, mayor peso en las acciones desarrolladas.

El modelo de coordinación brasileño es, como la mayoría de los países de América Latina, complejo, centralizado. Las universidades públicas, aunque admiten la presión del mercado, en algunas circunstancias pretenden la protección gubernamental, como una forma de asegurar su propio mercado.

## **LA VOCACIÓN DE LA FACULTAD PIRACANJUBA PARA LA INTERNACIONALIZACIÓN**

La FAP tiene vocación de internacionalización, y este proceso se ha consolidado desde 2009, cuando el Dr. Milton Justus se hizo cargo de la institución. Docente durante 25 años, 10 años en Educación Básica y 15 años en Educación Superior. Doctorado en Educación - Universidad Americana (2014) y Máster en Educación de la Universidad de Los Pueblos de Europa (2011). Graduado en Administración (2010) FAIARA, Filosofía - FAEME (2008), Teología - FATEBOV (2005).

Actualmente se desempeña como Director General en la Facultad de Piracanjuba - GO. En sus estudios de posgrado profundizó sus experiencias internacionales.

Y por su desempeño como relaciones públicas y representante de la Iglesia Sirio-ortodoxa en América Latina. Tiene actividades con instituciones y organizaciones internacionales. Participando activamente en Educación para la paz, como uno de los oradores invitados al Congreso Internacional ODAEE en los Estados Unidos.

La FAP ha recibido los Premios de Calidad de América Latina en más de una ocasión, en reconocimiento al ejemplo de gestión empresarial y compromiso con la sostenibilidad y la responsabilidad social.

La LAQI estableció para su Red de Negocios de América Latina el "Desafío 2019: demostrar resistencia, ética, calidad y transparencia centrados en los ODS", cuyo objetivo es ampliar su visión comercial y poder delinear objetivos de triple impacto: económico, social y ambiental, por lo tanto, ser parte del orden mundial para lograr el futuro que queremos para el año 2030, internalizando en nuestra gestión nuestro modelo de excelencia LAEM, que fomenta la Responsabilidad Corporativa Total alineada con los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) ) propuesto por la ONU.

Estos criterios destacan a la empresa que reconoce la importancia de la satisfacción del producto y la innovación del servicio para la lealtad del cliente, que son los principales vendedores de calidad en el desarrollo de su negocio.

FAP también brinda oportunidades laborales y comerciales en el extranjero en 2019 promovió la conferencia sobre "Emigración: entrar por las puertas de entrada en los Estados Unidos", dirigido por la oficina de abogados Law Offices of Witer DeSiqueira, especializada en inmigración e internacionalización de empresas con sede en Goiânia.

La conferencia estuvo a cargo de los abogados Dr. Witer DeSiqueira y Dra. Mara Pessoni. Las oficinas legales de Witer DeSiqueira es una de las oficinas de

inmigración más reconocidas del país, con sucursales en los Estados Unidos. La nueva instalación opera en Orlando. El otro trabaja en Los Ángeles, California. Abogado Witer DeSiqueira, PhD en Derecho de la Universidad del Sur de California. Witer es brasileño y norteamericano, con licencia para operar en ambos países.

## METODOLOGÍA

El análisis de estos temas fue la tarea por excelencia en este trabajo. Entendemos que reflejan una preocupación que está en la agenda de la agenda mundial, especialmente importante, con respecto a su alcance y alcance en la educación superior.

Al principio, se volvió esencial conceptualizar el proceso de internacionalización cuando se asocia con su potencial económico y el supuesto presente en el proceso de cooperación internacional.

Para llevar a cabo este estudio en Brasil, se estudio os organismos clave del sector público y privado en Brasil, especialistas interesados en el tema, investigación en bibliotecas virtuales y encuesta historiográfica de las demandas legales y reales relacionadas con el aspecto de la interacción universitaria, basadas en el intercambio y cooperación técnico-científica y cultural.

Se hace especial hincapié en el alcance de los estudios de posgrado, ya que este es el sector donde se encuentran posibles indicaciones del objetivo para la inserción y la variabilidad de los proveedores.

Gran parte de lo que es posible saber está disponible en una base de datos de sectores públicos en el país y existe una preocupación más política que técnica sobre el tema.

## CONSIDERACIONES FINALES

El gobierno brasileño ha alentado los mecanismos para la internacionalización de la educación superior, para socializar el conocimiento, investigar asociaciones y apoyar la promoción internacional.

Esto es muy importante para el crecimiento social y económico de América Latina. En la búsqueda de mejorar el uso de las tecnologías en los procesos de enseñanza-aprendizaje.

La internacionalización se encuentra en un contexto de hipercompetencia mundial. En el escenario de globalización, globalización, hipercomunicación e intercambio, la internacionalización se ha vuelto esencial.

Brasil encaja en el escenario de la amplia internacionalización, motivado por intereses económicos y deseando buscar el crecimiento y la consolidación de la tecnología.

Por lo tanto, FAP, entendiendo este momento, se dedica a la internacionalización y socialización del conocimiento, alianzas internacionales con instituciones educativas y empresas, buscando el desarrollo local y regional.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Luis Pérez. Os convidados estrangeiros. In: **Jornal da Rede**. São Paulo: Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, 1997. p.7.

ANDIFES. **Anteprojeto de Lei**. Autonomia Universitária. Alterado em maio de 2002. Versão de 05 de junho de 2002. Disponível em: <<http://www.ufpa.br>>. Acessado em junho de 2002.

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES UNIVERSITÉS (AIU). **Renforcer les valeurs académiques dans l'internationalisation de l'enseignement supérieur: un appel à l'action**. 2012.

BRASIL. **Lei nº. 1.254, de 04 de dezembro de 1950**. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Brasília: Congresso Nacional, 1950.

BRASIL. **Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966**. Presidência da República, Brasília, DF. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 julho de 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967**. *Presidência da República*, Brasília, DF. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 julho de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Governo Federal. **Plano Brasil em Ação**. 1995. Disponível em: <http://www.gov.br>. Acessado em junho de 1997.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Leis e Decretos. **Decreto nº. 2.306 de 19 de abril de 1997**. Estabelece os critérios para identificação das instituições de ensino superior no Brasil. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu.htm>>. Acessado em abril de 2002.

BRASIL. **Lei no 10.172, de 09 janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores - MRE. **Intercâmbios institucionais**. Disponível em: <[www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)>. Acessado em maio de 2002.

BRASIL/CAPES/MEC. **Relatório das atividades da Coordenação Geral de Cooperação Internacional 2002**. CGCI/MEC/CAPES. (Impresso).

BRASIL. **Portaria nº 11, de 28 de abril de 2003a**. Institui a Comissão Especial de Avaliação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 30 abr. 2003a. n. 82, Seção 2, p. 19.

BRASIL. **Ministério da Educação. Portaria nº 19, de 17 de maio de 2003b**. Designa membros para Comissão Especial de Avaliação. Diário Oficial [da] BRASIL. República Federativa do Brasil, Brasília, 28 maio 2003b, n. 101, Seção 2, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino superior no mundo e no Brasil: Tendências e cenários 2003-2025**. 2003c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 30 setembro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa do MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008**. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 08 set. 2008, n. 173, Seção 1, p. 13.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. *Presidência da República*, Brasília, DF. Disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-Csf.pdf>>. Acesso em: 20 julho de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014**. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 04 fev. 2014, seção 1, p. 5.

BRASIL, MEC. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI Diretrizes para Elaboração**. SAPIENS/CGAES/DEPES/SESU/MEC, junho, 2017. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acessado em julho de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.383, de 31 de outubro de 2017**. Disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.861, de 14 de abril. *Sinaes*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 30 de agosto 2018.

CAPES. **Internacionalização do Ensino Superior Precisa Avançar**, Sugere estudo da CAPES. Publicado: Sexta, 03 novembro de 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8621-internacionalizacao-do-ensino-superior-precisa-avancar-sugere-estudo-da-capes>. Brasília – CCS/CAPES. Acessado em: 20 de agosto de 2018.

CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS. **Um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação.** Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras\\_DocumentoCompleto\\_julho2011.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf). Acesso em: 30 de setembro de 2014.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Cadastro das Instituições de Ensino Superior no Brasil – CENDIES.** Disponível em: <http://www.crub.org.br>. Acessado em setembro de 2002.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação, 5. ed., ampliada. Brasília: INEP, 2009.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação de Educação Superior. Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. *Nota Técnica nº 14/2014.* Assunto: Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em: [institucional/nota\\_tecnica/2014/nota\\_tecnica\\_n14\\_2014.pdf](institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n14_2014.pdf). Acesso em: 24 de setembro de 2017.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2016.** Divulgação 31 ago. 2017. Disponível em: [http://inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/censo\\_superior\\_tabelas.pdf](http://inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf). Acesso em 14 de outubro de 2017.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES. **Building a Worldwide Higher Education Community. International Handbook of Universities,** 2018. Disponível em: <https://www.iau-aiu.net/International-Handbook-of-Universities-58>. Acessado em 20 de agosto de 2018.

OCDE. *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.* Trad. More Than Just Words; rev. Sophie Arnaut. [S.l.] F. Iniciativas, imp. 2008 Assafarge: Gráfica de Coimbra. p. 319-323.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Apresentação de Vital Didonet.** Brasília: Editora Plano, 2000.

PORTO, Cláudio. **O Ensino superior no mundo e no Brasil:** condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2005: uma abordagem exploratória. Brasília: Dezembro, 2003.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. A flexibilidade e o direito educacional brasileiro. **Revista @prender,** ed. 8, ano 2, n. 5, p. 26-29, set./out. 2002.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. A obrigatoriedade da pesquisa e da extensão no Direito Educacional Brasileiro. **Revista Aprender Virtual.** Disponível em: [www.aprendervirtual.com](http://www.aprendervirtual.com). Consulta em abril de 2002.

SACAVINO, Suzana Beatriz. **Democracia e educação em direitos humanos na América Latina.** Petrópolis: DP et al; Rio de Janeiro: NOVAMÉRICA, 2009.

SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil - reformas do Estado e mudanças na produção**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

SOUSA, J. V. Qualidade na educação superior: lugar e sentido na relação público-privado. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 242-256, maio-ago. 2009.

SOUZA, Paulo Renato. Por uma nova Universidade. **INFOCAES-Boletim Informativo da CAPES**, v.4, n. 4, p. 28-39, 1996.

TRINDADE, Hélgio. Saber e poder: os dilemas da universidade Brasileira. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 122-134, 2000.

UNESCO. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 1998. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category\\_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

UNESCO. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 2009. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category\\_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 julho de 2018.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Gente; Edusp; Instituto Fonte; Instituto Ayrton Senna, 2004.

## **A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: LEVANTAMENTO DAS TEMÁTICAS DO GT11 DA ANPEd (2012-2022)**

### **THE INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION: SURVEY OF ANPEd WG11 THEMES (2012-2022)**

Maria Lúcia Pacheco Duarte dos Santos<sup>9</sup>

Cláudia Valente Cavalcante<sup>10</sup>

Adma Palmira Jaime Noletto<sup>11</sup>

**Resumo:** O estudo em tela objetivou conhecer as contribuições científicas sobre a internacionalização da educação superior no Brasil no período dos últimos dez anos, que coincide com a consolidação da política nacional de internacionalização do ensino superior, para tanto foi realizada uma profunda investigação nas publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que estudaram o tema nos últimos anos, suas categorias, avaliação e temáticas abordadas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Educação Superior. Produções Científicas.

**Abstract:** The study has the objective of knowing the scientific contributions on the internationalization of higher education in Brazil in the last ten years, which coincides with the consolidation of the national policy of internationalization of higher education. from the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd) who have studied the topic in recent years, their categories, evaluation and topics addressed on the topic.

**Keywords:** Internationalization. College education. Scientific Productions.

---

<sup>9</sup> Possui graduação em Pedagogia pela UCG. Especialização em Administração Educacional pela UNIVERSO. Mestre em Educação pela PUC Goiás. Doutora em Educação pela PUC Goiás. Professora da Rede Municipal de Educação de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Dentre sua atuação como docente, já ocupou vários cargos diretivos: coordenadora e diretora. Além da esfera Municipal, exerceu várias funções na área educacional estadual. Foi diretora da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Aparecida de Goiânia de 2009 a 2017. Diretora do Centro de Formação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Aparecida de Goiânia e Professora do curso de Pedagogia da UEG Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

<sup>10</sup> Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás vinculada ao Grupo de Pesquisa Juventude e Educação como líder e pesquisadora do grupo e coordenadora do subprojeto de internacionalização denominado Diversidade cultural nas políticas e diretrizes educacionais, nacionais e internacionais. Doutora e Mestre em Educação Pela PUC Goiás, licenciada em Pedagogia e Letras pela PUC Goiás e Bacharel em Comunicação Social pela UFG. Membro do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Educação (FORPRED) e Associada à ANPEd, coordenadora do GT 14 Sociologia e Filosofia da Educação da ANPEd Centro Oeste.

<sup>11</sup> Mestranda em Educação pela PUC-GO. Especialista em Ensino da Língua Inglesa com dupla Certificação (Univ. Estácio de Sá e Bridge Education, Language and Travel - USA), professora Bilingue no Colégio Integral Bilingue Couto Magalhães, Professora de inglês no Centro de Línguas da Unievangélica, professora do NAI (Núcleo de Assuntos Internacionais) Unievangélica - Anápolis, professora convidada pelo Departamento de Pós-graduação da AEE/Unievangélica, disciplina: Método e Técnicas Avaliativas para o aprendizado Bilingue. Coursou High School - Senior Year, na cidade de Watertown, estado de Winsconsin (USA), bem como frequentou curso English as a Second Language no Madison Area Technical College, Watertown, WI, United States.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da internacionalização da educação superior, para tanto, com base em levantamento realizado entre março e abril de 2021, nos anais das reuniões nacionais e regionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), foram encontradas 28 (vinte e oito) produções sobre o tema.

Este trabalho constituiu-se como parte de uma das etapas do projeto de pós-doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Educação (PPGE PUC Goiás), que está em andamento, cujo objetivo principal é analisar as tendências temáticas do Grupo de Trabalho (GT-11) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) dos anos de (2012-2022).

## A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: LEVANTAMENTO DAS TEMÁTICAS DO GT-11 DA ANPED (2012-2022)

Os objetivos específicos serão os pesquisar os dados dos trabalhos publicados na ANPEd; identificar os temas que envolveram a internacionalização da educação superior; categorizar os textos mais recorrentes e examinar as pesquisas mediante as categorias: avaliação, pós-graduação e políticas da educação superior.

A ANPEd esclarece que a internacionalização serve para o fortalecimento de atividades de cooperação internacional, o que justifica as perspectivas com esse foco e seus conceitos.

Segundo Morosini (2021, p. 29), a internacionalização é: “[...] um campo interdisciplinar que, tradicionalmente, estava focada na função pesquisa e, a partir deste século, pela globalização, direciona-se à função ensino e seus correlatos [...]”.

Ela caracteriza-se por sua abrangência e ambiguidade para atingir uma meta que se explicita na formação docente e discente para a cidadania, o mercado, o desenvolvimento das instituições e a capacitação científica e de sustentabilidade em regiões transfronteiriças, com a construção de modelos que se convergem para um único modelo de universidade mundial.

A internacionalização tem natureza de campo e não de área, pois transita em várias áreas do conhecimento, sendo influenciada por movimentos mundiais que, segundo Morosini (2021), atuam em diferentes gradações e *ethos*.

Existem ainda formas ou tipos de internacionalização, como:

1. Internacionalização via mobilidade acadêmica *cross-border*;
2. Internacionalização em casa (IaH);
3. Internacionalização do currículo (IoC);
4. Internacionalização integral *comprehensive*;
5. Internacionalização do *campus*.

Altbach (2013) afirma que, neste século, a educação superior voltou-se para o serviço, mas a qualidade do ensino precisa ser conduzida para os padrões de regulação dos níveis superiores.

Em políticas de educação superior para a internacionalização, pergunta-se: de que modo as produções sobre internacionalização da educação superior, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, revelam as perspectivas dessa expansão com características da globalização?

Nesse sentido, trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica, com dados para o estado do conhecimento a partir de categorias de análise. O tema já existe desde a criação das primeiras universidades em 1930, passando por fases, sendo uma delas o lançamento do programa Ciência sem Fronteiras, criado pelo Decreto n.º 7.642 de 2011.

A internacionalização da educação superior se fortificou com as reformas universitárias em 1968, adotando-se o modelo de universidade Humboldt, estilo estadunidense.

Na internacionalização da educação superior, as categorias inscrevem os saberes formativos, pois, “[...] com a internacionalização da modernidade educativa, os países tomam uns aos outros como referência na implementação de novos saberes e novas práticas que visam expandir a escolarização [...]”, como aponta Alcântara (2022, p. 51-52).

**Quadro 1** - Trabalhos sobre a temática internacionalização, ANPEd 2011-2021

Ano, reunião nacional	Trabalhos com a temática	Trabalhos publicados	Ano, reunião, região, rede, trabalhos recorrentes com temática para as categorias
2011, 34 <sup>a</sup>	0	7	-
2012, 35 <sup>a</sup>	1	7	-
2013, 36 <sup>a</sup>	0	8	-
2015, 37 <sup>a</sup>	2	33	2015, 37 <sup>a</sup> , nacional, rede pública: Universidade de São Paulo. <i>Educação superior, internacionalização e qualidade: Ahelo, Enade global ou Pisa da educação superior?</i> (Gladys Beatriz Barreyro).
-			2016, 12 <sup>a</sup> , Sul, rede pública: Universidade Federal do Paraná. <i>Internacionalização nos programas de pós-graduação em educação</i> (Célio Alves Espíndola, Oto João Petry).

2017, 38 <sup>a</sup>	3	26	-
-			<p>2018, 24<sup>a</sup>, Nordeste, rede pública: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.</p> <p><i>A internacionalização da pós-graduação no Brasil e a sua articulação com a política de ciência e tecnologia 2005-2018</i></p> <p>(Larissa Maria da Costa Fernandes Oliveira, Alda Maria Duarte Araújo Castro).</p> <p>Rede pública: Universidade do Estado da Bahia.</p> <p><i>Internacionalização e pós-graduação: entrecruzamentos e implicações na Universidade do Estado da Bahia</i></p> <p>(Augusto César Rios Leiro, Henderson Carvalho Torres, Vanessa Cristina Meneses Fernandes).</p> <p>2018, 13<sup>a</sup>, Sudeste, rede pública: Universidade Estadual de Campinas.</p> <p><i>Rankings acadêmicos na educação superior: políticas nacionais para inserção no cenário internacional</i> (Adolfo Ignacio Calderón, Armando Gonçalves).</p>
2019, 39 <sup>a</sup>	1	29	-
-			<p>2020, 14<sup>a</sup>, Sudeste, rede pública: Universidade de São Paulo.</p> <p><i>Rankings acadêmicos internacionais em mídias de duas universidades brasileiras</i></p> <p>(Gladys Beatriz Barreyro).</p> <p>2020, 15<sup>a</sup>, Centro-Oeste, rede pública: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.</p> <p><i>A política de internacionalização da educação superior nas universidades federais da região Centro-Oeste</i></p> <p>(Célio Vieira Nogueira, Carina Elisabeth Maciel).</p>

			2020, 13 <sup>a</sup> , Sul, rede privada: Universidade do Oeste de Santa Catarina.  <i>Políticas de educação superior e internacionalização: sobre a quarta missão</i>  (Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Diego Palmeira Rodrigues, Silmara Terezinha Freitas).
2021, 40 <sup>a</sup>	2	34	

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

As reuniões ocorreram em regiões e em períodos que não coincidem com as nacionais, cuja composição das publicações somou 144 (cento e quarenta e quatro). Esses dados mostram a pouca quantidade de estudos e o quanto é pertinente o desenvolvimento desta pesquisa, evidenciando que apenas nove trabalhos foram publicados com a temática no período de 2011-2021.

Em três categorias de temáticas mais recorrentes, duas estão na categoria avaliação, intituladas *Educação superior, internacionalização e qualidade: Ahelo, Enade global e Pisa da educação superior?*, 2015, e *Rankings acadêmicos internacionais em mídias de duas universidades brasileiras*, 2020.

A categoria pós-graduação mostra três publicações: *Internacionalização nos programas de pós-graduação em Educação*, 2016; *A internacionalização da pós-graduação no Brasil e a sua articulação com a política de ciência e tecnologia 2005-2018* e *Internacionalização e pós-graduação: entrecruzamentos e implicações na Universidade do Estado da Bahia*, ambas de 2018.

A terceira categoria, políticas da educação superior, aduz a três trabalhos: *Políticas de educação superior e internacionalização*, 2021; *Rankings acadêmicos na educação superior: políticas nacionais para inserção no cenário internacional*, 2018; e *A política de internacionalização da educação superior nas universidades federais na região Centro-Oeste*, 2015.

A discussão das produções encontradas no *site* da ANPEd mostra o estado do conhecimento sobre a temática com a apresentação de oito trabalhos, citados a seguir:

Barreyro (2015) alude que a globalização trouxe a emergência do conhecimento e da transformação da educação superior em que a internacionalização ressignifica as atividades comerciais.

Oliveira e Castro (2018) atestam a internacionalização da educação superior como tradição acadêmica marcada pelo avanço da ciência, das tecnologias de comunicação, das demandas na pós-graduação.

Leiro, Torres e Fernandes (2018) apontam a internacionalização para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação em universidades, buscando compreender como internacionalização e pós-graduação se entrecruzam na Universidade do Estado da Bahia.

Espíndola e Petry (2016) discutem a internacionalização do conhecimento nos programas de pós-graduação e afirmam que a valorização das ações de avaliação tece o reconhecimento e classificação dos cursos.

Almeida, Rodrigues e Freitas (2020) embasaram-se na obra *A quarta missão da universidade: a internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*, de Santos e Almeida Filho (2012), com reflexão sobre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nogueira e Maciel (2020) destacam que a política de educação superior, instituída pela Lei n.º 9.394 de 1996, facultou o avanço de expansão e diversificação de cursos e instituições, cujos desdobramentos da internacionalização são as políticas implementadas por universidades federais.

Calderón e Gonçalves (2018) apresentam a questão dos *rankings* acadêmicos em que se sistematizam informações de paradigmas de referenciais empíricos globais, nacionais e regionais.

Barreyro (2020) elenca resultados de pesquisa sobre a influência da escala global nas universidades, verificando usos e efeitos dos *rankings* nas universidades.

Percebe-se, que a aproximação e a diferenciação entre os trabalhos da mobilidade, da internacionalização na pós-graduação e políticas e os da avaliação são que a mobilidade, que é considerada sinônimo da internacionalização por ser indicativo de aumento da profissionalização.

A avaliação aduz à acreditação que amplia o Estado Avaliador. Assim, a aproximação entre os termos internacionalização, mobilidade e avaliação está no controle da qualidade que gera a expansão e massificação da educação superior, sendo o primeiro uma reação de países frente aos desafios da globalização e do conhecimento.

Nos parâmetros de aproximação, a mobilidade reflete nas políticas e diretrizes para a internacionalização e na evolução dos meios globais da educação superior, sendo as medidas políticas influenciadas pelas finalidades da avaliação.

Os trabalhos publicados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd no GT 11 tecem as considerações de que o significado da ação de modernizar a educação superior institui a internacionalização, sendo essa, o que moldou, o alinhamento estrutural dos programas. No momento, esta pesquisa se vale dos resultados das categorias de análise com os apontamentos de nove trabalhos escolhidos, a partir das amostras da ANPEd.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa realizada pudemos observar que dos trabalhos publicados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd no GT 11, a grande maioria das pesquisas tecem as considerações de que o significado da ação de modernizar a educação superior institui a internacionalização, sendo essa, o que moldou, o alinhamento estrutural dos programas. E que o foco dessas ações busca a modernização e a ampliação do ensino superior com uma troca significativa entre as Universidades em todo o mundo.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, W. R. R. Material e cultura empírica (São Paulo, 1913-1924). *In*: BRESSANIN, C. E. F.; DIAS, K. G.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de (Orgs.). **Instituições escolares: história, memória e narrativas**. Cruz Alta: Ilustração, 2022. p. 39-54.

ALTBACH, P. Os papéis complexos das universidades no período da globalização. *In*: GUNI. **Educação superior em um tempo de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social**. Tradução: Vera Muller. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 31-36.

BARREYRO, G. B. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n.º 1, p. 5-22, mar. 2018.

BARREYRO, G. B. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n.º 1 p. 5-22, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/fJQqv3tn9HzJmqS8KRJTnYJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 15 de julho de 2020.

BARREYRO, G. B. De exames, rankings e mídia. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior**, Sorocaba, v. 13, n.º 3, p. 863-868, Nov. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772008000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 30 de março de 2018.

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior (Microdados) atualizado em 06/11/2017**, 2017.

BRASIL. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acessado em 30 de março de 2018.

BRASIL. MEC/INEP. **Portaria Normativa n.º 04 de 06 de agosto de 2008**. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores. 2008.

CALDERÓN, A. I.; FRANÇA, C. M. Rankings acadêmicos na educação superior: tendências da literatura ibero-americana. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior**, Sorocaba, v. 23, p. 448-466, 2018.

CALDERÓN, A. I.; FRANÇA, C. M.; GONÇALVES, A. Tendências dos rankings acadêmicos de abrangência nacional de países do espaço ibero-americano: os

rankings dos jornais El Mundo (Espanha), El Mercurio (Chile), Folha de São Paulo (Brasil), Reforma (México) e El Universal (México). Dossiê temático. EccoS - **Rev. Cient.**, São Paulo, n. 44, p. 117-141, set./dez. 2017.

CALDERÓN, A. I.; MATIAS, R. C.; LOURENÇO, H. da S. Rankings na Educação Superior: As Melhores Faculdades do Brasil (1982-2000). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.25, n.º 57, p. 226-247, jan./abr. 2014.

CALDERÓN, A. I.; PFISTER, M.; FRANÇA, C. M. Rankings acadêmicos na educação superior brasileira: a emergência de um campo de estudo (1995-2013). **Roteiro**, v. 40, n.º 1, p. 11-30, 2015.

GONCALVES, A.; CALDERON, A. I. Academic rankings in higher education: trends of international scientific literature. **Revista diálogo educacional** (PUCPR. IMPRESSO), v. 17, p. 1125-1145, 2017.

SOUSA, J. V. História da educação superior. *In*: MOROSINI, Marília (Org.). **Enciclopédia brasileira de educação superior**. Porto Alegre: PUCRS, 2021. v. 2. p. 25-207.

## **ANPED 2011 - 2021: INTERNACIONALIZAÇÃO**

### *ANPED 2011 - 2021: INTERNATIONALIZATION*

Maria Lúcia Pacheco Duarte dos Santos<sup>12</sup>

Cláudia Valente Cavalcante<sup>13</sup>

**Resumo:** O estudo em tela objetivou conhecer as contribuições científicas sobre a internacionalização da educação superior no Brasil no período dos últimos dez anos, que coincide com a consolidação da política nacional de internacionalização do ensino superior, para tanto foi realizada uma profunda investigação nas publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que estudaram o tema nos últimos anos, suas categorias, avaliação e temáticas abordadas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Educação Superior. Produções Científicas.

**Abstract:** The study has the objective of knowing the scientific contributions on the internationalization of higher education in Brazil in the last ten years, which coincides with the consolidation of the national policy of internationalization of higher education. from the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd) who have studied the topic in recent years, their categories, evaluation and topics addressed on the topic.

**Keywords:** Internationalization. College education. Scientific Productions.

## **INTRODUÇÃO**

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, há algum tempo, tem apresentado o fenômeno da Internacionalização da Educação Superior e busca o fortalecimento nas atividades de cooperação internacional que reforçam os elos da solidariedade e o conceito da educação como um bem público e um direito humano.

E na contramão, a ideia é refutar as tendências de transnacionalização da educação superior que interpretam a educação superior como uma mercadoria em

---

<sup>12</sup> Possui graduação em Pedagogia pela UCG. Especialização em Administração Educacional pela UNIVERSO. Mestre em Educação pela PUC Goiás. Doutora em Educação pela PUC Goiás. Professora da Rede Municipal de Educação de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Dentre sua atuação como docente, já ocupou vários cargos diretivos: coordenadora e diretora. Além da esfera Municipal, exerceu várias funções na área educacional estadual. Foi diretora da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Aparecida de Goiânia de 2009 a 2017. Diretora do Centro de Formação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Aparecida de Goiânia e Professora do curso de Pedagogia da UEG Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

<sup>13</sup> Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás vinculada ao Grupo de Pesquisa Juventude e Educação como líder e pesquisadora do grupo e coordenadora do subprojeto de internacionalização denominado Diversidade cultural nas políticas e diretrizes educacionais, nacionais e internacionais. Doutora e Mestre em Educação Pela PUC Goiás, licenciada em Pedagogia e Letras pela PUC Goiás e Bacharel em Comunicação Social pela UFG. Membro do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Educação (FORPRED) e Associada à ANPED, coordenadora do GT 14 Sociologia e Filosofia da Educação da ANPED Centro Oeste.

um suposto mercado de serviços mundializado como projetado pela Organização Mundial do Comércio.

Este trabalho traz resultados parciais das pesquisas de mestrado e de pós-doutorado em educação em andamento pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. As pesquisas estão vinculadas à linha de pesquisa de Educação, Sociedade e Cultura dentro do subprojeto de internacionalização denominado Diversidade cultural nas políticas e diretrizes educacionais, nacionais e internacionais.

Internacionalização do ensino superior e a globalização são processos que estão intimamente interconectados hoje. Ela se constitui em um campo científico confirmador de seu caráter interdisciplinar e sua grande diversidade de atores. Diferentemente, na Era Moderna a internacionalização estava ligada à construção da ciência, da pesquisa e na criação de novas universidades.

Nosso objetivo é investigar como a internacionalização trazida na mobilidade internacional discente foi pesquisada e apresentada nos trabalhos propostos nas reuniões da ANPED entre os anos de 2011 a 2021. Para o estado do conhecimento foi utilizado o site da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação/ANPED com o recorte temporal dos anos de 2011 a 2021.

Foram selecionados todos os trabalhos cujo tema tratava da internacionalização. E foram destacados um total de: 25 (vinte e cinco) trabalhos e um mini-curso.

Posteriormente, foram os mesmos separados por temáticas pesquisadas dentro do tema em estudo. E dentro da temática da mobilidade internacional discente temos: 05 (cinco) trabalhos investigaram a mobilidade internacional de discentes: 04 (quatro) da Região Nordeste e 01 (um) da Região Sul.

Surgimento das universidades final do séc. XI e início do sec. XII. No Brasil: Surgimento de institutos de educação superior a partir do início do séc. XIX; Aparecimento de universidades a partir do ano de 1.920 (mil novecentos e vinte). Internacionalização a partir da globalização - décadas de 1970/1980 até os dias de hoje.

Segundo a pesquisadora Jane Knight (2004) ela é um processo que alcança as dimensões internacional, intercultural ou global com vistas à integração nas funções, finalidades, cursos e programas das universidades. E hoje ocupa lugar de destaque nas agendas políticas, econômicas e educacionais da nova ordem global.

## **ANPED NACIONAL 2011–2021: INTERNACIONALIZAÇÃO**

Na pesquisa inicial da ANPED Nacional do ano de 2011-2021 foram encontrados um total de 137 (cento e trinta e sete) pesquisas no GT- 11 de Políticas de Educação Superior e ao fazer recorte dos trabalhos sobre internacionalização foram encontrados 9 (nove) trabalhos, demonstrando assim, que houve pouco debate envolvendo o tema.

A ano de 2011 na 34ª (trigésima quarta) Reunião anual foram encontrados 7 (sete) trabalhos e nenhum foi sobre a internacionalização do Ensino Superior. No ano

de 2012, na 35ª (trigésima quinta) Reunião anual e foram encontrados 7 (sete) trabalhos em que 1 (um) deles eram sobre a internacionalização. Tema: Certificação em massa, internacionalização e mercantilização do conhecimento. João dos Reis Silva Júnior e Fabíola Grello Kato.

No ano de 2013 aconteceu a 36ª (trigésima sexta) Reunião anual da ANPEd sendo um total foram 8 (otio) trabalhos, mas nenhum trouxe o tema sobre a internacionalização do Ensino superior para o debate.

Em 2014 não aconteceu o encontro anual da Anped. E no ano de 2015 aconteceu a 37ª (trigésima sétima) com 33 (trinta e três) trabalhos apresentados, sendo 2 (dois) sobre a internacionalização. A expansão e a internacionalização da educação superior cuja autora é Olgaíses Maués – UFPA e Educação superior, internacionalização e qualidade: AHELO, ENADE global ou PISA da educação superior? A autora é Gladys Beatriz Barreyro – USP.

No ano de 2016 não aconteceu a Reunião anual da ANPEd. E apenas no ano seguinte, acontece a 38ª (trigésima oitava) Reunião Nacional da ANPEd no ano de 2017, sendo apresentados 26 (vinte e seis) Trabalhos, nos quais 3 (três) foram sobre a internacionalização: Internacionalização da educação superior: movimentos e tensionamentos contemporâneos com os autores: Marlize Rubin Oliveira - CEFET/PR e Giovana Pezarico - UTFPR Nilson de Farias - UTFPR; Minicurso Globalização, internacionalização e políticas supranacionais de educação superior com a autora: Gladys Beatriz Barreyro - USP; e, ainda, Internacionalização da educação superior: movimentos e tensionamentos contemporâneos, com os autores Marlize Rubin Oliveira - CEFET/PR, Giovana Pezarico - UTFPR e Nilson de Farias - UTFPR.

O ano de 2018 foi marcado pela falta do Reunião Nacional da ANPEd. E só posteriormente em 2019 aconteceu a 39ª (trigésimo nona) Reunião Nacional da ANPEd de 20 a 24 de outubro de 2019, UFF – Niterói/RJ. Foram apresentados 29 (vinte e nove) trabalhos, em que 1 (um) foi sobre a internacionalização. A internacionalização da educação superior e interculturalidade: o programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G) na Universidade do Estado da Bahia com os autores Mateus Souza - UNEB e Maria Auxiliadora Ribeiro Silva - UNEB.

A 40ª (quadragesima) Reunião Nacional da ANPEd foi em 2021 com um total de 34 (trinta e quatro) trabalhos. E 2 (dois) destes, foram sobre a internacionalização. Organismos Internacionais e a Agenda Global para a Educação com a autora *Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu*; Contribuições do processo de internacionalização da educação superior ao desenvolvimento de competências interculturais nos alunos: Perspectiva de instituições de ensino superior brasileiras das autoras: *Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo e Ana Maria Cambours de Donini*.

**Tabela 01 – GT 11 - Ensino Superior – Reunião Nacional (2011-2021)**

REU.	ANO	REUNIÃO NACIONAL	TRABALHOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO	T
34 <sup>a</sup>	2011	Natal/RN - 02 a 05 de outubro	Nenhum sobre a internacionalização	24
35 <sup>a</sup>	2012	Porto de Galinhas/PE - 21 a 24 de outubro	Certificação em massa, internacionalização e mercantilização do conhecimento - João dos Reis Silva Júnior e Fabíola Grello Kato	18
36 <sup>a</sup>	2013	Goiânia/GO 29/09 a 02/10	Nenhum sobre a internacionalização	18
2014 - Não aconteceu				
37 <sup>a</sup>	2015	Florianópolis/SC UFSC - Outubro	A expansão e a internacionalização da educação superior - Olgaíses Maués.  Educação superior, internacionalização e qualidade: AHELO, ENADE global ou PISA da educação superior? Gladys Beatriz Barreyro	28
2016 - Não aconteceu				
38 <sup>a</sup>	2017	Dias 1 a 5 de outubro na UFMA- São Luís do Maranhão	Internacionalização da educação superior: movimentos e tensionamentos contemporâneos - Marlize Rubin Oliveira/Giovana Pezarico/ Nilson de Farias.  MINICURSO Globalização, internacionalização e políticas supranacionais de educação superior - Gladys Beatriz Barreyro.	23
2018 - Não aconteceu				
39 <sup>a</sup>	2019	Dias 20 a 24 de outubro - UFF Niterói/RJ	A internacionalização da educação superior e interculturalidade: o programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G) na Universidade do Estado da Bahia - Mateus Souza/Maria Auxiliadora Ribeiro Silva.	20
2020 - Não aconteceu				
40 <sup>a</sup>	2021	Belém do Pará Outubro de 2021 - Online.	Contribuições do processo de internacionalização da educação superior ao desenvolvimento de competências interculturais nos alunos. Perspectiva de instituições de ensino superior brasileiras - Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo/Ana Maria Cambours de Donini.	34

			O acesso da classe trabalhadora aos Programas de Intercâmbio: uma análise das políticas públicas para a internacionalização da educação superior - Larissa Maria Rodrigues de Oliveira.	
<b>TOTAL</b>			<b>8 TRABALHOS</b>	<b>165</b>

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

**Tabela 02 – Eixo Temático 8<sup>14</sup> – Ensino Superior**

REU.	ANO	REGIÃO SUL	TRABALHOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO	T
XII	2016	24 a 27 de julho UFPR/Curitiba - PR	Internacionalização nos Programas de Pós-Graduação em Educação - Celio Alves Espinoloa/Oto João Petry. Internacionalização da educação e a mobilidade estudantil em questão - Maria Isabel da Cunha/Maria Janine Dalpiaz Reschke.	31
XIII	2020 2021	Blumenau - RS de 24/08/20 - 24/03/21	O Desenvolvimento do Conceito de Internacionalização da Educação Superior: Possibilidades Inclusivas - Giselly Cristini Mondardo Brandalise/Marcia Regina Selpa Heinze. Políticas de Educação Superior e Internacionalização: Sobre a Quarta Missão - Maria de Lourdes Pinto de Almeida/Diego Palmeira Rodrigues/ Silmara Terezinha Freitas.	15
<b>TOTAL</b>		<b>2 ENCONTROS</b>	<b>6 TRABALHOS</b>	<b>46</b>

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

**Tabela 03 – GT 11 - Política da Educação Superior - Sudeste**

REU.	ANO	REGIÃO SUDESTE	TRABALHOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO	T
XIII	2018	Campinas - SP - 15 e 18 de julho	Não teve	17
XIV	2020	Rio de Janeiro - RJ - 30 de novembro a 3 de dezembro	Des)Construção,(Des)Colonização E (In)Visibilização Das Internacionalizações Desde a Perspectiva das	24

<sup>14</sup> Ressalta-se aqui que na Região Sul o Ensino Superior está no Eixo Temático 8.

			Epistemologias do Sul Global - Gabriela Freire Oliveira Piccin Kyria Rebeca Finardi	
<b>TOTAL</b>	<b>2 ENCONTROS</b>	<b>1 TRABALHOS</b>		<b>41</b>

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

**Tabela 04 – GT 11 - Política da Educação Superior – Centro-Oeste**

REU.	ANO	REGIÃO CENTRO-OESTE	TRABALHOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO	T
XIV	2018	Cáceres - MT - 15 a 18 de outubro	Internacionalização da educação superior brasileira: desafios rumos e algumas constatações José Vieira de Sousa	<b>13</b>
XV	2020	Uberlândia - MG - 16 a 19 de novembro	A Política de Internacionalização da Educação Superior Nas Universidades Federais Da Região Centro Oeste - Celio Vieira Nogueira/ Carina Elisabeth Maciel	<b>12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2 ENCONTROS</b>	<b>2 TRABALHOS</b>		<b>25</b>

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

**Tabela 05 – GT 11 - Política da Educação Superior - Nordeste**

REU.	ANO	REGIÃO NORDESTE	TRABALHOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO	T
XXIV	2018	João Pessoa - PB - 19 a 22 de novembro	A Internacionalização da Pós-Graduação no Brasil e sua articulação com a Política de Ciência e Tecnologia (2005-2018) - Larissa Maria da Costa Fernandes Oliveira/Alda Maria Duarte Araújo Castro.  A Internacionalização na Educação Superior: Mapeando a Mobilidade Discente da Universidade Estadual da Bahia - UNEB- Mateus Souza/Natanael Reis Bomfim.  Internacionalização da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil: Uma Análise da Mobilidade Estudantil no Exterior (2013-2016) - Fabiana Araújo Nogueira/ Alda Maria Duarte Araújo Castro.	<b>22</b>

			Internacionalização e Mobilidade Discente no Curso de Administração do DCHT Campus XVIII da Universidade do Estado da Bahia - Robson Braga/Henderson Carvalho Torres.  Internacionalização e pós-graduação: entrecruzamentos e implicações na Universidade do Estado da Bahia - Augusto Cesar Rios Leiro/Henderson Carvalho Torres/Vanessa Cristina Meneses Fernandes	
XXV	2020	Salvador/BA - 4 a 7 de novembro	Não teve	
<b>TOTAL</b>		<b>2 ENCONTROS</b>	<b>5 TRABALHOS</b>	<b>47</b>

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

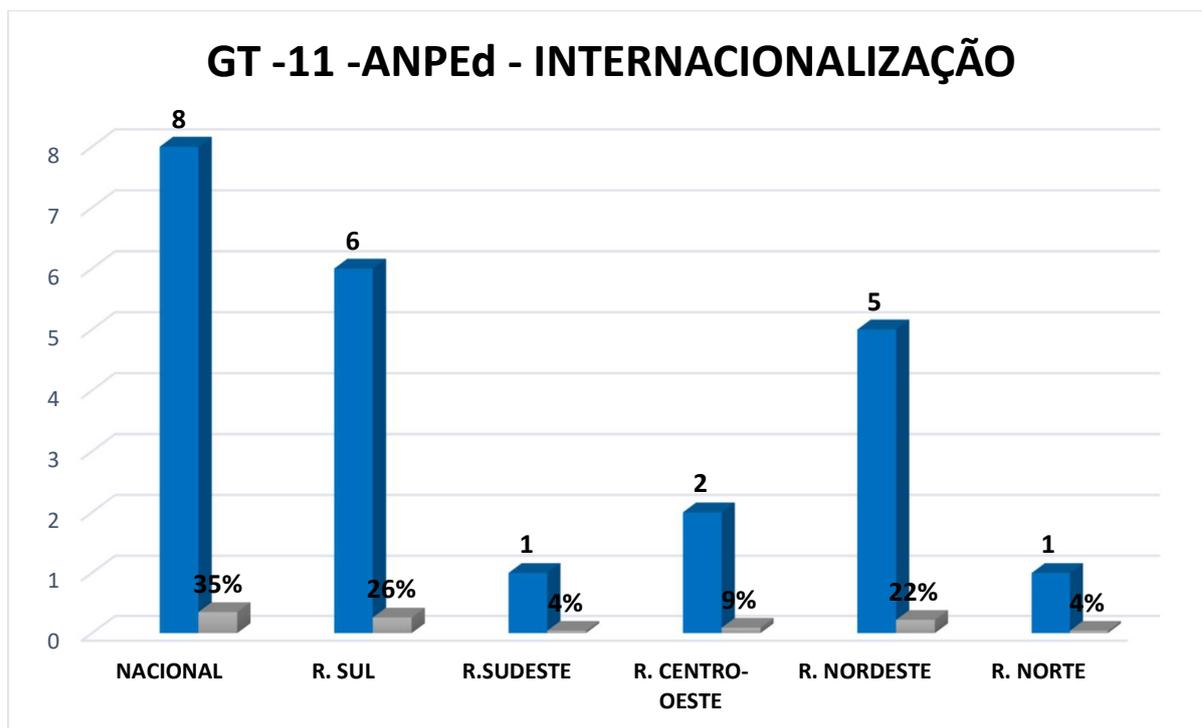
**Tabela 06 – GT 05/11<sup>15</sup> - Política da Educação Superior – Norte**

REU.	ANO	REGIÃO NORTE	TRABALHOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO	T
II	2018	Rio Branco - AC - 24 a 26 de outubro	Hegemonia Global Estadunidense: os Acordos Mec/Usaid e o Legado da Internacionalização das Políticas Educacionais (1965-1968) Darllen Almeida da Silva/ Kátia de Nazaré Santos Fonsêca /Norma Iracema de Barros Ferreira	<b>30</b>
III	2021	Palmas/TO - 17 a 21 de março	Nenhum trabalho sobre internacionalização.	<b>34</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2 ENCONTROS</b>	<b>1 TRABALHO</b>	<b>64</b>

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

<sup>15</sup> GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

**Gráfico 01 – Trabalhos Nacionais e Regionais da ANPEd do GT11 (2011-2021)**



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

### **Lista dos trabalhos sobre internacionalização por Regional (2011-2021)**

#### **NACIONAL**

1. Certificação em massa, internacionalização e mercantilização do conhecimento - João dos Reis Silva Júnior e Fabíola Grello Kato.
2. A expansão e a internacionalização da educação superior - Olgaíses Maués.
3. Educação superior, internacionalização e qualidade: AHELO, ENADE global ou PISA da educação superior? Gladys Beatriz Barreyro.
4. Internacionalização da educação superior: movimentos e tensionamentos contemporâneos - Marlize Rubin Oliveira/Giovana Pezarico/Nilson de Farias.
5. Minicurso Globalização, internacionalização e políticas supranacionais de educação superior - Gladys Beatriz Barreyro.
6. Contribuições do processo de internacionalização da educação superior ao desenvolvimento de competências interculturais nos alunos. Perspectiva de instituições de ensino superior brasileiras - Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo/Ana Maria Cambours de Donini.
7. A Internacionalização da Educação Superior e Interculturalidade: o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PECG) na Universidade do Estado da Bahia Mateus Souza - UNEB - Universidade do Estado da Bahia Maria Auxiliadora Ribeiro Silva - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

8. O acesso da classe trabalhadora aos Programas de Intercâmbio: uma análise das políticas públicas para a internacionalização da educação superior - Larissa Maria Rodrigues de Oliveira.

## SUL

1. Internacionalização nos Programas de Pós-Graduação em Educação - Celio Alves Espinoloa/Oto João Petry.
2. Internacionalização da educação e a mobilidade estudantil em questão - Maria Isabel da Cunha/Maria Janine Dalpiaz Reschke.
3. O Desenvolvimento do Conceito de Internacionalização da Educação Superior: Possibilidades Inclusivas - Giselly Cristini Mondardo Brandalise/Marcia Regina Selpa Heinzle.
4. Internacionalização da Educação Superior no Discurso da Unesco (2015): os 8 Objetivos do Milênio Silmara Terezinha Freitas - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina Maria de Lourdes Pinto de Almeida - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina Diego Palmeira Rodrigues - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
5. Estado do Conhecimento sobre Internacionalização da Educação Superior - Silmara Terezinha Freitas - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
6. Políticas de Educação Superior e Internacionalização: Sobre a Quarta Missão Maria de Lourdes Pinto de Almeida/Diego Palmeira Rodrigues/Silmara Terezinha Freitas.

## SUDESTE

1. Des) Construção, (Des) Colonização e (In) Visibilização das Internacionalizações desde a Perspectiva das Epistemologias do Sul Global - Gabriela Freire Oliveira Piccin Kyria Rebeca Finardi.

## NORDESTE

1. A Internacionalização da Pós-Graduação no Brasil e sua Articulação com a Política de Ciência e Tecnologia (2005-2018) - Larissa Maria da Costa Fernandes Oliveira/Alda Maria Duarte Araújo Castro.
2. A Internacionalização na Educação Superior: Mapeando a Mobilidade Discente da Universidade Estadual da Bahia - Mateus Souza/Natanael Reis Bomfim.
3. Internacionalização da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil: Uma Análise da Mobilidade Estudantil no Exterior (2013-2016) - Fabiana Araújo Nogueira/Alda Maria Duarte Araújo Castro.
4. Internacionalização e Mobilidade Discente no Curso de Administração do DCHT Campus XVIII da Universidade do Estado da Bahia - Robson Braga/Henderson Carvalho Torres.

5. Internacionalização e pós-graduação: entrecruzamentos e implicações na Universidade do Estado da Bahia - Augusto Cesar Rios Leiro/Henderson Carvalho Torres /Vanessa Cristina Meneses Fernandes.

## **CENTRO-OESTE**

1. Internacionalização da educação superior brasileira: desafios rumos e algumas constatações - José Vieira de Sousa .
2. A Política de Internacionalização da Educação Superior nas Universidades Federais da Região Centro Oeste - Celio Vieira Nogueira/Carina Elisabeth Maciel.

## **NORTE**

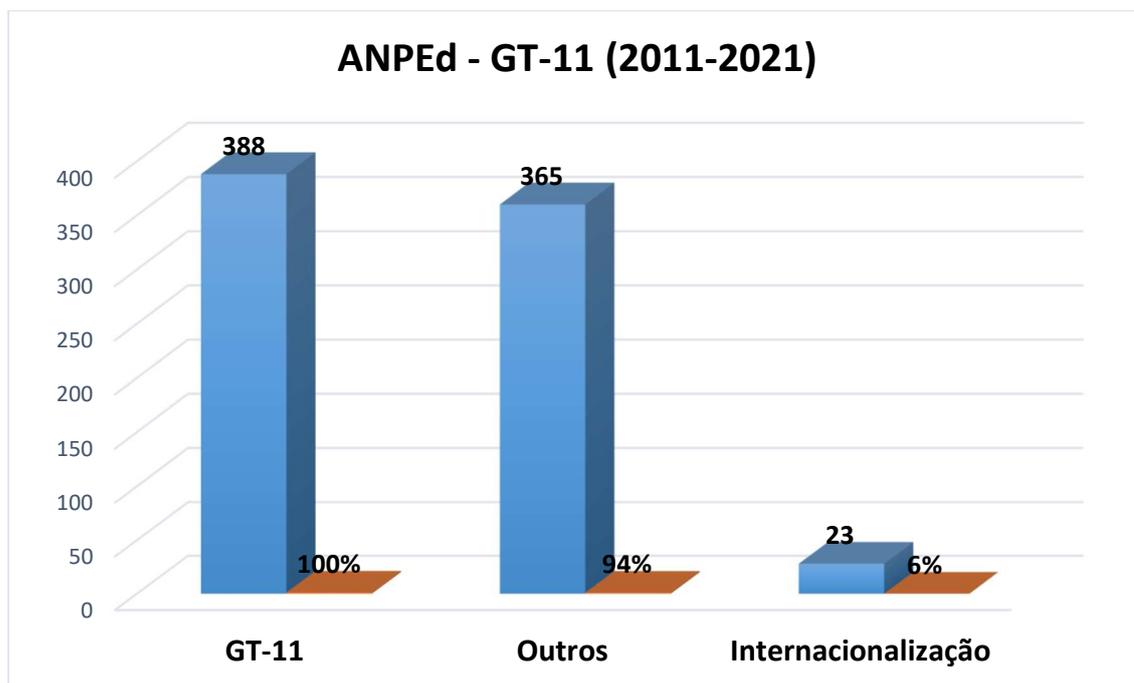
1. Hegemonia Global Estadunidense: os Acordos Mec/Usaid e o Legado da Internacionalização das Políticas Educacionais (1965-1968) - Darllen Almeida da Silva/ Kátia de Nazaré Santos Fonsêca /Norma Iracema de Barros Ferreira.

## **LISTA DE TRABALHOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ANPEd (2011-2021)**

1. Certificação em massa, internacionalização e mercantilização do conhecimento - João dos Reis Silva Júnior e Fabíola Grello Kato.
2. A expansão e a internacionalização da educação superior - Olgaíses Maués.
3. Educação superior, internacionalização e qualidade: AHELO, ENADE global ou PISA da educação superior? Gladys Beatriz Barreyro.
4. Internacionalização da educação superior: movimentos e tensionamentos contemporâneos - Marlize Rubin Oliveira/Giovana Pezarico/Nilson de Farias.
5. MINICURSO Globalização, internacionalização e políticas supranacionais de educação superior - Gladys Beatriz Barreyro.
6. Contribuições do processo de internacionalização da educação superior ao desenvolvimento de competências interculturais nos alunos. Perspectiva de instituições de ensino superior brasileiras - Lourdes Evangelina Zilberberg Oviedo/Ana Maria Cambours de Donini.
7. A Internacionalização da Educação Superior e Interculturalidade: O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PECG) na Universidade do Estado da Bahia Mateus Souza - UNEB - Universidade do Estado da Bahia Maria Auxiliadora Ribeiro Silva - UNEB - Universidade do Estado da Bahia
8. O acesso da classe trabalhadora aos Programas de Intercâmbio: uma análise das políticas públicas para a internacionalização da educação superior - Larissa Maria Rodrigues de Oliveira.
9. Internacionalização nos Programas de Pós-Graduação em Educação - Celio Alves Espinoloa/Oto João Petry.
10. Internacionalização da educação e a mobilidade estudantil em questão - Maria Isabel da Cunha/Maria Janine Dalpiaz Reschke.

11. O Desenvolvimento do Conceito de Internacionalização da Educação Superior: Possibilidades Inclusivas - Giselly Cristini Mondardo Brandalise/Marcia Regina Selva Heinzle.
12. Internacionalização da Educação Superior no Discurso da Unesco (2015): os 8 Objetivos do Milênio Silmara Terezinha Freitas - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina Maria de Lourdes Pinto de Almeida - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina Diego Palmeira Rodrigues - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
13. Estado do Conhecimento sobre Internacionalização da Educação Superior - Silmara Terezinha Freitas - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
14. Políticas de Educação Superior e Internacionalização: sobre a Quarta Missão - Maria de Lourdes Pinto de Almeida/Diego Palmeira Rodrigues/Silmara Terezinha Freitas.
15. Des) Construção, (Des) Colonização e (In) Visibilização das Internacionalizações desde a Perspectiva das Epistemologias do Sul Global - Gabriela Freire Oliveira Piccin Kyria Rebeca Finardi.
16. A Internacionalização da Pós-Graduação no Brasil e sua Articulação com a Política de Ciência e Tecnologia (2005-2018) - Larissa Maria da Costa Fernandes Oliveira/Alda Maria Duarte Araújo Castro.
17. A Internacionalização na Educação Superior: Mapeando a Mobilidade Discente Da Universidade Estadual da Bahia - Mateus Souza/Natanael Reis Bomfim.
18. Internacionalização da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil: Uma Análise da Mobilidade Estudantil no Exterior (2013-2016) - Fabiana Araújo Nogueira/Alda Maria Duarte Araújo Castro.
19. Internacionalização e Mobilidade Discente no Curso de Administração do DCHT Campus XVIII da Universidade do Estado da Bahia - Robson Braga/Henderson Carvalho Torres.
20. Internacionalização e pós-graduação: entrecruzamentos e implicações na Universidade do Estado da Bahia - Augusto Cesar Rios Leiro/Henderson Carvalho Torres/Vanessa Cristina Meneses Fernandes.
21. Internacionalização da educação superior brasileira: desafios rumos e algumas constatações - José Vieira de Sousa .
22. A Política de Internacionalização da Educação Superior nas Universidades Federais da Região Centro Oeste - Celio Vieira Nogueira/Carina Elisabeth Maciel.
23. Hegemonia Global Estadunidense: os acordos MEC/USAID e o legado da Internacionalização das Políticas Educacionais (1965-1968) - Darllen Almeida da Silva/ Kátia de Nazaré Santos Fonsêca/Norma Iracema de Barros Ferreira.

**Gráfico 02** - Trabalhos Nacionais e Regionais da ANPEd do GT11 (2011-2021)



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2022.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa realizada pudemos observar que dos trabalhos publicados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd no GT 11, a grande maioria das pesquisas tecem as considerações de que o significado da ação de modernizar a educação superior institui a internacionalização, sendo essa, o que moldou, o alinhamento estrutural dos programas. E que o foco dessas ações busca a modernização e a ampliação do ensino superior com uma troca significativa entre as Universidades em todo o mundo.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, W. R. R. Material e cultura empírica (São Paulo, 1913-1924). *In*: BRESSANIN, C. E. F.; DIAS, K. G.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de (Orgs.). **Instituições escolares: história, memória e narrativas**. Cruz Alta: Ilustração, 2022. p. 39-54.
- ALTBACH, P. Os papéis complexos das universidades no período da globalização. *In*: GUNI. **Educação superior em um tempo de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social**. Tradução: Vera Muller. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 31-36.
- BARREYRO, G. B. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n.º 1, p. 5-22, mar. 2018.

BARREYRO, G. B. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n.º 1 p. 5-22, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/fJQqv3tn9HzJmqS8KRJTnYJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 15 de julho de 2020.

BARREYRO, G. B. De exames, rankings e mídia. **Avaliação**: revista da avaliação da educação superior, Sorocaba, v. 13, n.º 3, p. 863-868, Nov. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772008000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 30 de março de 2018.

BRAGA, R. TORRES, H. C. **Internacionalização e mobilidade discente no curso de Administração do DCHT Campus XVIII da Universidade Estadual da Bahia**. 2018.

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior (Microdados) atualizado em 06/11/2017**, 2017.

BRASIL. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acessado em 30 de março de 2018.

BRASIL. MEC/INEP. **Portaria Normativa n.º 04 de 06 de agosto de 2008**. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores. 2008.

CALDERÓN, A. I.; FRANÇA, C. M. Rankings acadêmicos na educação superior: tendências da literatura ibero-americana. **Avaliação**: revista da avaliação da educação superior, Sorocaba, v. 23, p. 448-466, 2018.

CALDERÓN, A. I.; FRANÇA, C. M.; GONÇALVES, A. Tendências dos rankings acadêmicos de abrangência nacional de países do espaço ibero-americano: os rankings dos jornais El Mundo (Espanha), El Mercurio (Chile), Folha de São Paulo (Brasil), Reforma (México) e El Universal (México). Dossiê temático. EccoS - **Rev. Cient.**, São Paulo, n. 44, p. 117-141, set./dez. 2017.

CALDERÓN, A. I.; MATIAS, R. C.; LOURENÇO, H. da S. Rankings na Educação Superior: As Melhores Faculdades do Brasil (1982-2000). **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.25, n.º 57, p. 226-247, jan./abr. 2014.

CALDERÓN, A. I.; PFISTER, M.; FRANÇA, C. M. Rankings acadêmicos na educação superior brasileira: a emergência de um campo de estudo (1995-2013). **Roteiro**, v. 40, n.º 1, p. 11-30, 2015.

CUNHA, M, I, da; RESCHECKE, M, J, D. **Internacionalização da educação e mobilidade em questão**. 2016.

NOGUEIRA, F. A. CASTRO, A. M. D. de A. **Internacionalização na pós-graduação *strictu sensu* no Brasil**: uma análise da mobilidade estudantil no exterior. 2018.

SOUZA, M. S. BONFIM, N. R. **A internacionalização na educação superior: mapeando a mobilidade discente na Universidade Estadual da Bahia /UNEB**. 2018.

## **A MULHER E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR AO LONGO DA HISTÓRIA**

### *WOMEN AND ACCESS TO HIGHER EDUCATION THROUGHOUT HISTORY*

Daniele Lopes Oliveira<sup>16</sup>

**Resumo:** A educação da mulher é algo recente na história, embora a educação de alguma forma tenha sempre existido. A mulher não pôde inicialmente participar dela de forma institucionalizada. Grande parte das mulheres eram analfabetas, e somente as mulheres nobres tinham acesso à educação. Contudo, elas não podiam frequentar as instituições ditas “escolares”. Na Grécia antiga já em 387 a.C. o filósofo grego *Platão* criou uma espécie de escolas onde se estudava filosofia e matemática, nos jardins de *Academos* em *Atenas*. Em 343 a.C., era comum que famílias mais ricas, pagassem um preceptor, um mestre com mais conhecimentos que guiasse as crianças nos estudos. *Aristóteles*, por exemplo, tornou-se preceptor de *Alexandre*, “O Grande”, rei macedônio. No séc. 4 a.C., surgem as primeiras “escolas”, que eram locais onde mestres ensinavam gramática, física, música, poesia, eloquência, mas não existiam salas de aula. Já em 859 surge a primeira Universidade de *Karueein* em *Fez*, no *Marrocos*, que existe ainda hoje, considerada a primeira universidade do mundo no sentido moderno do termo. Já na Europa medieval o conhecimento ficava restrito aos membros da Igreja e a poucos nobres. E como podemos notar, a mulher, estava excluída do mundo do conhecimento. Só uma pequena parcela da nobreza tinha acesso restrito ao conhecimento, já que não podia frequentar nenhum *lócus* de conhecimento.

**Palavras-chave:** Educação. Mulher. História.

**Abstract:** Women's education is something recent in history, although education somehow has always existed. The woman could not initially participate in it in an institutionalized way. Most women were illiterate, and only noble women had access to education. However, they could not attend the so-called “school” institutions. In ancient Greece as early as 387 BC. the Greek philosopher Plato created a kind of schools where philosophy and mathematics were studied, in the gardens of *Academos* in *Athens*. In 343 BC, it was common for richer families to pay a preceptor, a master with more knowledge to guide children in their studies. Aristotle, for example, became tutor to Alexander, “The Great”, Macedonian king. In the century 4 BC, the first “schools” appear, which were places where masters taught grammar, physics, music, poetry, eloquence, but there were no classrooms. Already in 859, the first University of *Karueein* appeared in *Fez*, *Morocco*, which still exists today, considered the first university in the world in the modern sense of the term. Already in medieval Europe, knowledge was restricted to members of the Church and a few nobles. And as we can see, the woman was excluded from the world of knowledge. Only a small portion of the nobility had restricted access to knowledge, since they could not attend any locus of knowledge.

---

<sup>16</sup> Pós-Doutora em Educação, Doutora em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Estudiosa de Ciências Políticas e Direitos Humanos e Relações Internacionais.

**Keywords:** Education. Woman. History.

## INTRODUÇÃO

A “inferioridade” da mulher na sociedade grega pode ser constatada, na obra de *Platão, A República*, em que, fica claro que a mulher deveria cultivar a descrição e a moderação e que deveriam estar afastadas das atividades masculinas, num primeiro plano no ambiente da casa e no segundo plano das atividades públicas.

Na obra *Política* de *Aristóteles* também fica patente que a mulher não dispunha da parte racional da alma, o *logos*. Assim na obra *aristotélica, Sófocles*, afirma que as mulheres por sua graça natural devem permanecer em silêncio. O que é por demais significativo de sua condição, pois, numa sociedade democrática e isonômica na política, calar a mulher e excluí-la da cidadania.

Assim, por muitos séculos a mulher foi excluída das atividades públicas e conseqüentemente das atividades relativas ao conhecimento. Mesmo na nobreza, as mulheres não tinham acesso à educação formal.

Em 859 surge a primeira Universidade de *Karueein* em *Fez*, no *Marrocos*, que existe ainda hoje, considerada a primeira universidade do mundo no sentido moderno do termo. Mas, a primeira mulher a receber um diploma universitário, foi *Elena Lucrezia Cornaro Piscopia*, uma filósofa veneziana de origem nobre, que se tornou professora de matemática na *Universidade de Padua* em 1678, muitos anos após o surgimento da primeira Universidade.

No Brasil, na década de 1540, são instaladas no Brasil as Santas Casas de Misericórdia, para educar órfãs e crianças abandonadas, com o intuito de coibir a vadiagem (ARANTES, 2010). Mas conforme, exposto, mesmo as mulheres da elite não tinham acesso à educação, e nos primeiros duzentos anos da História da Educação brasileira, a educação para mulheres era ofertada somente nos conventos.

No século XIX, de forma tímida inicia-se um projeto educativo voltado para as atividades domésticas eram os colégios destinados as mulheres, que somente as meninas que proviam de classe abastadas tinha acesso. A maior preocupação da escola era que as alunas aprendessem a se comportar na sociedade, a ênfase estava na música, artes, culinária, regras de etiqueta e boas maneiras (RIBEIRO, 2000).

Um caso, excepcional foi o de *Madalena Caramuru*, que no séc. XVI, foi a primeira mulher brasileira a saber ler e escrever. O casamento da índia *Caramuru* com o português *Afonso Rodrigues* teria marcado seu ingresso no mundo das letras. Em 1561, ela teria escrito uma carta ao bispo de Salvador pedindo que as crianças escravas fossem salvas dos maus-tratos. Ela representa uma notória exceção ao padrão da sociedade colonial, na qual as mulheres eram mantidas na ignorância (ARANHA, 2006).

Conforme Aranha (2006, p. 229), “[...] a criação da seção feminina na Escola Normal da Província, em 1875 [...]”, abriu a possibilidade das moças se profissionalizarem “na carreira do magistério [...]”. Em que as mulheres de alta posição letradas passaram a lecionar a instrução primária, que somente após a Reforma

Constitucional abriram as portas a população escolar feminina, tonando a educação acessível as mulheres (RIBEIRO, 2000).

Já o ingresso regular das mulheres nas universidades ocorreu primeiramente nos Estados Unidos no ano de 1837, “[...] com a criação de universidades exclusivas para as mulheres [...] no estado de *Ohio* que surge a primeira universidade feminina o *Women’s College* [...]” (BEZERRA, 2010, p. 3).

No Brasil, o acesso das mulheres ao ensino superior ocorreu somente no final do século XIX, no qual o, “[...] decreto imperial facultou à mulher a matrícula em curso superior em 1881. Todavia, era difícil vencer essa barreira, pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades [...]” (BELTRÃO e ALVES, 2009, p. 128).

Aranha (2006, p. 230), contudo, indicou que: “[...] a primeira mulher a se matricular na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi *Dona Ambrozina de Magalhães*, em 1881.

Bezerra (2010, p. 4), no entanto afirma que a: “[...] primeira mulher a ingressar e concluir o ensino superior foi Rita Lobato Velho Lopes, que ingressou na Universidade no Rio de Janeiro em 1884, mas só concluiu o curso de Medicina no estado da Bahia no ano de 1887, formando-se pela faculdade de medicina [...]”. Sendo a primeira a concluir o ensino superior o que era muito difícil.

Pois, não bastava só o direito ao acesso ao ensino superior, mas a garantia de iguais condições para dar continuidade aos estudos permitindo que a mulher conseguisse lograr o seu feito em concluir o curso superior.

Em um ambiente majoritariamente masculino, como era comum durante o período, três moças destoavam do todo: *Ermelinda Lopes de Vasconcelos*, *Antonietta César Dias* e *Rita Lobato*, contrariando as noções pré-estabelecidas de que a educação superior feminina estava condicionada ao magistério.

A Secretaria de Comunicação Social Centro Cultural Câmara dos Deputados (2018), em homenagem as grandes personagens femininas citam que *Myrthes de Campos* (1875-1965), formou-se na *Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro* em 1898 e, após muitos anos de luta, conseguiu o registro do diploma, sendo reconhecida oficialmente como a primeira advogada no Brasil. Myrthes destacou-se em sua primeira atuação no *Tribunal de Júri*, absolvendo o réu e apresentando um profundo conhecimento do *Código Penal*, além de possuir forte poder de argumentação.

O que evidencia a dificuldade para atuar na profissão, não era só conseguir concluir o ensino superior. Ana Justina Ferreira Néri (1814-1880), foi a pioneira da enfermagem no Brasil. Acompanhou seus filhos, soldados na *Guerra do Paraguai*, como voluntária em 1865, sendo posteriormente contratada pelo presidente da província como enfermeira para servir com as tropas no *Paraguai*. Foi a primeira brasileira a ser reconhecida como heroína e ter seu nome inscrito no livro dos heróis nacionais, depositado no *Panteão da Pátria Tancredo Neves*, em Brasília-DF.

Maria José de Castro Rebelo Mendes (1891-1936) foi a primeira mulher a ingressar no *Itamaraty*, a nordestina teve sua inscrição para o concurso recusada e precisou lutar judicialmente pelo seu direito de concorrer.

Em 1918, recebeu o resultado da aprovação, classificando-se em primeiro lugar. Eugênia Álvaro Moreyra (1898-1948), foi a primeira repórter mulher do País, tendo sua primeira reportagem publicada na primeira página no *Jornal Última Hora*. Em 1920, participou ativamente do movimento feminista, na campanha em prol do sufrágio feminino, assim como do movimento modernista.

## METODOLOGIA

O trabalho teve por escopo a revisão bibliográfica do assunto, compreendendo que a história do desenvolvimento humano caminha entre um passado meticuloso, que precisa ser decifrado, compreendido e interpretado.

Desta forma, conclui, Le Goff (2003), com estas transformações foi possível ampliar os aspectos metodológico dos estudos históricos além de abordar a pesquisa no seu aspecto coletivo.

Gaffkin (2011), neste mesmo sentido, assevera que a história pode ser considerada como uma narrativa, mas, não se pode negar a importância de que estas informações estejam alicerçadas em fontes fidedignas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2017), sessenta e dois milhões de meninas, ainda, não têm acesso à educação e essa é uma realidade que tem suas raízes na história da educação feminina.

Segundo os dados do (IBGE, 2020), as mulheres brasileiras são mais instruídas que os homens, e com maior escolaridade, mas ainda recebem salários menores. Na pesquisa, sobre o perfil das profissões, fica evidente que existe ainda uma predominância das mulheres em alguns cursos como: serviço social (88,3%), saúde, excluindo medicina, (77,3%), ciências sociais e comportamentais (70,4%), educação (65,6%), Computação, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (21,6%) e Engenharia (13,3%).

As mulheres buscam profissões nas áreas de cuidado, e poucas buscam atuar nas áreas das ciências exatas, o que evidencia, ainda um processo histórico no acesso e na atuação da mulher em certas áreas do conhecimento.

Outro ponto importante e que, a maior instrução em nível superior não se traduz em maioria entre os docentes universitários, pois, as mulheres eram cerca de (46,8%) dos docentes no país e o avanço em décadas é muito lento. Metade da população brasileira é composta por mulheres, mas elas ainda são a minoria em cargos públicos e gerenciais. E proporcionalmente exercendo as mesmas funções, recebem salários mais baixos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos concluir neste estudo, e que os fatores históricos nos auxiliam a compreender o porquê o acesso das mulheres à educação pelo mundo ainda não é uma realidade. E que, no Brasil apesar dos avanços, no campo educativo com o acesso das mulheres à educação, elas ainda precisam avançar em outras áreas do conhecimento, como nas áreas de Exatas e Tecnologias. E que as mulheres ainda precisam lutar para se estabelecer na profissão, para obter a garantia de iguais salários. Desta forma, consagramos a máxima de que ainda resta muitas lutas para as mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARANTES, E. M. M. Arquivo e Memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro. **Pesquisas e práticas psicossociais**. v.5. n.1. São João del-Rei/MG, janeiro/julho, 2010.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.
- BEZERRA, N. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UECE, 2010. p. 1-8.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Estatísticas de gênero. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso: agosto de 2020.
- BRASIL. Portal. **Mulheres são maioria em universidades e cursos de qualificação**, 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-saomaioria-em-universidades-e-cursos-de-qualificacao>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- LE GOFF, J. **História e memória**: Editora da Unicamp, Campinas, 2003.
- MULHERES PIONEIRASELAS FIZERAM HISTÓRIA. Câmara dos Deputados. Secretaria de Comunicação Social Centro Cultural Câmara dos Deputados (2018). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/mulheres-pioneiras-elas-fizeram-historia>. Acessado em 02 de agosto de 2021.
- PLATÃO, **A República**, Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, 9.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94

UNESCO. **Unesco divulga Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2017-2018**. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/26-10-2017-15-12-unesco-divulga-relatorio-de-monitoramento-global-da-educacao-de-2017-2018>. Acessado em 02 de agosto de 2021.

## **HABERMAS E SARAMAGO: APORTES SOBRE A GESTÃO EDUCACIONAL DAS ALTERIDADES**

### *HABERMAS Y SARAMAGO: APORTES EN LA GESTIÓN EDUCATIVA DE LAS ALTERIDADES*

Cristiano Santos Araujo<sup>17</sup>

Priscila Santos Araujo<sup>18</sup>

**Resumo:** Este ensaio objetiva realizar uma revisão crítica de narrativa conceitual quanto ao tema da alteridade do filósofo alemão Jürgen Habermas, na obra a “Inclusão do Outro” (2002), a fim de discutir sobre o suporte e aporte discursivo e teórico para a efetiva consolidação de direitos para uma gestão educacional inclusiva. Para esse campo de diálogo, estabelece-se a partir da obra “Todos os nomes” (1997), de José Saramago, bem como a reflexão sobre a gestão de pessoas no ambiente escolar ou universitário, ambos, além das relações de ensino e aprendizagem, são espaços para as relações humanas e produção de conhecimento através de pesquisas e extensões. Pretende-se, assim, lançar uma vereda para a contínua discussão do lugar do outro nos espaços sociais de educação, o que não deixa de ser um desafio sempre presente para àqueles que lidam com a gestão de pessoas e estruturas na contemporaneidade brasileira.

**Palavras-chave:** Jürgen Habermas. José Saramago. Alteridade. *Gestão Educacional*.

**Abstract:** This objective essay performs a critical review of the conceptual narrative regarding the theme of alterity by the German philosopher Jürgen Habermas, in the work “Inclusion of the Other” (2002), in order to discuss the support and discursive and theoretical contribution for the effective consolidation of rights for inclusive educational management. For this field of dialogue, it is established from the work "All names" (1997), by José Saramago, as well as the reflection on the management of people in the school or university environment, both, in addition to the teaching and learning relationships, are spaces for human relations and knowledge production through research and extensions. It is intended, therefore, to launch a path for the continuous discussion of the place of the other in the social spaces of education, which does not cease to be an ever-present challenge for those who deal with the management of people and structures in contemporary Brazil.

**Keywords:** Jürgen Habermas. José Saramago. Alterity. Educational management.

---

<sup>17</sup> Doutor em Literatura e Práticas Sociais (UnB); Doutor em Ciências da Religião (PUC GOIÁS); Mestre em Teoria da Literatura e Literatura Comparada (UERJ). Licenciado em Pedagogia (UNIFACVEST). Licenciado em Letras (UNESA). Pós-Doutorando em Ciências da Religião na PUC-GO. E-mail: umcristiano@gmail.com

<sup>18</sup> Mestra em Educação Bilíngue pelo INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Pós-graduada em Docência do Ensino Superior de Libras (Universidade Cândido Mendes). Pedagoga pelo Departamento de Ensino Superior (DESU-INES). Tem experiências na área de Educação, com ênfase em Artes, Literaturas, Saúde, Socialização e Educação de Surdos. Atualmente, é professora, tradutora e intérprete de Libras no IFF (Instituto Federal Fluminense). E-mail: pripiucanedo@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

*“Conheces o nome que te deram, não conheces o nome que tens”.*

*(José Saramago)*

A fundamentação deste ensaio parte da genealogia da inclusividade em Jürgen Habermas na obra “A Inclusão do Outro” (2002). Segue-se de perto o conceito de alteridade, do outro, do próximo, daquele que é cidadão de uma *pólis* em constante transição em seus espaços e direitos. Faz, além do nível político-filosófico, um diálogo com a literatura portuguesa de José Saramago no livro “Todos os Nomes” (1997). E ademais, objetiva-se pensar os desafios de uma gestão educacional das alteridades na contemporaneidade, ou quiçá, servir como um aporte teórico para refletir sobre o lugar do outro na ambiência educacional.

Espera-se, assim, que este texto seja um fomentador da percepção da gestão educacional do outro como uma prática pedagógica inclusiva de que o outro não é o estranho, nem o inimigo, e sim, o indivíduo que anda *paripassu* com outros nesta existencialidade cósmica, o ser humano de carne, osso e nome, o cidadão brasileiro assim como sou, tal qual, tão como, nós, e não ele. Gente cheia de histórias e dramas na busca por espaço e sentido.

Dessa forma, carece-se de aporte teórico que dialoga transdisciplinarmente entre áreas do saber, numa relação de proximidade-na-distância, junto à subárea pedagógica da Gestão educacional, que pode encontrar na filosofia da educação bem como na literatura aporte teórico tanto para a consciência da gestão, bem como orientação e sentido para práticas pedagógicas inclusivas e relevantes no contexto escolar e/ou universitário.

## JÜRGEN HABERMAS E AS ALTERIDADES

Jürgen Habermas (1929), filósofo e sociólogo alemão, é um dos mais destacados pensadores da segunda geração de filósofos da *Frankfurter Schule* (Escola de Frankfurt), e a última grande figura da tradição filosófica que se inspira em Karl Marx e Georg Wilhelm Friedrich Hegel para realizar uma interpretação sócio-histórica do mundo atual. Em sua obra de 1996, “*Die Einbeziehung des Andersens – Studien zur politischen Theorie*” (A inclusão do Outro: estudos de teoria política), traduzida para o português por George Sperber e Paulo Astor Soethe (Loyola, 2002) trabalha a questão da inclusão das minorias, a partir da sensibilidade para com as diferenças, num contexto das sociedades democráticas.

Tal necessidade se dá por entender que nessas sociedades há uma cultura majoritária que, ao exercer o poder político, impregna nas minorias sua forma de vida, ocasionando violação a uma efetiva igualdade de direitos para os cidadãos de origem cultural diversa, no que se refere ao autoatendimento ético e a identidade dos cidadãos. Nesse caso, partindo da epistemologia Política para a construção de democracias na modernidade, mas também da temática da alteridade, Habermas será

nosso aporte teórico principal para ler os quadros sobre as inclusividades de nosso tempo.

No Brasil contemporâneo, em tempos tão desafiadores para a garantia dos princípios fundamentais dos cidadãos, discute-se com razão temáticas tais como: direitos *homo* em face aos dos *hetero*, homofobias, parada gay, ideologias de gênero, nome social, violência física, moral e simbólica de gênero contra mulheres, entre tantas outras. E ademais, por exemplo, o lugar das pessoas com deficiência na universidade, ou na própria dinâmica social das cidades: surdos e cegos na sala de aula em uma faculdade, ou nas condições para uma simples realização de um vestibular. Vê-se que os desafios de acessibilidade e da gestão pedagógica das alteridades são enormes no que tange à realidade social diversa de incluir todos na mesma ambiência igualitária de acesso e permanência. Outros grupos sociais relevantes na constituição da matriz sociológica brasileira se fazem presentes nessa reflexão, tais como indígenas, pessoas pretas, quilombolas, ciganos, imigrantes entre tantas outras individualizações brasileiras. Nessa convulsão de social de tensões e espaços, entre manifestações morais têm, quando podem ser fundamentadas, um teor cognitivo divulgado para a população como mensagem de como lidamos com o outro, e o real valor dele entre os chamados iguais (HABERMAS, 2002).

Para termos clareza quanto ao possível teor cognitivo da moral, temos de verificar o que significa fundamentar moralmente alguma coisa. De um lado, fixam-se os teóricos da moral, de outro, os arautos da práxis moral, em ambos, as frases têm o sentido de exigir do outro determinado comportamento, reclamando sua devida obrigação. Logo, as manifestações morais trazem consigo um potencial de motivos que podem ser atualizados a cada disputa moral. Uma moral não diz apenas como os membros da comunidade devem se comportar, ela simultaneamente coloca motivos para dirimir consensualmente os respectivos conflitos de ação. Dito de outra forma, a moral que carece de um teor cognitivo crível, torna-se superior às formas mais dispendiosas de coordenação da ação.

Dessa forma, o conceito central do dever já não se refere apenas ao teor dos mandamentos morais, mas também ao caráter peculiar da validação do dever ser, que se reflete também no sentimento de assumir uma obrigação. Logo, posicionamentos críticos e autocríticos diante de chamadas infrações manifestam-se em atitudes dos sentimentos: do ponto de vista de terceiros, como repulsa, indignação e desprezo, do ponto de vista do atingido diante do seu próximo, como sentimento de humilhação ou de ressentimento, do ponto de vista da primeira pessoa, como vergonha e culpa (HABERMAS, 2002).

Assim, segue a lógica habermasiana, uma lei é válida no sentido moral quando pode ser aceita por todos, a partir da perspectiva de cada um, pois o respeito reciprocamente equânime por cada um, exigido pelo universalismo sensível a diversificações, é do tipo de uma inclusão não niveladora e não apreensória do outro em sua alteridade.

Habermas defende o conteúdo racional de uma moral baseada no mesmo respeito por todos e na responsabilidade solidária geral de cada um pelo outro. Neste caso, busca-se o não desaparecimento das estruturas relacionais de alteridade e da

diferença respeitosa, para o estabelecimento dos conceitos de comunidade e sociedade. Um mesmo respeito para todos e cada um se estende à pessoa do outro e dos outros em sua alteridade. A responsabilidade solidária pelo outro como um dos nossos se refere ao “nós” flexível numa comunidade que resiste a tudo o que é substancial e que amplia constantemente suas fronteiras porosas.

A comunidade moral se constitui exclusivamente pela ideia negativa da abolição da discriminação e do sofrimento, assim como da inclusão dos marginalizados e de cada marginalizado em particular, em uma relação de deferência mútua. Essa comunidade projetada de modo construtivo não é um coletivo que obriga seus membros uniformizados à afirmação da índole própria de cada um. Inclusão não significa aqui confinamento dentro do próprio e fechamento diante do alheio.

Antes, a inclusão do outro significa que as fronteiras da comunidade estão abertas a todos, também e justamente àqueles que são estranhos um ao outro, e que podem querer continuar serem estranhos. Ou, seguir de fato a trilha da caminhada conjunta como cidadãos de um mesmo solo humano, apesar das diferenças necessárias para a consolidação democrática brasileira. Nesse caminho insere-se a teoria política habermasiana, seguindo a genealogia da moral para e mediante a construção da alteridade em nossa contemporaneidade politizada democraticamente, uma proposição de inclusão de todos os nomes cidadãos.

## SARAMAGO: TODOS OS NOMES DO OUTRO EM SI

*Todos os Nomes* (1997), romance de José Saramago, conta a trajetória do Sr. José, funcionário da Conservatória do Registro Civil, cujo hobby consiste em colecionar verbetes de pessoas famosas. Em uma de suas buscas, depara-se com um verbete de uma mulher desconhecida e decide ir procurá-la. O Sr. José vai à escola em que a desconhecida trabalhou, à casa da senhora do rés-do-chão, à casa da desconhecida, a dos pais dela, mas o máximo que consegue é ouvir um recado deixado pela misteriosa personagem na caixa postal.

Finalmente, dirige-se ao cemitério à procura de seu túmulo. Depois de passar a noite no Cemitério Geral, ao amanhecer, o Sr. José se depara com o pastor de ovelhas que o informa de que a pessoa por quem ele procura não está onde ele pensou. O próprio pastor se encarrega de trocar as lápides dos suicidas, logo depois que eles são enterrados por acreditar que estes não queriam ser incomodados. Com o pretexto de encontrar a mulher misteriosa, a narrativa flui em busca da identidade e da própria essência do único personagem nomeado em *Todos os Nomes*.

Esse é um romance antroponímico da percepção hermenêutica dos nomes dados e recebido a todos nós, *Todos os nomes* serve como ponto de partida para quem quer pensar o autoritarismo e o alteritarismo das nomeações recebidas, aceitas e não aceitas pelos nomeados.

Este é a dialética entre o nome dado, o nome requerido, o nome assumido, o nome moral, o nome alcunha, o nome pejorativo, o nome profissão, e tantos outros nomes, que temos e (não) somos, nesta longa estrada da vida. *Heteros e Homos, pretos, brancos e indígenas, pessoas com deficiências*, têm todos os nomes em vida,

e em alguns espaços e sociedades, nem sempre se têm o sentido inclusivo de tê-los por perto como iguais. Nomes que se mantêm, outros se perdem, outros são nomes que se acham e se perdem, são nomes a serem excluídos, nomes que deverão ser incluídos. Isso é cidadania na ambiência da democracia, não apenas ter um nome, mas também possuir o direito efetivo de existir de modo digno em diversos espaços sociais.

À medida que se propõe estudar o discurso prático e a função dos direitos humanos nessa rede de comunicação compartilhada ou invadida por aspectos negativos como a exclusão social, o processo democrático também é importante para o enfrentamento e disponibilidade de pautar os debates que se preocupem em concretizar as políticas públicas.

O modelo de democracia para Habermas (2003) postula a inclusão de todos os cidadãos na base de igualdade de direitos, tendo a esfera pública com seus plexos de autonomia públicos (cidadão e Estado) e privados (cidadão e sociedade), o espaço propício para o exercício da democracia e conseqüentemente exercício da autonomia política e por sua vez da cidadania. Por outro lado, a consciência de uma sociedade democrática desaparece quando não se acredita mais que a política seja o principal meio de que uma sociedade disponha para influir sobre si mesma através da vontade de seus cidadãos, que utilizam o discurso prático para se entenderem.

A percepção da diversidade antropológica e social aponta para o outro e para si mesmo. A inclusividade para o Brasil contemporâneo tem perspectivas bem desafiadoras. Em primeiro lugar, deve-se manter o caminho do diálogo aberto. Julgo que a melhor saída consiste em não agudizar, por meio de uma crítica racional, a questão sobre a possibilidade de os poderes seculares de uma razão comunicativa conseguirem ou não estabilizar uma modernidade ambivalente: “o melhor a fazer é enfrentar tal questão de modo não dramático, como uma questão empírica aberta” (HABERMAS, 2007, p. 123).

Em segundo lugar, nossa ordem social vigente visa o desenvolvimento da educação como o melhor meio de se evitar a marginalização de qualquer indivíduo, mas também a importância de iniciativas para a quebra de muros da intolerância e do egoísmo social, assim como da imposição arbitrária que não procure o diálogo e a construção de ideias. Conforme disse Foucault (2001, p. 8), o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente “que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Em terceiro lugar, perceber que na consciência pública de uma sociedade pós-secular reflete-se, acima de tudo, uma compreensão normativa perspicaz que gera no trato político entre cidadãos crentes e não crentes. Na sociedade pós-secular impõe-se a ideia de que a modernização da consciência pública abrange, em diferentes fases, tanto mentalidades religiosas como profanas, transformando-as reflexivamente. Neste caso, ambos os lados podem, quando entendem, em comum, a secularização da sociedade como um processo de aprendizagem complementar, levar a sério, por

razões cognitivas, as suas contribuições para temas controversos na esfera pública (HABERMAS, 2007, p. 126).

Em quarto lugar, o contrato social para a cidadania é a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental. As sociedades modernas têm seu funcionamento ideológico e político na ideia do contrato social e seus meios reguladores. Este produz ou deveria produzir bens públicos, ou seja: “legitimidade para governar, bem estar econômico e social, segurança e identidade coletiva, no final resultar em bem comum” (FEFFERMANN, 2006, p. 243).

Todos os nomes é o direito do outro ser outro segundo o exercício de sua cidadania, assim, democraticamente, o outro não deve ser o inimigo. O livro “*A inclusão do outro*” tem um texto bem interessante, no capítulo cinco, intitulado como “*Inserção – inclusão ou confinamento? Da relação entre Nação, Estado de Direito e Democracia*”, Habermas propõe uma inclusão com sensibilidade para as diferenças, sem mascarar o problema das minorias inatas, problema que surge quando uma cultura majoritária, no exercício do poder político, impinge às minorias a sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos: “isso tange questões políticas, que tocam o autoentendimento ético e a identidade dos cidadãos” (2003, p. 164).

Esses não são indivíduos abstratos, amputados de cidadania e civilidade, na medida em que o direito intervém em questões ético-políticas, ele toca a integridade das formas de vida dentro das quais está enfronhada a configuração pessoal de cada vida. Uma nação de cidadãos é composta de pessoas que, devido a seus processos sociais, encarnam simultaneamente “as formas de vida dentro das quais se desenvolveu sua identidade, e que isso ocorre mesmo quando, como adultos, eles se libertarem das tradições da sua origem” (2003, p. 165). Dessarte, mesmo que não se tenha novos argumentos, e sempre os há, podem existir novas maiorias, novas cidadanias a serem reconhecidas.

## O OUTRO NA GESTÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS

Gestão advém do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere*, cujo sentido é levar sobre si, carregar, chamar para si no nível do planejamento e execução visando um bem comum de cidadania na ambiência escolar. Logo, quando se pensa em gestão destaca-se a atividade de mobilização democrática de pessoas e organizações objetivando um envolvimento coletivo pela educação, e ademais, gerir estabelece uma dinâmica cultural que não apenas pode, mas também deve, empreender um ciclo cidadão e inclusivo do ser humano em suas diversas identidades na composição da comunidade escolar (CHIANENATO, 2009).

Sendo diretor, coordenadora pedagógica, demais coordenações e professores parte integrante na condução das direções e práticas de um processo intersubjetivo, ou seja, a comunidade escola precisa de rumo e prumo: para onde ir? E como ir? Nesse caso, o pleno exercício de lideranças acolhedoras e democráticas se faz imprescindível dentro da coletividade plural brasileira para o emprego das forças necessárias para uma eficaz gestão e prática pedagógica inclusiva (PARO, 2007).

Aos gestores, cabe a visão dos rumos e prumos da educação brasileira, e nos processos administrativos e pedagógicos compete ter um PPC, currículo e tantas outras convocações às convicções do que seja educar para o futuro. Dessa forma, recursos como contingentes físicos, materiais e humanos interagem em processos educacionais comuns ao ordenamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) bem como em atenção aos anseios da comunidade escolar (VERGARA, 2007).

Todos os nomes e funções no entorno da busca e do trabalho, a educação com qualidade, a educação cidadã, a educação que acolha e inclui a pluralidade brasileira. A educação inclusiva ensina a transformação de vidas que ultrapassam o ciclo ensino-aprendizagem para o ENEM e mercado de trabalho, é um aspecto que precisa ser retomado urgentemente na problemática brasileira. Isto é, entre culturas, normas, leis, tradições e mercados está o estudante e sua família como representantes de um Brasil esquecido e excluído. Portanto, a construção do conhecimento não pode deixar de lado a re-construção do humano diverso nascido na Terra de Vera Cruz, ter essa consciência é compreender o papel de uma educação libertadora e crítica que se opõem à tecnicidade mercadológica reprodutora que forma para deformar (LIBANEO, 2001; 2015).

De modo claro, o princípio fundamental e constitucional mantém-se como pedra basilar para a educação inclusiva, ou seja, o artigo quinto de nossa Carta Magna diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Pensar, então, o tema da gestão escolar inclusiva de todos os nomes é, de fato, rediscutir os espaços e desafios para gestores e comunidades escolares de exclusão e inclusão. Assim sendo, cria-se uma comunidade escolar *linkada* com o nosso tempo, bem como *antenada* aos desafios que conduzem às novas práticas pedagógicas (SAVIANI, 2006).

Informação e formação estão, *paripassu*, integradas no século XXI com vistas às ressignificações do seja gestão escolar inclusiva, ensino-aprendizagem, práticas pedagógicas, famílias, comunidade escolar etc. Entretanto, surge o desafio intrínseco ao corpo gestor da escola, a dialetização das relações acolhedoras nas adequações práticas e consequentes aplicações dos documentos normativos. Dessa maneira, a gestão escolar inclusiva não pode prescindir “a competência técnica, a liderança na comunidade e o compromisso ético-público-político” (WITTMANN, 2004).

Para tal empreitada, às vezes onírica, às vezes real, o reconhecimento público pleno deve contar com duas formas de respeito, em primeiro lugar, pela diferença inconfundível de cada indivíduo, independente de sexo, raça ou procedência étnica, em segundo lugar, o respeito pelas formas de ação, práticas e visões peculiares de mundo que gozam de prestígio junto as integrantes de grupos desprivilegiados. Esse pode ser o caminho brasileiro para a não fragmentação de nossa sociedade na contemporaneidade. Esse também é o cerne da reflexão sobre a alteridade, a aceitação da diferença do outro.

a coexistência com igualdade de direitos de diferentes comunidades étnicas, grupos linguísticos, confissões religiosas e formas de vida, não pode ser obtida ao preço da fragmentação da sociedade. O processo doloroso do desacoplamento não deve dilacerar a sociedade numa miríade de subculturas que se enclausuram mutuamente. Por um lado, a cultura majoritária deve se soltar de sua fusão com a cultura política geral, uniformemente compartilhada por todos os cidadãos, caso contrário, ela ditará a priori os parâmetros dos discursos de autoentendimento. Como parte, não mais poderá constituir-se em fachada do todo, se não quiser prejudicar o processo democrático em determinadas questões existenciais, relevantes para as minorias. Por outro lado, as forças de coesão da cultura política comum, a qual se orna tanto mais abstrata quanto mais forem as subculturas para as quais ela é o denominador comum, devem continuar a ser suficientemente fortes para que a nação dos cidadãos não se despedace (HABERMAS, 2003, p. 166, 167).

A minha reação ante à (in)diferença mede minha qualidade de convivência, caminhar *paripassu* com o outro é o meu desafio. O contrário, a negação da alteridade é a violência simbólica estabelecida, visto que, a mesmidade é a tentativa de converter o outro em o mesmo, ou o processo de mesmificação. Assim, conviver e preservar a diferença do outro é respeitá-lo, é instaurar o real processo civilizatório, o grande passo para a cidadania. A diferença é ontológica e faz parte das normas sociais, e o respeito às desigualdades formarão o caminho para a gestão pacífica e comunitária dos conflitos sexistas. Assim, não precisaremos negar o outro, nem matá-lo, assim rejeitamos o autoritarismo cego, e no lugar deste, a alteridade necessária para a construção de uma cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das querelas políticas, morais, religiosas, classistas, corporativas, educacionais, civis e jurídicas está o ser humano, o cidadão brasileiro, que independente de cor, raça, religião e sexo é um próximo que está ao meu lado, não como inimigo, nem como o estranho, mas como mais um caminhante nesta existência. E ademais, é um princípio constitucional de igualdade de direitos e condições de existir diante da lei e da condição de existência, mais que norma legal, é uma pauta emergente e sempre em voga pensar e refletir sobre a acessibilidade e igualdade numa sociedade tão desigual como a nossa. E nesse caso, a universidade, ou faculdades, como lugar de produção de conhecimento torna-se como um espaço imprescindível para a discussão dos lugares do outro nas ciências humanas.

A estrada humana é a mesma, depende, talvez não, mas sabe-se que os caminhos são diversos, e a caminhada se faz com respeito e solidariedade inclusiva, apesar das diferenças, apesar do caminhar que cada um tem. E dessa forma, os espaços de educação precisam ter uma gestão não apenas aberta ao tema das alteridades, mas também intencionalmente direcionada para a discussão do outro como duplo e espelho do humano que há em mim, ou nós. E assim, tanto Habermas quanto Saramago podem servir de suporte teórico para um aporte conceitual àqueles que labutam na gestão educacional em tempos de inclusão do outro nos diversos espaços sociais e educacionais.

Este ensaio não postula esgotar o assunto, longe disso, na verdade se quer propor uma vereda para discussão e direcionamento de leituras do humano e da vida do outro para, que de fato, tenhamos melhorias na educação e na qualidade das relações humanas na ambiência educacional/universitária brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, 1988.

CHIAVENATO, I. **Administração de Recursos Humanos – Fundamentos Básicos**. São Paulo: Atlas, 2009.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. São Paulo: Papyrus, 2004.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas Arriscadas**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro**. Estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Era das transições**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAWLS, John. The idea of public reason revisited. *In: The University of Chicago Law Review*, vol. 64, 1997, n. 3, p. 765-807.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6 ed. São Paulo: Heccus, 2015.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

SARAMAGO, José. **Todos os nomes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **O Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. Tese de Doutorado (Educação: História, Política, Sociedade). São Paulo: PUC-SP, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

WITTMANN, L. C. **Práticas em gestão escolar**. Curitiba: IBPEX, 2004.

## RESENHA DE LIVROS

Daniele Lopes Oliveira<sup>19</sup>

BAUDRILLARD, Jean. **À Sombra das Maiorias Silenciosas**: O fim do social e o surgimento das massas. Editora Brasiliense. 4<sup>o</sup> edição. Brasília: Ed. Brasiliense, 1985.

Nesta obra Jean Baudrillard sociólogo e filósofo francês falecido em 2007, faz uma reflexão sobre o surgimento das massas. Ele explica o surgimento do termo e porque precisamos compreender o que é essa massa e como ela se comporta no mundo político. Baudrillard, afirma que: do todo, o confuso amontoado do social, se move em torno desse referente esponjoso, dessa realidade ao mesmo tempo opaca e translúcida, desse nada que são: “as massas”. Mas as massas, não são boas condutoras do político, nem boas condutoras do social, nem boas condutoras do sentido em geral. Tudo as atravessa, tudo as magnetiza, mas nelas se dilui sem deixar traços. E na realidade o apelo às massas sempre ficou sem resposta. Elas não irradiam, ao contrário, absorvem toda a irradiação das constelações periféricas do Estado, da História, da Cultura, do Sentido. Elas são a inércia, a força da inércia, a força do neutro. É nesse sentido que a massa é característica da nossa modernidade, na qualidade de fenômeno altamente implosivo, irreduzível a qualquer prática e teoria tradicionais... Na representação...as massas flutuam em algum ponto entre a passividade e a espontaneidade selvagem, mas sempre como uma energia potencial, como um estoque de social e de energia social, hoje referente mudo, amanhã protagonista da história, quando elas tomarão a palavra e deixarão de ser a “maioria silenciosa” ora, justamente as massas não têm história a escrever, nem passado, nem futuro, elas não têm energias virtuais para liberar, nem desejo a realizar: sua força é atual, toda ela está aqui, e, é, a do seu silêncio. Força de absorção e de neutralização, desde já, superior a todas as que se exercem sobre elas. As Massas são a força de inércia (p. 5).

O termo massa não é um conceito. *Leitmotiv* da demagogia política, é uma noção fluida, viscosa, “*lumpen-analítica*”. Uma boa sociologia procurará abarcá-la em categorias “mais finas”: sócio profissionais, de classe, de *status* cultural, etc. Ela não tem “realidade” sociológica. Ela não tem nada a ver com alguma população real, com algum corpo, com algum agregado social específico (p. 6). Massa é sem atributo, sem predicado, sem qualidade, sem referência. Aí está sua definição, ou sua indefinição radical. Ela não tem “realidade” sociológica. Ela não tem nada a ver com alguma população real, com algum corpo, com algum agregado social específico. É o que nela produz a impossibilidade de circulação de sentido. Caixa preta de todos os referenciais, de todos os sentidos que não admitiu, da história impossível, dos

<sup>19</sup> Pós-Doutora em Educação, Doutora em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Estudiosa de Ciências Políticas e Direitos Humanos e Relações Internacionais.

sistemas de representação inencontráveis, a massa é o que resta quando se esqueceu tudo do social (p. 7).

Quanto à impossibilidade de nela se fazer circular o sentido, o melhor exemplo é o de Deus. As massas conservaram dele somente a imagem, nunca a Ideia. Elas jamais foram atingidas pela Ideia de Deus, que permaneceu um assunto de padres, nem pelas angústias do pecado e da salvação pessoal. O que elas conservaram foi o fascínio dos mártires e dos santos, do juízo final, da dança dos mortos, foi o sortilégio, foi o espetáculo e o cerimonial da Igreja, a imanência do ritual contra a transcendência da Ideia. Foram pagãs e permaneceram pagãs à sua maneira, jamais frequentadas pela Instância Suprema, mas vivendo das miudezas das imagens, da superstição e do diabo. Práticas degradadas em relação ao compromisso espiritual da fé? Pode ser. Esta é a sua maneira, através da banalidade dos rituais e dos simulacros profanos, de minar o imperativo categórico da moral e da fé, o imperativo sublime do *sentido*, que elas repeliram. Não porque não pudessem alcançar as luzes sublimes da religião: elas as ignoraram. Não recusam morrer por uma fé, por uma causa, por um ídolo. O que elas recusam é a transcendência, é a interdição, a diferença, a espera, a ascese, que produzem o sublime triunfo da religião. Para as massas, o Reino de Deus sempre esteve sobre a terra, na imanência pagã das imagens, no espetáculo que a Igreja lhes oferecia (p. 7 e 8).

As massas são o “espelho do social”? Não, elas não refletem o social, nem se refletem no social é o espelho do social que nelas se espedaça. Ora, as massas funcionam mais como um gigantesco buraco negro que inflete, submete e distorce inexoravelmente todas as energias e radiações luminosas que se aproximam. Esfera implosiva, em que a curvatura dos espaços se acelera, em que todas as dimensões se encurvam sobre si mesmas e involuem até se anularem, deixando em seu lugar e espaço somente uma esfera de absorção potencial (p. 8). Bobagens: as massas resistem escandalosamente a esse imperativo da comunicação racional. O que se lhes dá é sentido e elas querem espetáculo. Nenhuma força pôde convertê-las à seriedade dos conteúdos, nem mesmo à seriedade do código. O que se lhes dá são mensagens, elas querem apenas signos, elas idolatram o jogo de signos e de estereótipos, idolatram todos os conteúdos desde que eles se transformem numa sequência espetacular. O que elas rejeitam é a “dialética” do sentido (p. 8 e 9). Temem essa transparência e essa vontade *política* como temem a morte. Elas “farejam” o terror ... reduzindo todos os discursos articulados a uma única dimensão irracional e sem fundamento, onde os signos perdem seu sentido e se consomem na fascinação: o espetacular.

Uma vez mais, não se trata de mistificação: trata-se de sua exigência própria, de uma contra estratégia expressa e positiva, trabalho de absorção e de aniquilamento da cultura, do saber, do poder, do social (p. 9). O político e o social nos parecem inseparáveis, constelações gêmeas sob o signo (determinante ou não) do econômico, pelo menos desde a Revolução Francesa. Mas hoje, para nós, isso provavelmente só é verdade para o seu declínio simultâneo. Exemplificando com Maquiavel, quando o político surge da esfera religiosa e eclesial na época da Renascença, ele é antes de

tudo apenas um puro jogo de signos, uma pura estratégia que não se preocupa com nenhuma “verdade” social ou histórica, mas, ao contrário, joga com a ausência de verdade.

O espaço político inicialmente é da mesma natureza do teatro de intriga. Do cinismo e da imoralidade da política maquiaveliana estão: não no uso sem escrúpulos dos meios com que se confundiu na concepção vulgar, mas na desenvoltura com relação aos fins. Pois, Nietzsche o viu bem, é nesse menosprezo por uma verdade social, psicológica, histórica, nesse exercício dos simulacros enquanto tais, que se encontra o máximo de energia política, nesse momento em que o político é um jogo e ainda não se deu uma razão. É a partir do século XVIII, e particularmente depois da Revolução, que o político se infletiu de uma maneira decisiva. Ele se encarrega de uma referência social, o social se apodera dele. No mesmo momento começa a ser representação, seu jogo é dominado pelos mecanismos representativos.

A cena política se torna a cena da evocação de um significado fundamental: o povo, a vontade do povo, etc. Ela não trabalha mais só sobre signos, mas sobre sentidos, de repente eis que é obrigada a significar o melhor possível esse real que ela exprime, intimada a se tornar transparente, a se mobilizar e a responder ao ideal social de uma boa representação. Mas durante muito tempo ainda haverá um equilíbrio entre a esfera própria do político e as forças que nele se refletem: o social, o histórico e o econômico. Este equilíbrio sem dúvida corresponde à idade de ouro dos sistemas representativos burgueses (a constitucionalidade: a Inglaterra do século XVIII, os Estados Unidos da América, a França das revoluções burguesas, a Europa de 1848). É com o pensamento marxista em seus desenvolvimentos sucessivos que se inaugura o fim do político e de sua energia própria. Nesse momento começa a hegemonia definitiva do social e do econômico, e a coação, para o político, de ser o espelho, legislativo, institucional, executivo, do social.

A autonomia do político é inversamente proporcional à crescente hegemonia do social (p. 12). O pensamento liberal sempre viveu de uma espécie de dialética nostálgica entre os dois, mas o pensamento socialista, o pensamento revolucionário postula abertamente uma dissolução do político no fim da história, na transparência definitiva do social. O social triunfou. Mas a esse nível de generalização, de saturação, em que só há o grau zero do político, a esse nível de referência absoluta, de onipresença e de difração em todos os interstícios do espaço físico e mental, o que se torna o próprio social? É o sinal de seu fim: a energia do social se inverte, sua especificidade se perde, sua qualidade histórica e sua idealidade desaparecem em benefício de uma configuração em que não só o político se volatilizou, mas em que o próprio social não tem mais nome. Anônimo. A Massa. As Massas.

Enfraquecimento do político de uma pura ordenação estratégica a um sistema de representação, depois ao cenário atual de neofiguração, isto é, em que o sistema se perpetua sob os mesmos signos multiplicados, mas que não representam mais nada e não têm seu “equivalente” numa “realidade” ou numa substância social real: não há mais investidora política porque também não há mais referente social de definição clássica (um povo, uma classe, um proletariado, condições objetivas) para atribuir uma força a signos políticos eficazes. Simplesmente não há significado social para dar força a um significante político. O único referente que ainda funciona é o da

maioria silenciosa. Todos os sistemas atuais funcionam sobre essa entidade nebulosa, sobre essa substância flutuante cuja existência não é mais social, mas estatística, e cujo único modo de aparição é o da sondagem. Simulação no horizonte do social, ou melhor, no horizonte em que o social já desapareceu.

As massas não são mais um referente porque não têm mais natureza representativa. Elas não se expressam, são sondadas. Elas não se refletem, são testadas dependem mais de uma dimensão representativa, mas, simulativa (p. 13). Eles não visam mais um referente, mas um modelo. A revolução aqui é total contra os dispositivos da socialidade clássica (de que ainda fazem parte as eleições, as instituições, as instâncias de representação, e esmo a repressão): em tudo isso, o sentido social ainda passa de um polo ao outro, numa estrutura dialética que dá lugar a um jogo político e às contradições.

Tudo muda com o dispositivo de simulação. Modelo de simulação e referente imaginário para uma classe política fantasma que desde já não sabe que espécie de “poder” exerce sobre ela, a massa é ao mesmo tempo a morte, o fim desse processo político que supostamente a governa. Na massa o político se deteriora como vontade e representação. Durante muito tempo a estratégia do poder pôde parecer se basear na apatia das massas. Quanto mais elas eram passivas, mais ele estava seguro. Mas essa lógica só é característica da fase burocrática e centralista do poder. E é ela que hoje se volta contra ele: a inércia que fomentou se tornou o signo de sua própria morte. É por isso que o poder procura inverter as estratégias: da passividade à participação, do silêncio à palavra. Mas é muito tarde.

O limite da “massa crítica”, o da involução do social por inércia, foi transposto. Mas este é um processo contraditório, porque a informação e a segurança, sob todas as suas formas, em vez de intensificar ou de criar a “relação social”, são ao contrário processos entrópicos, de modalidades do fim do social (p. 15). Acredita-se que se estruturam as massas injetando-lhes informação, acredita-se que se libera sua energia social cativa... Mas é exatamente o contrário. Em vez de transformar a massa em energia, a informação sempre produz mais massa. Em vez de informar como ela pretende, isto é, dar forma e estrutura, neutraliza sempre mais o “campo social”, cria cada vez mais massa inerte impermeável às instituições clássicas do social, e aos próprios conteúdos da informação.

À fissão das estruturas simbólicas pelo social e sua violência racional sucede hoje a fissão do próprio social pela violência “irracional” dos meios de comunicação e de informação o resultado final sendo exatamente a massa atomizada... resultado de dois séculos de socialização acelerada e que aí chega inapelavelmente ao fim. Massa só é massa porque sua energia social já se esfriou. Na realidade, é o mesmo sentido da mercadoria. Antigamente bastava ao capital produzir mercadorias, o consumo sendo mera consequência. Hoje é preciso produzir os consumidores, é preciso produzir a própria demanda e essa produção é infinitamente mais custosa do que a das mercadorias.

A massa atualiza a mesma situação limite e insolúvel no campo do “social”. Ela não é objetivável (em termos políticos: ela não é representável) e anula todos os sujeitos que pretenderiam captá-la (em termos políticos: anula todos aqueles que

pretenderiam representá-la) (p. 16). Também a esfera política só vive de uma hipótese de credibilidade, a saber, que as massas são permeáveis à ação e ao discurso, que elas têm uma opinião, que elas estão presentes atrás das sondagens e das estatísticas. É somente a este preço que a classe política ainda pode acreditar que fala e é ouvida politicamente. Enquanto o político há muito tempo é considerado só como espetáculo no interior da vida privada, digerido como divertimento semidesportivo, semilúdico (veja-se o voto vencedor das eleições americanas, ou as tardes de eleições no rádio ou na tevê), e na forma ao mesmo tempo fascinada e maliciosa das velhas comédias de costumes.

O jogo eleitoral se identifica há muito tempo aos jogos televisados na consciência do povo. Este, que sempre serviu de álibi e de figurante para a representação política, se vinga entregando-se à representação *teatral* da cena política e de seus atores. O povo tornou-se *público*. É o jogo, o filme ou os desenhos animados que servem de modelos de percepção da esfera política. O povo também aprecia dia-a-dia, como num cinema a domicílio, as flutuações de sua própria opinião na leitura cotidiana das sondagens. Nada disso tudo incita a uma responsabilidade qualquer.

Em momento algum as massas são engajadas de modo consciente política ou historicamente. Elas nunca o foram, só para se matar, com total irresponsabilidade. E isso não é uma fuga diante do político, mas o efeito de um antagonismo inextinguível entre a classe portadora do social, do político, da cultura, senhora do tempo e da história, e a massa informe, residual, despojada de sentido. A primeira sempre procura aperfeiçoar o reino do sentido, investir, saturar o campo do social, a segunda sempre desvia todos os efeitos do sentido, neutraliza-os e os rebate. Nesse enfrentamento, aquela que o venceu não é absolutamente a que se pensa (p. 21 e 22).

O recuo para o privado até poderia ser *um desafio direto ao político*, uma forma de resistência ativa à manipulação política. Os papéis se invertem: é a banalidade da vida, a vida corrente, tudo o que se estigmatizara como pequeno-burguês, abjeto e apolítico que se torna o tempo forte; e é a história e o político que desenvolvem sua instrumentalidade abstrata (p. 22). O Último sobressalto dos intelectuais para exaltar a insignificância, para promover o não-sentido na ordem do sentido. E revertê-lo à razão política.

A banalidade, a inércia, o apoliticismo eram fascistas, agora se tornam revolucionários sem mudar de sentido, isto é, sem deixar de ter sentido. Microevolução da banalidade, trans política do desejo mais um truque dos “libertadores”. A negação do sentido não tem sentido (p. 23). A emergência das maiorias silenciosas se integra no ciclo completo da resistência histórica ao social. Resistência ao trabalho, evidentemente, mas também resistência à medicina, resistência à escola, resistência à segurança, resistência à informação.

A história oficial só registra o progresso ininterrupto do social, relegando às trevas, como culturas passadas, como vestígios bárbaros, tudo que não concorreria para esse glorioso acontecimento. Ora, contrariamente ao que se poderia pensar (que o social definitivamente ganhou, que o movimento é irreversível, que o consenso sobre o social é total), a resistência ao social sob todas as suas formas progrediu mais

rapidamente ainda do que o social. Ela simplesmente tomou outras formas que não as primitivas e violentas, que foram reabsorvidas pela seguinte (o social vai bem, obrigado, só restam uns loucos para escapar ao registro, à vacinação e às vantagens da segurança).

Essas resistências frontais ainda corresponderiam a uma fase também frontal e violenta da socialização, e viriam mais de grupos tradicionais, procurando preservar sua cultura própria, suas estruturas originais. Não era a massa que resistia neles, mas sim as estruturas diferenciadas, contra o modelo homogêneo e abstrato do social. É também esse tipo de resistência que se encontra nos *two steps flow of communication* (duplo fluxo de comunicação) que a sociologia americana analisou: a massa absolutamente constitui uma estrutura passiva de recepção das mensagens dos meios de comunicação, sejam elas políticas, culturais ou publicitárias (p. 23).

As massas, estas aceitam tudo e desviam tudo em bloco no espetacular, sem exigência de um outro código, sem exigência de sentido, na realidade sem resistência, mas fazendo com que tudo passe para uma esfera indeterminada que não é nem mesmo a do não-sentido, mas a da fascinação/manipulação de todos os azimutes. O mesmo aconteceu com a técnica, com a ciência e com o saber. Destinados a uma prática mágica e a um consumo “espetacular”. Aconteceu o mesmo com o próprio consumo. Levando em conta a seriedade de sua “teoria das necessidades” e o consenso geral sobre o discurso da utilidade, para seu próprio estupor os economistas nunca conseguiram racionalizar o consumo. Mas isso porque a prática das massas nunca teve imediatamente nenhuma relação (talvez nunca tenha) com as necessidades. Elas fizeram do consumo uma dimensão de *status* e de prestígio, de promessa inútil ou de simulação, de *potlatch* que de qualquer maneira excederia o valor de uso.

Na verdade, trata-se de lhes inculcar de todos os lados (propaganda oficial, associação de consumidores, ecólogos, sociólogos) a boa prática e o cálculo funcional em matéria de consumo, mas sem esperança. Porque é pelo valor/signo e pelo jogo desenfreado do valor/signo (onde os economistas, mesmo quando tentaram integrá-lo como variável, não deixaram de ver uma inclinação da razão econômica), é por isso que as massas põem à prova a economia, resistem ao imperativo “objetivo” das necessidades e à ponderação racional dos comportamentos e dos fins. Valor/signo em vez de valor de uso já é um desvio da economia política. E que não se diga que tudo isso afinal serve ao valor de troca, isto é, ao sistema. Porque se o sistema se sai muito bem com esse jogo e até mesmo o favorece (as massas “alienadas” nos *gadgets*, etc.) isso não é o essencial e o que esse deslize, essa derrapagem inaugura a longo prazo inaugura desde agora, é o fim do econômico, isolado de todas as suas definições racionais pelo uso excessivo, mágico, espetacular, indireto e quase paródico que as massas fazem dele.

Uso a-social, resistente a todas as pedagogias socialistas uso aberrante através do qual as massas (nós, vocês, todo o mundo) inverteram a economia política desde agora. Não esperaram as revoluções futuras nem as teorias que pretendem libertá-las de um movimento “dialético”. Elas sabem que não se liberta de nada e que só se abole um sistema obrigando-o ao hiperlógico, impelindo-o a um uso excessivo que equivale a um amortecimento brutal. “Vocês querem que se consuma pois, bem,

consumamos sempre mais, e não importa o quê; para todos os fins inúteis e absurdos [...]” (p. 24). Massas, meios de comunicação e terrorismo, em sua afinidade, triangular, descrevem o processo de implosão hoje dominante (p. 31). O processo acelera e atinge sua extensão máxima com os meios de comunicação de massa e com a informação.

As mídias, todas as mídias, e a informação, *qualquer* informação, funcionam nos dois sentidos: aparentemente produzem mais social e neutralizam profundamente as relações sociais e o próprio social. Mas, então, se o social é ao mesmo tempo destruído por aquele que o produz (os mídia, a informação) e reabsorvido pelo que produz (as massas), segue-se que a definição é nula, e que esse termo que serve de álibi universal para todos os discursos não analisa nada, não designa nada. Ele não é somente supérfluo e inútil em toda a parte em que aparece esconde outra coisa: desafio, morte, sedução, ritual, repetição, esconde que é abstração e resíduo, ou mesmo simplesmente *efeito* de social, simulação e miragem.

O social, Ele não é somente supérfluo e inútil, em toda a parte em que aparece esconde outra coisa: desafio, morte, sedução, ritual, repetição, esconde que é abstração e resíduo, ou mesmo simplesmente *efeito* de social, simulação e miragem (p. 33). A energia ininterrupta do social surgiu há dois séculos com a desterritorialização e a concentração sob instâncias cada vez mais unificadas. Espaço perspectivo centralizado que dá um sentido a tudo o que nele se insere por simples convergência numa linha de fuga ao infinito (como o espaço e o tempo, o social efetivamente abre uma perspectiva ao infinito). Não há definição do social senão nessa perspectiva panóptica (p. 34). Então evidentemente não se pode mais dizer que o social morre, pois ele é desde sempre acumulação do morto. Com efeito, estamos numa civilização do super-social, e simultaneamente do resíduo indegradável, indestrutível, que se expande na própria medida da extensão do social (p. 36). Em 1544 abriu-se o primeiro grande estabelecimento de pobres em Paris: vagabundos, dementes, doentes, todos aqueles que o grupo não integrou e deixou como sobras serão adotados sob o signo nascente do social. Este se expandirá às dimensões da assistência pública no século 19, depois à Segurança Social no século 20.

À medida que se reforça a razão social, é ‘a coletividade toda que logo se torna residual e, portanto, com uma espiral mais, é o social que se alarga. Quando a sobra atinge as dimensões da sociedade toda, tem-se uma socialização perfeita. Todo o mundo está perfeitamente excluído e adotado, perfeitamente desintegrado e socializado. De onde o sabor de uma expressão como: “na responsabilidade da sociedade em relação a seus membros deserdados”, quando se sabe que o “social”, exatamente, é só a instância que resulta deste desamparo (p. 37). O social existe para cuidar de absorver o excedente de riqueza que, redistribuído sem outra forma de processo, arruinaria a ordem social, criaria uma situação intolerável de utopia (p. 39). É o *mau uso das riquezas* que salva uma sociedade. Nada mudou desde Mandeville e sua *Fábula das Abelhas*. E o socialismo nada pode contra isso. Toda a economia política foi inventada para resolver esse paradoxo, essa ambiguidade maléfica do funcionamento do social. Mas ela sempre fracassou, por uma espécie de funcionamento de segundo grau. Ou na verdade ela está prestes a conseguir e após ter visto o político se abolir e se diluir no social, estamos prestes a ver o social se

incorporar no econômico - uma economia ainda mais política, e desprovida do “ubris”, da desmedida e do excesso que ainda caracterizaria a fase capitalista? O social realmente existiu, mas não existe mais. Existiu como espaço coerente, como princípio de realidade: a relação social, a produção de relações sociais, o social como abstração dinâmica, lugar de conflitos e de contradições históricas, o social como estrutura e como possibilidade, como estratégia e como ideal, tudo isso teve um sentido, isso quis dizer alguma coisa.

O social não foi sempre um equivoco, como na primeira hipótese, nem uma sobra, como na segunda. Mas justamente só teve sentido, como o poder, como o trabalho, como o capital, num espaço perspectivo de distribuição racional, espaço finalizado de convergência ideal, que é também o da produção em suma, na bifurcação estreita de simulacros de segunda ordem, e hoje morre incorporado aos simulacros de terceira ordem (p. 41). Não foi a esquerda que derrubou a direita segundo um processo de ruptura, nem que a sucedeu segundo um processo de alternância. Houve algo de estranho no modo de aparição dessa esquerda, correlativo aliás do modo de desaparecimento da direita. Esta simplesmente foi esfacelada, como algo que não existia há muito tempo, suspeitava-se disso. Mas a esquerda também não existe há muito tempo. Isso não a impediu de aparecer prodigiosamente, de repente, de ressuscitar como a vocação fundamental da sociedade francesa, como um patrimônio eterno.

Não é, portanto, propriamente nem uma revolução nem um incidente histórico, mas uma espécie de parto pós-histórico retardado há muito tempo, uma espécie de libertação muito particular, a de uma criança escondida, que o capital teria feito às costas da sociedade francesa. Em algum lugar, no mais íntimo da famosa “consciência popular”, a classe política, seja ela qual for, permanece o inimigo fundamental. Ao menos, é preciso esperá-lo (p. 45). Mas essa é outra história. De qualquer maneira, o poder hoje está deixado às pessoas (e isso não vale somente para os socialistas) que explicitamente renunciaram ao seu exercício, que não têm mais nada.

De político e se declaram abertamente inaptas para a ambiguidade, para a imoralidade do discurso (o que é a própria energia de uma ambição mundana, a respeito disso Maquiavel e os jesuítas estão perfeitamente de acordo) e fiéis à transparência da ideia. O que resta então aos intelectuais, de que a transparência da ideia é a profissão de fé? Se o social se põe a funcionar de boa vontade, então o que resta para ser verdadeiramente político senão funcionar de má vontade? Porque o intelectual infelizmente sempre é bastante virginal para ser cúmplice da repressão ao vício. Ele também não está à altura do exercício cínico, isto é, imoral e ambíguo do pensamento, assim como os políticos não estão à do poder (p. 49).

Por isso caíram não só os juízos de fato, mas os juízos de valor e a decisão política (certamente tudo se joga numa simulação de racionalidade econômica, que de qualquer maneira ninguém compreende, mas que importa? A ficção da jurisdição da economia pode se tornar todo-poderosa ela se torna a verdadeira convenção coletiva). Desta vez se nos propõe uma outra convenção coletiva: é a moral e a cultural que se materializam como prótese de governo. Social-prótese, cultura-prótese (“Suas ideias nos interessam”, “Sua criatividade nos interessa” o banqueiro da BNP era mais fraco: “Seu dinheiro me interessa”, e os povos do Terceiro Mundo mais brutais: “Seu

lixo nos interessa”), reinvenção, após muita gestão objetiva que encurralou as pessoas à indiferença, de uma subjetividade social apoiada sobre seus mortos (o Panteão), bebendo nas ruínas do imaginário histórico o que sintetizar num fantoche de vontade coletiva (p. 50).

Não foi a esquerda que derrubou a direita segundo um processo de ruptura, nem que a sucedeu segundo um processo de alternância. Houve algo de estranho no modo de aparição dessa esquerda, correlativo aliás do modo de desaparecimento da direita. Não é, portanto, propriamente nem uma revolução nem um incidente histórico, mas uma espécie de parto pós-histórico retardado há muito tempo. Também não acredito que as pessoas se iludam sobre a substância política das eleições. Mas se serviram à sua maneira cinematográfica, por assim dizer: extraíram do meio eleitoral um efeito especial, uma aposta. Na realidade, nós não deveríamos ter tal medo, porque esse socialismo é só o simulacro de uma alternativa, não é exatamente um acontecimento, mas a materialização póstuma de uma ideologia revolucionária. Tal é o sonho socialista, enlouquecido de transparência, inundado de ingenuidade.